



Anais da Assembléia

Nº 214

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 1997.

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Hortício Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Bastião Zarusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Caratúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Hortício Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 133ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 1997
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vannoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 107/97

Curitiba, 01 de dezembro de 1997.
Senhor Presidente.

Contando com o elevado espírito público dos ilustres componentes desse egrégio Poder Legislativo, na compreensão e encaminhamento dos temas que, para o bem estar do povo paranaense,

este Governo vem procurando resolver diuturnamente, tenho a honra de, em mais esta oportunidade, buscar a colaboração dessa augusta Casa.

Depois da aprovação do PARANACIDADE, cujo sucesso na solução dos problemas de desenvolvimento de nossos municípios este Governo divide com essa Assembléia Legislativa, tenho a satisfação de encarecer igual tratamento para agilizar as medidas que estão sendo promovidas, visando tornar ainda mais eficaz a Educação no Estado do Paraná.

Trata-se de, nos mesmo moldes do PARANACIDADE, criar um Serviço Social Autônomo - PARANAEDUCAÇÃO, cuja flexibilidade organizacional e operacional possa dar maior autonomia administrativa e financeira às Escolas do Sistema Estadual de Educação, os entes cooperantes da Comunidade e atrair a todos para um esforço ainda maior de unidade.

Embora entidade de Direito Privado, sem fins lucrativos, o PARANAEDUCAÇÃO estará sujeito aos princípios éticos e constitucionais da legalidade, impessoabilidade, moralidade e publicidade, tendo, ainda, ampla representação da sociedade em seu Conselho de Administração. Vindo a operar através do Contrato de Gestão, o qual poderá ter cláusulas extensivas às Unidades Regionais do Sistema e às Escolas por essas jurisdicionadas, o Serviço Social Autônomo previsto aumenta a organicidade de Direção e de Comando da Secretaria de Estado da educação, ao unificar, com economia e eficiência, duas estruturas.

O modelo ora proposto, virá, mais uma vez, colocar a Administração Pública Estadual à frente do processo de modernização da gestão pública porque passa o mundo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

**TÍTULO I
DA NATUREZA E DOS FINS**

**CAPÍTULO I
DA NATUREZA**

Art. 1º - Fica instituído o PARANAEDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de

serviço social autônomo, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de auxiliar a Gestão do Sistema Estadual de Educação, através da assistência institucional, técnico-científica, administrativa e pedagógica, da aplicação de recursos orçamentários destinados pelo Governo do Estado, bem como da captação e gerenciamento de recursos de entes públicos e particulares nacionais e internacionais.

Art. 2º - O PARANAEDUCAÇÃO poderá celebrar convênios, contratos, ajustes, parcerias e consórcios com pessoas físicas, jurídicas de direito público e privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais, a fim de realizar suas finalidades, atendidas as exigências do Contrato de Gestão e do Estatuto, referidos nesta lei.

CAPÍTULO II DOS FINS

Art. 3º - O PARANAEDUCAÇÃO tem por finalidade proporcionar à população padrões elevados de ensino e educação, competindo-lhe para seu eficaz desempenho:

I - gerir os recursos de qualquer natureza destinados ao desenvolvimento da educação, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

II - prestar apoio técnico, administrativo-financeiro e pedagógico à Secretaria de Estado da educação, visando à melhoria e ao desenvolvimento educacional do Estado do Paraná;

III - constituir-se em instrumento de intermediação administrativa-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento para o desenvolvimento educacional às características e às necessidades do Sistema Estadual de Educação;

IV - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos na área de desenvolvimento educacional, promovendo, para tanto, o suprimento e aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros do Sistema Estadual de Educação;

V - administrar Fundos Especiais existentes ou que venham a ser criados, no âmbito do Sistema Estadual de Educação, na forma da legislação e regulamentação pertinentes.

TÍTULO II DO MODELO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I DO MODELO INSTITUCIONAL

Art. 4º - O PARANAEDUCAÇÃO se vinculará, por cooperação, à Secretaria de Estado da Educação - SEED, que se incumbirá de supervisionar a sua gestão e administração, observadas as orientações normativas que emitir e em conformidade com o Contrato de Gestão, que com o Estado subscrever, nos termos previstos pela lei.

Parágrafo Único - O Superintendente do PARANAEDUCAÇÃO é o Secretário de Estado da Educação, a quem compete controlar e avaliar as suas ações, em consonância com os planos, programas, projetos, produtos e serviços, aprovados pelo seu Conselho de Administração, observando os termos do Contrato de Gestão e do Estatuto.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º - A Direção Superior do PARANAEDUCAÇÃO é constituída, respectivamente:

I - pelo Conselho de Administração, de natureza deliberativa, consultiva, de controle e normativa, composto por 5 (cinco) membros natos e 7 (sete) membros efetivos;

II - pela Diretoria Executiva, composta por 1 (um) Superintendente, 1 (um) Diretor Técnico e 1 (um) Diretor Administrativo-Financeiro.

Art. 6º - O Secretário de Estado da Educação, além de desempenhar as funções de Superintendente do PARANAEDUCAÇÃO, é membro nato do Conselho de Administração, cujas reuniões participará sem direito a voto.

Art. 7º - São membros natos do Conselho de Administração do PARANAEDUCAÇÃO, o:

- a) Secretário de Estado da Educação;
- b) Secretário de Estado da Fazenda;
- c) Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral;
- d) Secretário de Estado da Administração; e
- e) Presidente do Conselho Estadual de Educação.

Art. 8º - São membros efetivos do Conselho de Administração do PARANAEDUCAÇÃO:

- a) um representante indicado pelo Ministério da Educação e do Desporto - MEC;
- b) um representante indicado pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR;

- c) um representante indicado pela APP - Sindicato;
- d) um representante do Setor Produtivo, indicado, de comum acordo, pelas Federações Patronais;
- e) um representante indicado pela Federação das Associações de Pais e Mestres;
- f) um representante da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público; e
- g) um representante indicado pela União nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME-Paraná.

Art. 9º - O Superintendente e os membros do Conselho de Administração não perceberão qualquer remuneração ou vantagem pelos serviços que prestarem ao PARANAEDUCAÇÃO, que serão considerados de relevante interesse público.

Art. 10 - O Diretor Técnico e o Diretor Administrativo-Financeiro são cargos de recrutamento amplo, escolhidos pelo Superintendente do PARANAEDUCAÇÃO, remunerados nos termos do Plano de Cargos e Salários, previsto no artigo 19, desta lei.

CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Art. 11 - Ao Conselho de Administração do PARANAEDUCAÇÃO compete:

- I - aprovar o seu Regimento Interno;
- II - fixar diretrizes de aplicação dos recursos da entidade, ad referendum do Governo do Estado do Paraná;
- III - sugerir, com base em levantamento técnico, o montante de recursos a serem colocados à disposição do Sistema Estadual de Educação;
- IV - baixar normas de procedimentos e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros internos e externos disponíveis;
- V - delegar competência à Diretoria Executiva para prática dos atos concernentes às atividades operacionais da entidade, fixando, ademais, os recursos para seu funcionamento interno;
- VI - fixar condições de repasse dos empréstimos e subempréstimos aos beneficiários, quando couber;
- VII - definir os critérios de utilização e repasse dos recursos a serem alocados para as diversas entidades envolvidas no Sistema Estadual de Educação;

VIII - definir objeto de auditoria interna e externa para as operações da entidade;

IX - aprovar a contratação de auditoria externa independente, quando for o caso;

X - fixar os limites da alçada para a ação da Diretoria Executiva;

XI - analisar e aprovar os relatórios circunstanciados sobre a execução e a conclusão das intervenções de política educacional;

XII - aprovar os planos anuais de aplicação dos recursos e dos demonstrativos contábeis e financeiros da entidade, apresentados pela Diretoria Executiva;

XIII - exercer as demais atribuições indispensáveis à administração da entidade;

XIV - definir e qualificar os cargos e funções necessários à entidade, por proposta da Diretoria Executiva, e

XV - aprovar o Estatuto da entidade, bem como as suas alterações.

Art. 12 - A competência, atribuições e o funcionamento da Diretoria Executiva e das demais unidades do PARANAEDUCAÇÃO serão definidos em Estatuto.

Art. 13 - Os membros do Conselho de Administração do PARANAEDUCAÇÃO serão nomeados pelo Governador e reunir-se-ão, sob a presidência do Superintendente da entidade, para escolher o seu Presidente e Secretário, que cumprirão mandato de 2 (dois) anos.

Parágrafo Único - Os membros natos e os efetivos, e respectivos suplentes, do Conselho de Administração, tomam posse perante o Superintendente da entidade, assinando o Termo lavrado em livro próprio.

TÍTULO III DO ESTATUTO E DO REGISTRO

Art. 14 - O Conselho de Administração aprovará, por proposta do Superintendente do PARANAEDUCAÇÃO, o Estatuto da entidade, que será submetido à deliberação do Governador, para homologação, mediante ato próprio, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da publicação desta lei.

§ 1º - Aprovado o Estatuto, o Presidente e o Secretário do Conselho de Administração procederão a elaboração dos atos jurídicos que se fizerem necessários para concretizar a instituição estipulada nesta lei, promovendo

do o seu registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

§ 2º - A reforma do Estatuto depende de proposta do Superintendente, da Diretoria Executiva ou de membros do Conselho de Administração.

§ 3º - As alterações do Estatuto da entidade, após aprovadas pelo Conselho de Administração e homologadas pelo Governador, serão levadas a registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, por ato do Presidente e Secretário do Conselho de Administração.

TÍTULO IV DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 15 - O PARANAEDUCAÇÃO fica autorizado a celebrar Contrato de Gestão com o Poder Público Estadual.

§ 1º - Contrato de Gestão, para efeito desta lei, é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Estado do Paraná, por seu Governador, com a intervenção das Secretarias de Estado da Fazenda, da Educação e do Planejamento e Coordenação-Geral, e o PARANAEDUCAÇÃO, por intermédio do seu Superintendente, com a finalidade de assegurar a sua plena autonomia técnica, administrativa e financeira, com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e economicidade e, também, o seguinte:

I - fixar, de modo objetivo, as responsabilidades, a execução e os prazos inerentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo do PARANAEDUCAÇÃO;

II - permitir à Diretoria Executiva, capacidade para contratar, administrar e dispensar recursos humanos, inclusive para as atividades de ensino e pesquisa geridas pelo PARANAEDUCAÇÃO, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como de seus produtos e serviços;

III - permitir à Diretoria Executiva estabelecer processo de compra de materiais e serviços mediante procedimentos licitatórios simplificados, observados os princípios inscritos nas Constituições e na legislação atinente em vigor, em especial a Lei Federal 8.666/93, ou a que lhe vier suceder, publicando as normas em Diário Oficial do Estado;

IV - Fixar as condições de remuneração e de repasse das receitas financeiras da entidade.

§ 2º - A execução do Contrato de Gestão será supervisionada pela secretaria de Estado da educação, e fiscalizada pela Assembléia Legislativa do Estado.

§ 3º - O Contrato de Gestão, que terá prazo de 20 (vinte) anos, poderá ser modificado, de comum acordo entre as partes que o subscreverem, no curso de sua execução, para incorporar ajustes aconselhados pela supervisão ou pela fiscalização.

§ 4º - O Contrato de Gestão poderá ser modificado, por motivo imperativo, após 10 (dez) anos de vigência, constituindo-se para apreciar tais alterações uma comissão especial, composta pelo Secretário de Estado da educação, como representante do Governo do Estado, um Deputado Estadual, indicado pelo Presidente da Assembléia Legislativa, um representante da Associação de Pais e Mestres, sendo presidente um integrante do Ministério Público.

TÍTULO V DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 16 - As contas do PARANAEDUCAÇÃO deverão ser aprovadas, anualmente, pela Assembléia Legislativa.

§ 1º - O PARANAEDUCAÇÃO encaminhará, anualmente, à Secretaria de Estado da educação - SEED, que enviará à Assembléia Legislativa do Estado, até 31 de março de cada ano, relatório circunstanciado sobre a execução de seus planos, programas, projetos, atividades, produtos e serviços, expressos em Planos de Ação Estratégica, nos Planos Anuais e Plurianuais e nos correspondentes Orçamentos, com a prestação de contas dos recursos neles aplicados, a avaliação do andamento do Contrato de Gestão e as análises de desempenhos gerenciais cabíveis.

§ 2º - Por deliberação do Conselho de Administração ou determinação do Superintendente serão processadas auditorias internas e externas nas operações da entidade.

TÍTULO VI DAS RECEITAS

Art. 17 - Constituem receitas do PARANAEDUCAÇÃO:

I - dotações orçamentárias que lhe destinar o Poder Público Estadual ou outras modalidades governamentais, na forma do Contrato de Gestão;

II - empréstimos, doações, legados, auxílios, contribuições e outras subvenções de entidades públicas ou particulares e de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

III - recursos provenientes da venda de seus produtos e da prestação de serviços;

IV - recursos provenientes de fundos especiais;

V - rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob sua administração;

VI - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos, celebrados com entidades públicas ou privadas;

VII - receitas provenientes de alienação de bens móveis e imóveis; e

VIII - outros recursos que lhe venham ser destinados.

TÍTULO VII DO REGIME DOS EMPREGADOS

Art. 18 - As ações do PARANAEDUCAÇÃO, compreendendo todas as atividades administrativas e técnicas relacionadas com planos, programas, projetos, produtos e serviços, de sua responsabilidade, serão exercidas e desempenhadas por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e por terceiros, pessoas jurídicas ou físicas, observada a legislação em vigor.

Art. 19 - A Diretoria Executiva do PARANAEDUCAÇÃO, no prazo de 90 (noventa) dias de sua posse, apresentará um Plano de Cargos e Salários, estabelecendo a política salarial e de benefícios dos empregados, com a instituição de plano de carreira, contendo critérios de promoção e de valorização profissional.

§ 1º - Os valores salariais dos cargos e funções serão fixados em correspondência com valores de mercado e, se necessário, revistos periodicamente.

§ 2º - O Plano de Cargos e Salários, bem como as suas revisões e alterações, deverá ser apreciado e aprovado pelo Conselho de Administração.

§ 3º - Os funcionários públicos estaduais, sob o regime jurídico único, poderão optar pelo novo regime de alterações de trabalho do PARANAEDUCAÇÃO, desde que:

I - o requeiram formalmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da aprovação do Plano de Car-

gos e Salários, de que trata o "caput" deste artigo;

II - haja cargo vago disponível e compatível com a sua formação e especialização;

III - seja considerado de interesse da entidade, a critério exclusivo da Comissão instituída para decidir sobre a matéria; e

IV - se desvincule do Serviço Público e, se for o caso, de qualquer outra atividade profissional remunerada.

TÍTULO VIII DO PATRIMÔNIO DO PARANAEDUCAÇÃO

Art. 20 - O patrimônio do PARANAEDUCAÇÃO será constituído:

I - pelo acervo de bens e direitos que adquirir ou vierem a ser-lhe incorporados;

II - pelos legados, doações e heranças que receber, de pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, nacional, estrangeira ou internacional;

III - por quaisquer outros bens e direitos que vierem a se incorporar ao PARANAEDUCAÇÃO.

Art. 21 - Com a extinção do PARANAEDUCAÇÃO os seus bens e direitos serão revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná.

TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações orçamentárias necessárias para o presente exercício, de forma a proporcionar cobertura orçamentária para os projetos e atividades a serem desenvolvidos pelo PARANAEDUCAÇÃO.

Art. 23 - A Diretoria Executiva do PARANAEDUCAÇÃO, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta lei, promoverá a sistematização da legislação estadual em vigor, inerente ao desenvolvimento do Sistema Estadual de Educação.

Art. 24 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 108/97

Curitiba, 01 de dezembro de 1997.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, alterando os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

O plano de lei ora proposto, que resulta de estudos procedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, visa aprimorar disposições da Lei do IPVA, adaptando-as à atual conjuntura em relação a tal tributo, harmonizando-o, inclusive, com o novo Código Nacional de Trânsito, instituído pela Lei Federal nº 9503, de 23 de setembro de 1997 e vigorar a partir de janeiro próximo.

Apresentando maior detalhamento quanto aos aspectos de conveniência e oportunidade de que se reveste a medida, é adiante transcrita, justificativa que me foi apresentada pela Secretaria de Estado da Fazenda, através do protocolado sob nº 3.461.886-0/97:

"Alteração 1ª - dispensa o pagamento do imposto relativo ao período em que o veículo furtado esteve fora da posse do proprietário, sempre que o bem for recuperado. Os procedimentos relativos à forma e prazo para pagamento deverão ser detalhados em Instrução da Secretaria da Fazenda.

Alteração 2ª - atribui responsabilidade solidária ao adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores.

Alteração 3ª - o inciso II aprimora a redação do texto anterior e condiciona a concessão do benefício à reciprocidade de tratamento tributário; o inciso VII, por sua vez, amplia o benefício da isenção aos veículos destinados exclusivamente ao transporte escolar, e cuja posse é decorrente de contrato de arrendamento mercantil.

Alteração 4ª - suprime penalidades relativas ao cadastro de veículos, uma vez que as mesmas estão previstas na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, a vigorar a partir de janeiro/1998.

Art. 2º - autoriza o Sr. Secretário de Estado da Fazenda a reemitir créditos tributários, no valor de até quatro UPF/PR, na forma do art. 172, inciso III do CTN".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus pro-

testos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam introduzidas na Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as seguintes alterações:

Alteração 1ª - O § 3º do art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º - Na hipótese do parágrafo anterior, caso os veículos venham a ser recuperados, o imposto do exercício em que ocorrer a recuperação será devido na razão de 1/12 (um doze avos) por mês, contados a partir daquele em que tenha sido expedido o Auto de Entrega pelo órgão competente, ficando dispensada a cobrança do imposto relativo ao período em que o veículo esteve fora da posse direta do seu proprietário, na forma e prazo previstos em instrução secretarial".

Alteração 2ª - A alínea "e" do inciso I do art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe a alínea "f":

"e) o adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores;

f) qualquer pessoa que detiver a posse do veículo".

Alteração 3ª - Os incisos II e VII do art. 14 passam a vigorar com a seguinte redação, ficando renumerado o parágrafo único para § 1º e acrescentando-se-lhe o § 2º:

"II - os veículos de propriedade de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações de Organismos Internacionais, de caráter permanente e respectivos funcionários estrangeiros indicados pelo Ministério de Relações Exteriores;

...
VII - destinados, exclusivamente, ao transporte escolar, cuja propriedade ou posse decorrente de contrato de arrendamento mercantil seja de pessoa física ou prefeitura municipal;

...
§ 2º - O benefício de que trata o inciso II fica condicionado à existência de reciprocidade de tratamento tributário, declarada pelo Ministério de Relações Exteriores".

Alteração 4ª - O inciso II do art. 15 passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - sessenta UFIR, ao contribuinte que não efetuar o cadastramento de embarcações e aeronaves, na forma e

prazo estabelecidos em instrução secretarial".

Art. 2º - Fica o Secretário de Estado da Fazenda autorizado a cancelar créditos tributários lançados até 31 de dezembro de 1992, cujo montante atualizado seja igual ou inferior a quatro Unidades Padrão Fiscal do Paraná - UPF/PR.

Art. 3º - Fica aprovada, nos ter-

mos do inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, a tabela de valores venais para o cálculo do IPVA do exercício de 1998, que constitui o Anexo Único desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1998, ficando revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IPVA - 1998

1998A - 1998

TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL

	MODELOS	FAIXA	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978
A - AUTOMOVEIS CAMIONETAS E UTILITARIOS - NACIONAIS																						
FIAT																						
	147/OGGIPAZIO - TODOS	150								2800	2300	2000	1840	1893	1557	1433	1318	1213	1116	1026	944	899
	ALFA ROMEO (NACIONAL) - TODOS	152								4800	4300	3700	3404	2800	2578	2370	2180	2008	1845	1686	1562	1437
	ELBA CSL - TODAS	154				8300	7000	6200	5500					3132	2881	2651	2439	2244	2054	1899	1747	1607
	ELBA WEEKEND - TODAS	155	10100	9500	8400	7600	6400	5800	5000													
	ELBA - OUTRAS	153	10100	9500	8400	7600	6400	5800	5000	4500	4000	3400	3128	2678	2648	2436	2241	2082	1897	1745	1605	1477
	PANORAMACITY/FIORINO/PICK-UP - TODAS	156	9000	8300	7600	6800	5700	5200	4600	4000	3600	3100	2852	2624	2414	2221	2043	1880	1729	1591	1464	1347
	PALIO EL	177	12500	11500																		
	PALIO ED	178	9500	8600																		
	PALIO EDX	179	10500	9600																		
	PALIO 16 V	180	15000	14200																		
	PALIO WEEKEND 16 V - TODOS	172	14900																			
	PALIO WEEKEND STILLE / SPORT - TODOS	173	18100																			
	PALIO OUTROS	181	11700	11100																		
	PREMIO CS - TODOS	188				6800	6200	5700	4900	4500	3900	3400	3128	2678	2648	2436	2241	2062	1897	1745	1605	1477
	PREMIO CSL - TODOS	187			8500	7600	7000	6200	5500	4900	4300	3700	3404	3132	2881	2651	2439	2244	2064	1899	1747	1607
	PREMIO - OUTROS	159				8500	7600	6900	5700	5000	3900	3400	3128	2678	2648	2436	2241	2062	1897	1745	1605	1477
	SIENA - TODOS	175	15500																			
	TEMPRA OURO - (EXCETO 16V)	161			12900	11500	10100	8500	7000													
	TEMPRA OURO 16V - TODOS	180	20000	19000	17900	15900	13700															
	TEMPRA 16V - OUTROS	170	18000	17100	15300	13800	12300	11200														
	TEMPRA - TURBO	162	24000	22600	21800	19000																
	TEMPRA - STILLE	182	28000	24600	19900	17200																
	TEMPRA - OUTROS	158	15500	14200	12800	11200	9900	8500	7900													
	TIPO - TODOS	178	13000	11500	10400	8700	8000															
	UNO CS - TODOS	164	9400	8900	8300	7400	6100	5500	4800	4300	3800	3300	3036	2793	2570	2364	2175	2001	1841	1694	1558	1433
	UNO CSL - TODOS	167				7600	6700	6100	5300													
	UNO MILLE/ELETRONIC - TODOS	166	8100	7400	6600	5800	5500	4900	4500	3900	3300	2900	2688									
	UNO 1.5R/L16R - TODOS	165				9100	7600	6800	6000	5300	4700	4100	3772	3470	3193	2937	2702	2486	2287	2104	1936	1781
	UNO - OUTROS	163	8800	8300	7600	6800	5700	5200	4600	4000	3600	3100	2852	2624	2414	2221	2043	1880	1729	1591	1464	1347
	OUTROS MODELOS - FIAT	199	10600	10000	8800	8100	7200	6700	5700	5000	4600	4100	3772	3470	3193	2937	2702	2486	2287	2104	1936	1781

FORD

[illegible]

1998 - 1999

GENERAL MOTORS																						
A10/C10/A20/C20 NORMAIS - TODAS	223	18700	17700	15600	13400	11800	10900	9700	8500	7600	6700	6164	5671	5217	4800	4416	4063	3738	3439	3163	2919	
A10/A20/C20 ESP/ADAPTADAS - TODAS	227	22000	20900	19100	16100	14200	12500	10800	10000	8800	7800	7178	6602	6074	5588	5141	4730	4351	4003	3683	3388	
B1/AZER - OUTRAS	183	23000	21600	19900																		
B1/AZER DLX	184	26800	25200	22100	18000	15800	13300	11800	10400	9500												
BONANZA CUSTOM S - TODAS	242				19900	17100	14700	13100	11500	10200	4600	4232	3893	3582	3295	3032	2789	2566	2361	2172	1988	
BONANZA CUSTOM LUXE - TODAS	234						9600	7600	6600	5900	4800	4232	3893	3582	3295	3032	2789	2566	2361	2172	1998	
BONANZA DIPLOMATA - TODAS	201						8300	7400	6500	5700	4800	4232	3893	3582	3295	3032	2789	2566	2361	2172	1998	
CARAVAN - OUTRAS	202					4700	4000															
CARAVAN - OUTROS	208					5100	4500	3900	3500	3100	2700	2484	2285	2102	1934	1780	1637	1506	1386	1275	1173	
CHEVETTE JUNIOR - TODOS	203					5500	5000	4400	3800	3400	3000	2760	2539	2336	2149	1977	1819	1674	1540	1416	1303	
CHEVETTE - OUTROS	206	7100	6700	6100	5700	5500	5000	4400	3800	3400	3000	2760	2539	2336	2149	1977	1819	1674	1540	1416	1303	
CHEVY - TODAS	248	8800	8000	7100	6600	5700																
CORSA 1.07/CORSA WIND / CORSA SUPER	185	11500	10400	8800	7800	6900																
CORSA GL 1.4 / 1.6 / SEDAN (exceto Pick-Up)	186	10800	10200	8600	7600	6800																
CORSA PICK-UP	187	15000	13700	11600	10300	8900																
CORSA GLS	188	16000	15200	13600	12200	11000																
CORSA GSI	193	14600																				
CORSA WAGON GL - TODOS	194	16900			7800	6900																
CORSA WAGON GLS - TODOS	247	11000	10400	8800							8400	7728	7110	6541	6018	5536	5093	4686	4311	3966	3649	
CORSA - OUTROS	221										15200	13964	12865	11836	10889	10018	9217	8479	7601	7177	6603	
D10/D15 CABINE SIMPLES - TODAS	210	31000	29000	27000	25000	23000	21000	19500	17900	16300	8900	8168	7533	6930	6376	5866	5397	4965	4568	4202	3666	
D10/D20 - ESPECIALS/ADAPT - TODAS	224	26000	24700	21300	19000	15900	14400	12700	11400	10100												
D20 CABINE SIMPLES - TODAS	230						9000	7600	7100	6600												
KADETT GS - TODOS	250	15000	14200	13300	11800	10600	9500	8000	8000	5200												
KADETT SPORT / GSI / MPFI	232	14000	13100	11800	10200	8600	7700	6900	6100	5700	5200											
KADETT SLE/GLS / SLE - EFI - TODOS	252	12700	12000	10900	9800	8300	7500	6600	5900	5600	5100											
KADETT SL/GI/SL-EFI - TODOS	228	13000	12300	10900	9000	8000	7600	6500	6400	6100	5500											
KADETT IPANEMA SL/GI/SL-EFI - TODOS	228	15000	14200	12000	11400	9300	7900	7400	7000	6600	5900											
KADETT IPANEMA SL/GI/SL-EFI - TODOS	251	13500	12800	11500	10400	9200	7900	6900	6200	5700	5100											
KADETT IPANEMA - OUTROS	231	12600	11800	10800	9700	8200	7400	6600	5900	5600	5000											
KADETT - TODAS	215					10400	9400	8200	7300	3400	2900	2668	2455	2256	2078	1911	1758	1618	1488	1369	1260	
MARAJÓ - TODAS	255					10400	9400	8200	7300	8500	5700	5244	4924	4439	4083	3757	3456	3180	2925	2691	2476	
MONZA CLASSIC - OUTROS (exceto MPFI)	254																					
MONZA CLASSIC SE MPFI/1-TECH-TODOS	207					10400	9400	8200	7300													

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IPVA - 1998

TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL

MODELOS	FAIXA	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978
MONZA GLS/650/BARCEL/CLASS-TODOS	253	13000	12300	11500	10500	9600	8500	7000	6400	5500	4500	4140	3809	3504	3224	2966	2729	2510	2309	2125	1955
MONZA GLS/1600/EFI-TODOS	211	16000	15000	13900	12100	10500	9500	7800	7000	6200	5500	5060	4655	4283	3940	3625	3335	3068	2823	2597	2389
MONZA - OUTROS	209	12300	11600	10500	9500	8000	7200	6300	5600	5000	4400	4048	3724	3426	3152	2900	2668	2455	2258	2078	1911
OMEGA GLS - TODOS	239	26300	23000	19900	18000	16100	15200														
OMEGA CD - TODOS	238	35000	31000	23200	22700	21300	19900														
OMEGA SUPREMA GLS - TODOS	259	23000	19000	18000	17000	16000	15000														
OMEGA SUPREMA CD - TODOS	258	29000	26500	23000	22000	21300	19900														
OMEGA SUPREMA - OUTROS	257	22000	19000	18000	17000	16000	15000														
OMEGA - OUTROS	256	23200	22000	20000	18000	16100	15200														
OPALA DIPLOMATA - TODOS	217						9400	8200	7400	6500	5700	5244	4824	4439	4083	3757	3456	3180	2925	2691	2478
OPALA - OUTROS	218						8400	7400	6600	5800	5100	4692	4317	3971	3654	3361	3092	2845	2617	2408	2215
S10 S2.2 - TODAS	189	18000	16500	14400	12900																
S10 DE LUXE (EXCETO 4.3)	190	20000	19000	16000	14600																
S10 DE LUXE 4.3 - TODAS	191	26000	25000	21400	19100																
S10 - OUTRAS	192	18000	16500	14400	12900																
VECTRA GL	243	19000	18000																		
VECTRA GLS - TODOS	261	22000	20900	19000	17200	15200															
VECTRA GS - TODOS	262	26000	24700	22800	18200	16100															
VECTRA CD - TODOS	260	25000	23700	19900	16300	14400															
VERAINEO - TODAS	219	29000	27500	23100	19000	17100	15200	13900	11800	9300	8000	7380	6771	6230	5731	5273	4851	4463	4108	3777	3475
OUTROS MODELOS - GM	249	15200	14300	12800	11300	9700	9000	7800	7100	6300	5500	5060	4655	4283	3940	3625	3335	3068	2823	2597	2389

GURGEL

BR-800/SUPERMINI - TODOS	275				4200	3600	3200	2820	2400	2200	1900	1748	1608	1480	1361	1252	1152	1060	975	897	825
CARAJAS - TODOS	270						5000	4490	3900	3500	3000	2760	2539								
OUTROS MODELOS - GURGEL	278				4700	3900	3600	3130	2800	2500	2200	2024	1862	1713	1576	1450	1334	1227	1129	1039	956

VOLKSWAGEN

APOLLO - TODOS	320																									
FUSCA/BRASILIA - TODOS	300	6000	5700	4700	4300	3700	3300	2700	2400	2100	1932	1777	1635	1504	1384	1273	1171	1078	992	912						
GOL I / GOL MI / MI PLUS / 1000 / 1000 I - TODOS	316	8000	7400	6600	6000	4700	4500	4200	3900	3600	3400															
GOL S / L / CL / CL I - TODOS	304	11500	10400	7600	6800	6500	5800	5200	4600	4100	3500	3220	2962	2725	2507	2307	2122	1952	1796	1653	1520					
GOL LS / GL / GLS / GLI - TODOS	312	12500	11400	9100	8000	7400	6400	5800	4900	4400	3800	3496	3216	2959	2722	2505	2304	2120	1950	1794	1651					
GOL GT / GLS / TSI - TODOS	301	15000	13900	10900	10400	9500	8600	7600	6700	6000	5200	4784	4401	4049	3725	3427	3153	2901	2669	2455	2259					
GOL GTI - TODOS	302	18000	16300	13900	12300	11200	10000	8800	7800	7000	6400															
GOL FURGAO - TODOS	317	8000	7600	6800	6100	5200	4600	4000	3600	3200	2800	2576	2370	2180	2006	1845	1698	1562	1437	1322	1216					
GOL - OUTROS	303	8500	8000	7400	6800	5800	5000	4400	3900	3500	3100	2852	2624	2414	2221	2043	1860	1729	1591	1464	1347					
KOMBI - TODAS	314	9500	9000	7200	6400	5900	5200	4700	4300	4000	3400	3128	2878	2648	2436	2241	2052	1897	1745	1605	1477					
LOGUS CL / GL / GLI - TODOS	322	13000	12300	10400	10000	9200	8000																			
LOGUS GLS / GLS I - TODOS	323	15200	14400	13300	11800	10900	9500																			
LOGUS - OUTROS	297	14100	13300	11600	10600	10000	8700																			
PARATI S / CL / CL I - TODAS	298	13000	11400	9500	8700	8000	7600	7100	6600	6100	5300	4876	4486	4127	3797	3493	3214	2957	2720	2502	2302					
PARATI GLS / GL / GLI - TODAS	315	15000	13300	10900	9700	8500	8200	7700	6900	6200	5500	5060	4655	4283	3940	3625	3335	3068	2823	2597	2389					
PARATI GLS / GLS I / GLI - TODAS	299	17000	15200	12300	11200	10200	9100	8100	7400	7100	6000	5520	5078	4672	4298	3954	3638	3347	3079	2833	2606					
PARATI - OUTRAS	306	14000	13300	10900	9800	9200	8400	7600	6900	6500	5600	5152	4740	4361	4012	3691	3396	3124	2874	2644	2432					
PASSAT - TODOS	305							4300	3800	3400		3128	2878	2648	2436	2241	2052	1897	1745	1605	1477					
POINTER CL / CL I - TODOS	331	14000	12500	11800	10800	9700																				
POINTER GL / GLI - TODOS	332	15000	14000	12500	11400	10400																				
POINTER GTI - TODOS	333	17000	16000	15000	14500	13400																				
QUANTUM CS / CL / CL I 1.8 / 2000 - TODAS	307	18000	16500	13700	12000	11000	8400	7500	6800	5800	5500	5060	4655	4283	3940	3625	3335	3068	2823	2597	2389					
QUANTUM CG / GL / GLI / 2000 MI / 2000 I - TODAS	324	18000	17400	15800	14200	11800	9500	8300	7500	7200	6300	5786	5332	4906	4513	4152	3820	3514	3233	2975	2737					
QUANTUM CD / GLS / GLS I - TODAS	325	21000	19700	17800	15000	13500	10100	9000	8100	7600	6800	6256	5756	5295	4871	4482	4123	3793	3490	3211	2954					
QUANTUM - OUTRAS	308	18000	16500	13700	12000	11000	8400	7500	6800	5800	5500	5060	4655	4283	3940	3625	3335	3068	2823	2597	2389					
SANTANA CS / CL / CL I / 1.8 Mi - TODOS	328	15500	14200	12300	11400	9800	8300	7400	6500	5700	4800	4416	4063	3738	3439	3164	2911	2678	2463	2266	2065					
SANTANA CG / GL / GLI / 2000 MI - TODOS	329	18500	15600	13700	12500	11400	10200	7900	7400	6600	5500	5060	4655	4283	3940	3625	3335	3068	2823	2597	2389					
SANTANA CD / GLS / GLS I / EXECUT - TODOS	309	20000	18000	16600	14700	12800	11000	8700	7800	7200	5900	5428	4994	4594	4227	3889	3577	3291	3028	2766	2563					
SANTANA - OUTROS	310	15500	14200	12300	11400	9800	8300	7400	6500	5700	4800	4416	4063	3738	3439	3164	2911	2678	2463	2266	2065					

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IPVA - 1998

TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL

MODELOS	FAIXA	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	3137	3138	3139	3140	3141	3142	3143	3144	3145	3146	3147	3148	3149	3150	3151	3152	3153	3154	3155	3156	3157	3158	3159	3160	3161	3162	3163	3164	3165	3166	3167	3168	3169	3170	3171	3172	3173	3174	3175	3176	3177	3178	3179	3180	3181	3182	3183	3184	3185	3186	3187	3188	3189	3190	3191	3192	3193	3194	3195	3196	3197	3198	3199	3200	3201	3202	3203	3204	3205	3206	3207	3208	3209	3210	3211	3212	3213	3214	3215	3216	3217	3218	3219	3220	3221	3222	3223	3224	3225	3226	3227	3228	3229	3230	3231	3232	3233	3234	3235	3236	3237	3238	3239	3240	3241	3242	3243	3244	3245	3246	3247	3248	3249	3250	3251	3252	3253	3254	3255	3256	3257	3258	3259	3260	3261	3262	3263	3264	3265	3266	3267	3268	3269	3270	3271	3272	3273	3274	3275	3276	3277	3278	3279	3280	3281	3282	3283	3284	3285	3286	3287	3288	3289	3290	3291	3292	3293	3294	3295	3296	3297	3298	3299	3300	3301	3302	3303	3304	3305	3306	3307	3308	3309	3310	3311	3312	3313	3314	3315	3316	3317	3318	3319	3320	3321	3322	3323	3324	3325	3326	3327	3328	3329	3330	3331	3332	3333	3334	3335	3336	3337	3338	3339	3340	3341	3342
---------	-------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IPVA - 1998

MODELOS	FAIXA	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978
D-400D-60D-65D-68D-70D-80 - TODOS	531							8500	7600	6600	5900	5478	4904	4504	4227	3889	3577	3291	3028	2786	2563
D-6403D-6503D-6803 - TODOS	532														5700	5244	4824	4439	4083	3757	3456
D-7403D-7503D-7803 - TODOS	538															3300	3036	2793	2570	2364	2175
OUTROS MODELOS - GM	549	22900	21700	19200	17100	15900	14600	13100	11700	11000	9900	9108	8379	7709	7097	6525	6003	5523	5081	4674	4300

MERCEDES BENZ

19xx - TODOS	557	70000	66500	60800	55100	50300	44600	38900	34200	31300	27600	25392	23361	21492	19772	18191	16735	15397	14165	13032	11989
20xx / 22xx / 23xx - TODOS	559	58000	55100	51300	47500	43700	40800	38000	35100	33200	29400	27048	24884	22893	21062	19377	17827	16401	15089	13882	12771
2624/2635 - TODOS	562	70000	66500	61700	55500	51000	46000	42500	39000	36000											
6xx/7xx/9xx - TODOS	551	30000	28500	25800	22800	20900	19000	18000	17100	16100	13800	12696	11690	10746	9886	9095	8368	7698	7082	6516	5995
L-LSLK-LALAK-11xx/12xx - TODOS	552	43000	40800	38000	36100	33200	31300	28500	27500	26500											
L-LSLK-15xx - TODOS (exceto 1525)	554																				
L-LSLK-LALAK-13xx/14xx/16xx-TODOS	553	50000	47500	43700	40800	38000	36100	33200	31300	28500	24800	22816	20901	19311	17767	16345	15038	13835	12726	11710	10773
LO-8xx/OF-8xx/O-371-R-PLATAFORMA - TODOS	657	50000	47500	42700	38000	34200	27500	25600	22800	19000	15600	14352	13204	12148	11176	10282	9459	8702	8006	7366	6776
O-371-U-UP/O-371-R-RS-RSE	655	50000	47500	42700	38000	34200	27500	25600	22800	19000	15600	14352	13204	12148	11176	10282	9459	8702	8006	7366	6776
O-3xx - TODOS (exceto O-371)	658																				
O-4xx - TODOS	659	50000	47500	42700	38000	34200															
O-LO-6xx/7xx - TODOS	662																				
LP-11xx/PO-11xx/OF-11xx - TODOS	663																				
OF-13xx/CH-13xx/14xx/15xx - TODOS	664	50000	47500	42700	38000	34200	27500	25600	22800	19000	15600	14352	13204	12148	11176	10282	9459	8702	8006	7366	6776
OUTROS MODELOS - MERCEDES	669	43000	40800	38000	36100	33200	31300	28500	27500	23700	21100	19412	17859	16430	15116	13907	12794	11771	10829	9963	9166

SCANIA

F-113 HL 4x2 200 - TODOS	564																				
F-113 HL 4x2 310 - TODOS	565																				
K-112 CL HL - TODOS	671																				
K-112 TL - TODOS	672	82000	77800	74100	70000	66500	62300	61700	57000	54100	49600	45632	41981	38623	35533	32690	30075	27668	25456	23419	21546
K-113 CL 4x2 320 - TODOS	568	75000	71200	64600	59800	57000															
K-113 TL 6x2 360 - TODOS	572	100000	95000	90200	85500	71200	68500	36100	33200	32100	28600	26312	24207	22270	20489	18850	17342	15954	14678	13504	12424
K-113 - OUTROS	674																				
L-113 CL 4x2 260 - TODOS	574																				
R-112 - TODOS	581																				
R-113 - H - TODOS	582	60000	57000	54100	48400	44600	42700	39900	53200	51300	46000	42320	38934	35820	32854	30318	27892	25661	23608	21719	19982
R-142 HHS-HW - TODOS	583																				
R-142 E - TODOS	584																				
R-143 E - TODOS	589																				
R-143 H - TODOS	590	115000	109200	103500	97800	92100	87400	81700	78800	75000	69000	63480	59402	53729	49431	45477	41836	38491	35412	32579	29873
S-112 - TODOS	673																				
S-113 CL 4x2 310 - TODOS	577																				
T-112 HHS-HW-MA-TODOS	585																				
T-112 E-ES-EW - TODOS	586																				
T-113 H 4x2 320 - TODOS	593	74500	70700	68400	64800	61700	58900	55100	52200	49400	44100	40572	37326	34340	31593	29065	26740	24601	22633	20822	19157
T-113 H 4x2 360 - TODOS	594	75000	71200	68400	64800	61700	58900	55100	52200	49400	44100	40572	37326	34340	31593	29065	26740	24601	22633	20822	19157
T-142 HHS-HW-HK - TODOS	587																				
T-142 E-ES-EW - TODOS	588																				
T-143 HHS-HW - TODOS	592	76000	72200	68400	65500	62700	58900	55100	52200	49400	44100	40572	37326	34340	31593	29065	26740	24601	22633	20822	19157
OUTROS MODELOS - SCANIA	679	49700	47200	44400	41800	39600	37300	34900	33900	32300	29800	27416	25223	23205	21349	19641	18069	16624	15294	14070	12945

VOLKSWAGEN

11 xxx/12 xxx/13xxx - TODOS	603	40000	38000	37000	35100	33200	31300	29400	27500	25600	23000	21160	19467	17910	16477	15159	13946	12830	11804	10860	9991
14 210 - TODOS	607																				
14 xxx/16 xxx - TODOS	605	60000	57000	52200	47500	42700	38900	36100	33200	31800	28600	26312	24207	22270	20489	18850	17342	15954	14678	13504	12424
35 300 - TODOS	608	63000	59800	55100	50300	45600	42800	39400	36200	33300	29900	27508	25307	23283	21420	19707	18190	16680	15345	14118	12988
22 xxx/24 xxx - TODOS	606	65000	61700	57000	52200	47500	44100	40800	37400	34300	31000	28520	26238	24139	22208	20432	18787	17293	15910	14637	13486
6 60/7 60/17 90 - TODOS	609																				
7 xxx - TODOS	602	34000	32300	30400	28500	26600	24700	22800	20900	18000	16500	15180	13966	12848	11820	10875	10005	9204	8486	7787	7187

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IPVA - 1998

TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL

MODELOS	FAIXA	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978
8 xxx - TODOS	610	35300	33500	31300	28900																
OUTROS MODELOS - VW	619	29400	27900	26100	24200	22100	20500	19000	17500	16300	14700	13524	12442	11447	10531	9688	8913	8200	7544	6941	6386
VOLVO																					
B-10 M 4x2 - TODOS	681	109600	104100	97200	91700	86600	80100	70900	65700	60800	55500	51060	46975	43217	39760	36579	33653	30960	28484	26205	24109
B-10 M 6x2 - TODOS	682	120100	114000	107500	101400	95600	88600	78400	70000												
B-12 4x2 - TODOS	684	109600	104100	97200	91700																
B-12 6x2 - TODOS	685	120100	114000	107500	101400																
B-58 (EXCETO BIARTICULADO)	683	90300	85700	80100	75600	71300	66100	58500	54100	50100	45800	42136	38765	35664	32811	30186	27771	25549	23505	21625	19895
B-58 BIARTICULADO - TODOS	629	116700	110800	103500	97700	92100	85400														
B-102A - TODOS	630																				
N10N10H - TODOS	632	55200	52400	48900	46100	43600	40300	35700	33000	30400	27100	24932	22932	21102	19414	17861	16432	15118	13908	12796	11772
N10N10H - TODOS	625																				
N10N10H - TODOS	633																				
N10N10H - TODOS	634																				
N10N10H - TODOS	635																				
N10N10H - TODOS	637																				
N12N12H - TODOS	638																				
N12N12H - TODOS	639																				
N12N12H - TODOS	641	71300	67700	61500	58400	55400	51500	44800	40800	37700	34300	31556	29032	26709	24572	22606	20798	19134	17603	16195	14900
N12N12H - TODOS	645	67500	64100	59900	56300	53000	49400	43000	39800	36400	33200	30544	28100	25852	23784	21882	20131	18521	17039	15676	14422
N12N12H - TODOS	642	75300	71500	68300	63400	59300	54400	47100	43200	39800	36200	33304	30640	28189	25933	23859	21950	20194	18579	17092	15725
N12N12H - TODOS	643	79200	75200	71800	67000	62900	58500	50600	45800	41800	38000	34960	32163	29590	27223	25045	23041	21198	19502	17942	16507
N12N12H - TODOS	644	81000	76900	72600	67600	63400	58900	50600	45800	41800	38000	34960	32163	29590	27223	25045	23041	21198	19502	17942	16507
N12N12H - TODOS	689	71000	67400	63100	59500	56200	52000	45900	42600	39500	36000	33120	30470	28033	25790	23727	21829	20082	18476	16998	15638
OUTROS MODELOS - VOLVO																					

FABRICANTES E/OU MODELOS NÃO ESPECIFICADOS

CAMINHÕES/ÔNIBUS - TODOS	699	31000	29400	27500	25600	22800	20900	19000	17100	16100	14700	13524	12442	11447	10531	9688	8913	8200	7544	6941	6386
--------------------------	-----	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	------	------	------	------	------	------

D - AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITÁRIOS - IMPORTADOS

ALFA ROMEO

145/155 - TODOS	918	26000	24100	19800	17400	15000	13500	12200													
164 - TODOS	919	39000	36100	29900	26600	22800	20600	18600	16400	14800	12800	11776	10834	9967	9170	8436	7761	7140	6569	6044	5560
SPIDER - TODOS	917	51200	48600	39800																	
OUTROS MODELOS	920	26000	24100	19800	17400	15000	13500	12200	11000	9900	8600	7812	7279	6697	6161	5668	5215	4797	4414	4061	3736

ASIA MOTORS

TOWNER (exceto TRUCK)	744	10200	9600	7900	7000	6000															
TOWNER TRUCK - TODOS	761	9000	8500	7400	6600	5700															
AM 102 ROCSTA - TODOS	762	16800	15900	13300	12300	10600															
TOPIC / HI-TOPIC - TODAS	745	24000	22600	18500	16300	14000	12600	11400													
OUTROS MODELOS - ASIA MOTORS	755	10200	9600	7900	7000	6000	5400	4900	4400	3900	3400	3128	2878	2648	2436	2241	2062	1897	1745	1605	1477

AUDI

A4 - TODOS	785	50000	47500	38000	33200																
A3 - TODOS	867	39000	35100																		
A6 - TODOS	798	56000	53200	48400	43700																
80 - TODOS	797	47000	44600	36500	32200																
A8 - TODOS	798	95000	89300	79800																	
OUTROS MODELOS	799	47000	44600	36500	32200	27800	24800	22300	20100	18000	15700	14444	13288	12725	11247	10349	9520	8759	8058	7413	6820

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

IPVA - 1996

TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL

MODELOS	FAIXA	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978
BMW																					
316/318/320 - TODAS	760	41000	38900	31900	28000	24000	31000														
323/325/328/330 - TODAS	761	50000	47500	42700	38400	34200	31000														
525/528/530 - TODAS	762	58000	56000	48400	39900	35300															
538/540 - TODAS	763	64000	60800	56000	51700	46500															
730/740 - TODAS	765	110000	95000	76000	65500	52200															
750 - TODAS	766	120000	114000	80700	71200	61700															
850 - TODAS	767	135000	123500	95000	85500	76000															
OUTROS MODELOS ATÉ 145 CV	862	41000	38900	31900	28000	24000	21600	19400	17500	15700	13700	12604	11596	10568	9815	9029	8307	7642	7031	6469	5951
OUTROS MODELOS DE 146 a 195 CV	863	50000	47500	42700	38400	34200	30700	27600	24900	22400	19500	17940	16505	15184	13970	12852	11824	10878	10008	9207	8471
OUTROS MODELOS DE 196 a 294 CV	864	59000	56000	48400	39900	35300	31800	28500	25700	23100	20100	18492	17013	15652	14399	13248	12188	11213	10316	9490	8731
OUTROS MODELOS DE 295 a 350 CV	865	64000	60800	56000	51700	46500	41800	37100	33900	30500	26600	24472	22514	20713	19058	17532	16129	14839	13652	12559	11555
OUTROS MODELOS ACIMA DE 350 CV	868	110000	95000	76000	65500	52200	47000	42300	38000	34200	29900	27508	25307	23283	21420	19707	18130	16680	15345	14118	12988
CHRYSLER																					
CARAVAN / GRAND CARAVAN - TODOS	868	49000	41000	34000	31000																
NEON - TODOS	869	23000	21000																		
STRATUS - TODOS	870	29000	26500																		
IMP/DODGE / IMP CHRYSLER - OUTROS	845	25000	23700	20900	18500	16100	13700	12300	10900	9800	8500	7820	7194	6619	6089	5602	5154	4742	4362	4013	3692
CITROEN																					
AXGT/BR - TODOS	970	16500	15000	13000	11400	9800															
XANTIA 16 V - TODOS	971	30700	28000	23900	21000	18000															
XANTIA 16 V - TODOS	972	32500	30800	25300	22200	19100															
ZX 1.8 / ZX 1.9 - TODOS	973	21600	20500	18800	14700	12700															
ZX 2.0 - TODOS	974	27900	25000	22800	20100	17200															
OUTROS MODELOS	975	16500	15000	13000	11400	9800	8700	7800	7100	6400	5500	5060	4655	4283	3940	3625	3335	3068	2823	2597	2389
DAEWU																					
ESPERO CD	766	21000	19900	17100																	
ESPERO/ESPERO DI X	800	19000	18000	15200	13300	11400															
PRINCE - TODOS	789	30000	28500	23300	20500	17600															
LANOS - TODOS	878	20500																			
S. SALON - TODOS	788	35000	33200	27200	23800	20800															
OUTROS MODELOS	791	14000	13000	12000	10800	9500	8400	7500	6800	5900	5100	4692	4317	3971	3654	3361	3092	2845	2617	2408	2215
DAIHATSU																					
CUORE - TODOS	837	10000	9000	7900	6900																
CHARADE - TODOS	805	14500	13700	11200	9900	8500															
APPLAUSE/PEROZA - TODOS	806	22000	20900	17100	15100																
OUTROS MODELOS	807	15600	14700	12100	10600	9200	8200	7400	6700	6000	5200	4784	4401	4049	3725	3427	3153	2901	2669	2455	2259
FERRARI																					
FERRARI - TODAS	710	232000	220400	180500	159000	138800	123100	110700	99700	89700	78200	71944	66188	60893	56022	51540	47417	43824	40134	36923	33989
FIAT																					
COUPÉ	708	33000	28000	27100																	
TEMPRA SW - TODOS	707	18000	17000	14300																	
OUTROS MODELOS - FIAT	709	15300	14500	12600	11300	9700	8300	7500	6700	6000	5200	4784	4401	4049	3725	3427	3153	2901	2669	2455	2259

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IPVA - 1998

TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL

MODELOS	FAIXA	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	3137	3138	3139	3140	3141	3142	3143	3144	3145	3146	3147	3148	3149	3150	3151	3152	3153	3154	3155	3156	3157	3158	3159	3160	3161	3162	3163	3164	3165	3166	3167	3168	3169	3170	3171	3172	3173	3174	3175	3176	3177	3178	3179	3180	3181	3182	3183	3184	3185	3186	3187	3188	3189	3190	3191	3192	3193	3194	3195	3196	3197	3198	3199	3200	3201	3202	3203	3204	3205	3206	3207	3208	3209	3210	3211	3212	3213	3214	3215	3216	3217	3218	3219	3220	3221	3222	3223	3224	3225	3226	3227	3228	3229	3230	3231	3232	3233	3234	3235	3236	3237	3238	3239	3240	3241	3242	3243	3244	3245	3246	3247	3248	3249	3250	3251	3252	3253	3254	3255	3256	3257	3258	3259	3260	3261	3262	3263	3264	3265	3266	3267	3268	3269	3270	3271	3272	3273	3274	3275	3276	3277	3278	3279	3280	3281	3282	3283	3284	3285	3286	3287	3288	3289	3290	3291	3292	3293	3294	3295	3296	3297	3298	3299	3300	3301	3302	3303	3304	3305	3306	3307	3308	3309	3310	3311	3312	3313	3314	3315	3316	3317	3318	3319	3320	3321	3322	3323	3324	3325	3326	3327	3328	3329	3330	3331	3332	3333	3334	3335	3336	3337	3338	3339	3340	3341	3342	3343	3344	33
---------	-------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	----

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IPVA - 1998

TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL

		FAIXA	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978
		MODELOS																				
		SEPHIA / SEPHIA SLX	923	13500	12800	10400	9200	7900														
		SEPHIA GTX	924	17800	16900	13800	12200	10400														
		OUTROS MODELOS KIA MOTORS	929	19500	18500	16100	14800	13600	12300	11400	10400	9500	8200	7544	6940	5874	5404	4972	4574	4208	3872	3562
		LADA																				
		LAIKA - TODOS	701	5400	5100	4500	4300	3700	3200	2700	2400											
		NIVA - OUTROS	702	8400	7900	7000	6300	5300	4400	4200	3700											
		NIVA PANTANAL - TODOS	703					5800	4900	4400	3900											
		SAMARA - TODOS	704	7400	6900	6100	5000	4400	3800	3400	3000											
		OUTROS MODELOS	705	6900	6500	5700	5100	4400	3800	3400	3000											
		LAND ROVER																				
		DEFENDER	721	28000	26600	23400	20900	18000	15400	13800												
		DISCOVERY	722	55800	53000	43500	38200	32900	28600	26700												
		OUTROS MODELOS	724	28000	26600	23400	20900	18000	15400	13800	12400	9700	8924	8210	7553	6949	6393	5862	5411	4978	4580	4214
		MAZDA																				
		PROTEGE / MX3 - TODOS	810	21300	20200	17700	14500	12100	10600	9800	8900	7900										
		626 - TODOS	811	26000	24000	20500	18000	16200	14600	13300												
		MPV - TODOS	812	40500	38400	34000	30200	26300	23000	20500	18000	15900	14000	12600	11400	10300	9300	8400	7500	6600	5700	4800
		B2200 - TODOS	813	15000	14200	11600	10200	8800	7600	6500	5500	4600	3800	3000	2300	1700	1200	800	500	300	150	50
		OUTROS MODELOS	814	21300	20200	17700	14500	12100	10600	9800	8900	7900										
		MERCEDES-BENZ																				
		180 / 190 - TODOS	730	45000	42700	35000	30600	26600	23900	21500	19400	17500	15300	14076	12950	11914	10961	10084	9277	8535	7852	7224
		200 - TODOS	731	52000	49400	43700	39900	34400	28700	25900	23400	21000	18200	16744	15404	14172	13038	11985	11036	10153	9341	8593
		220/230 - TODOS	732	53000	50300	44600	39900	34400	28700	25900	23400	21000	18200	16744	15404	14172	13038	11985	11036	10153	9341	8593
		280 - TODOS	734	73000	69300	58900	50000	43000	36600	34800	31300	28200	24600	22632	20821	19156	17623	16213	14916	13723	12625	11615
		300 CE / 320 - TODOS	737	84000	79800	65500	57000	48000	40000	37000	33500	30000	26500	24546	22642	20821	19156	17623	16213	14916	13723	12625
		300 - OUTRAS	733	62600	59400	52200	46500	39800	34600	31100	27900	25000	21100	19412	17659	16430	15116	13907	12794	11771	10829	9963
		420 - TODAS	735	108400	101000	82800	72800	60000	50000	44000	38000	32000	27000	24552	22628	20821	19156	17623	16213	14916	13723	12625
		500 - TODOS	739	145000	137700	121600	107300	94000	79800	71200	64800	57900	50600	46552	42828	39402	36249	33350	30682	28227	25969	23801
		600 - TODOS	749	175000	168200	147200	131100	114000	96900	87400	77900	70300	61600	56672	52138	47967	44130	40599	37351	34363	31614	29085
		OUTROS MODELOS ATÉ 130 CV	450	45000	42700	35000	30600	26600	23900	21500	19400	17500	15300	14076	12950	11914	10961	10084	9277	8535	7852	7224
		OUTROS MODELOS DE 131 a 140 CV	451	52000	49400	43700	39900	34400	28700	25900	23400	21000	18200	16744	15404	14172	13038	11985	11036	10153	9341	8593
		OUTROS MODELOS DE 141 a 160 CV	452	53000	50300	44600	39900	34400	28700	25900	23400	21000	18200	16744	15404	14172	13038	11985	11036	10153	9341	8593
		OUTROS MODELOS DE 161 a 180 CV	453	62600	59400	52200	46500	39800	34600	31100	27900	25000	21100	19412	17659	16430	15116	13907	12794	11771	10829	9963
		OUTROS MODELOS DE 181 a 205 CV	454	73000	69300	58900	50000	43000	36600	34800	31300	28200	24600	22632	20821	19156	17623	16213	14916	13723	12625	11615
		OUTROS MODELOS DE 206 a 225 CV	455	84000	79800	65500	57000	48000	40000	37000	33500	30000	26500	24546	22642	20821	19156	17623	16213	14916	13723	12625
		OUTROS MODELOS DE 226 a 245 CV	456	108400	101000	82800	72800	60000	50000	44000	38000	32000	27000	24552	22628	20821	19156	17623	16213	14916	13723	12625
		OUTROS MODELOS DE 246 a 325 CV	457	145000	137700	121600	107300	94000	79800	71200	64800	57900	50600	46552	42828	39402	36249	33350	30682	28227	25969	23801
		OUTROS MODELOS ACIMA DE 325 CV	458	175000	168200	147200	131100	114000	96900	87400	77900	70300	61600	56672	52138	47967	44130	40599	37351	34363	31614	29085
		MITSUBISHI																				
		L200 / L300 - TODOS	900	28000	24700	21800	19300	16200	14300	12900												
		PAJERO - TODOS	901	38000	36100	32300	27500	24200														
		COLT - TODOS	908	20000	19000	15500	13700	12000														
		LANCER / DIAM - TODOS	902	21100	20000	16400	14500	12500	11200	10000												
		GALANT - TODOS	903	32700	31000	25400	22300	19100	17200	15500	14000	12800										
		EXPO - TODOS	904	37000	35100	30400	26700	23000	20700	18900												
		ECLIPSE - TODOS	905	36700	34800	28500	25100	21800	19400	17500	15800											
		3000GT	906	65000	60700	61700	48000	38000	34200	30700	8800	7700	6800	6256	5756	5285	4871	4482	4123	3793	3490	3211
		OUTROS MODELOS ATÉ 95 CV	931	20000	19000	15500	13700	11900	10600	9500	8600	7700	6800	6256	5756	5285	4871	4482	4123	3793	3490	3211
		OUTROS MODELOS DE 96 a 106 CV	932	21100	20400	16400	14500	12500	11200	10000	9000	8100	7000	6440	5925	5451	5015	4614	4244	3905	3593	3305

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IPVA - 1998

TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL

MODELOS	FAIXA	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978
OUTROS MODELOS DE 107 a 130 CV	933	26000	24700	21800	19300	18200	14300	12900	11600	10400	9100	8372	7702	7086	6519	5998	5518	5076	4670	4297	3953
OUTROS MODELOS DE 131 a 149 CV	934	32700	31000	25400	22300	19100	17200	15500	14000	12600	10900	10028	9226	8488	7809	7184	6609	6081	5594	5147	4735
OUTROS MODELOS DE 150 a 179 CV	935	36700	34800	28500	25100	21600	19400	17500	15800	14200	12400	11408	10495	9656	8883	8173	7519	6917	6364	5855	5368
OUTROS MODELOS DE 180 a 199 CV	936	37000	35100	30400	26700	23000	20700	18600	16700	15000	13000	11960	11003	10123	9313	8568	7883	7252	6672	6138	5647
OUTROS MODELOS DE 200 a 310 CV	937	38000	36100	32300	27500	24200	21800	19600	17600	15800	13900	12896	11880	10746	9886	9085	8368	7698	7082	6516	5985
OUTROS MODELOS ACIMA DE 310 CV	938	85000	80700	61700	49000	38000	34200	30700	27700	24800	21700	19964	18367	16898	15546	14302	13158	12105	11137	10246	9426
NISSAN																					
SENTRAPICK-UP - TODOS	818	22000	20900	17100	15200	12300															
CEDRIC / D21 - TODOS	815	20400	19300	15600	14700	11800															
MAXIMA - TODOS	844	36000	39100	28000	26000	19700					13400	12328									
PATFINDER - TODAS	817	36500	36500	32300	29100	24300	21300	19100	17100	15400	13400	12328									
OUTROS MODELOS	818	22000	20900	17100	15200	12300	11100	10000	8900	8000	7000	6440	5925	5451	5015	4614	4244	3905	3593	3305	3041
PEUGEOT																					
106 - TODOS	846	9700	9000	7400	6500	7700															
205 - OUTROS	821	12800	12100	9800	9000	7000															
205 - TODOS	824	26000	24700	21800	19300	17000	10300	9300	8300												
306 - TODOS	847	19600	18600	15200	13300	11500															
405 - TODOS	822	20500	19000	17000	15600	13800															
405 SR / SRI	827	23500	22300	19900	18000	15200	7400	6600	6000	5400	4700	4324	3978	3660	3367	3098	2850	2622	2412	2219	2042
504 PICK-UP	820	14000	12700	11300	10000	8700															
505 SR/SRX	825	28900	27400	24300	21600	18800															
505 SRI	828	34600	32800	29100	25900	21800	18100														
605 SRI	826	32700	31000	27500	24400	21200	18100														
605 SV3	829	45000	43000	36500	30000	26500	22800														
806 - TODOS	848	53000	50300	40200	30000	26500	7400														
OUTROS MODELOS	830	14000	12700	11300	10000	8700	7400	6800	6000	5400	4700	4324	3978	3660	3367	3098	2850	2622	2412	2219	2042
PORSCH																					
PORSCH - TODOS	740	120000	114000	91200	75000	68500	57800	52200	47500	42700	37200	34224	31486	28967	26650	24518	22556	20752	19082	17564	16159
RENAULT																					
TWINGO - TODOS	835	11100	10500	9400	8200	7200															
TRAFIC - TODOS	879	15000	13700																		
CLIO RL - TODOS	831	11600	11000																		
CLIO RN - TODOS	880	13000																			
CLIO RT - TODOS	855	14000	13300																		
19 RN - TODOS	856	15000	14200	11400	9900	8000															
19 RT - TODOS	857	15000	14200	11400	9900	8000															
19 18 S - TODOS	858	18000	18000	15200	13500	10600															
LAGUNA - TODOS	859	25800	24500	21500	18900	16000	9500														
21 GTX / 21 NEVADA GTX - TODOS	832	17300	16400	14500	12100	11300															
21 TXE / 21 NEVADA TXE - TODOS	833	19000	18000	14800	13000	11200	10000														
OUTROS MODELOS	834	11100	10500	9400	8200	7200	6000	5500	4900	4400	3800	3498	3216	2959	2722	2505	2304	2120	1950	1794	1651
SEAT																					
SEAT - TODOS	959	17600	16000	13000	12000	10500	9500	8500	7600	6900	6000	5520	5078	4672	4298	3954	3638	3347	3079	2833	2608

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

IPVA - 1998

TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL

MODELOS		FAIXA	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978	
SUBARU																							
VIVIO - TODOS		979	10000	9500	7700	16700	14300																
IMPENZA - TODOS		978	22000	21000	18000	17100	14700	13300															
LEGACY GL - TODOS		980	25000	23700	19400	17100	14700	13300															
LEGACY - TODOS		981	32000	30400	24900	21800	18500	16600															
SVX 3.3 - TODOS		982	54900	52100	45600	40800	35800	30400															
OUTROS MODELOS		983	21600	20500	18200	15500	14000	10700	9600	8700	7700	6900	6346	5840	5373	4943	4548	4184	3849	3541	3256	2997	
SUZUKI																							
SAMURAI - TODOS		715	15500	14700	12100	10700	9200	8300	7400	6600	6000	5200											
SWIFT - TODOS		716	14400	13600	11200	9700	8400	7600	7000														
SWIFT GL - TODOS		720	21000	19000	16700	14700	12600	11400															
VITARA - TODOS		717	22000	20000	18600	16400	14100	12700	11000														
SIDEKICK - TODOS		718	19000	18000	14800	13000	11200	10000															
OUTROS MODELOS		719	15500	14700	12100	10700	9200	8300	7400	6600	6000	5200	4784	4401	4049	3725	3427	3153	2901	2669	2455	2259	
TOYOTA																							
HILUX 4x2 - TODOS		725	23300	22100	19000	16800	14400	12200															
HILUX 4x4 / SW4 - TODOS		726	26800	25400	20900	18400	15900	14200	12900	11800	10800	10000	9200	8464	7767								
COROLLA DX - TODOS		727	21800	20700	17000	14900	12800																
COROLLA OUTROS		697	27700	25000	21500	19000	16300																
CAMRY - TODOS		728	40000	38000	31100	27400	23600	21200															
PASSEO - TODOS		698	26000	24000	21000	18500	15900	14500															
OUTROS MODELOS ATE 84 CV		910	21800	20700	17000	14900	12800	11500	10400	9300	8400	7300	6716	6179	5684	5230	4811	4426	4072	3746	3447	3171	
OUTROS MODELOS DE 85 A 100 CV		911	23300	22100	19000	16800	14400	12200	11000	9900	8900	7700	7084	6517	5996	5516	5075	4669	4295	3952	3636	3345	
OUTROS MODELOS DE 101 A 130 CV		912	26800	25400	20900	18400	15900	14200	12800	11500	10400	9000	8280	7618	7008	6448	5932	5457	5021	4619	4249	3909	
OUTROS MODELOS DE 131 A 200 CV		913	27700	25000	21500	19000	16300	14700	13200	11800	10800	9200	8464	7767	7164	6591	6064	5578	5132	4722	4344	3996	
OUTROS MODELOS ACIMA DE 200 CV		914	40000	38000	31100	27400	23600	21200	19100	17200	15500	13500	12420	11426	10512	9671	8898	8166	7531	6928	6374	5864	
VOLKSWAGEN																							
GOLF GL		777	17000	15200	13300																		
GOLF GLX		784	18000	17500	14700																		
GOLF GTI		787	22000	20900	17100	15100	13000																
PASSAT / PASSAT VARIANT - EXCETO VR6		783	26000	24200	19800	17400																	
PASSAT VR6 / PASSAT VARIANT VR6		746	38700	36700	30100	26500																	
POLO - TODOS		708	17900	16500																			
OUTROS MODELOS		746	20000	19000	15000	13300	11600	9900	9000	8000	7800	6400	5988	5417	4984	4585	4218	3881	3570	3285	3022	2780	
VOLVO																							
440 / 460 (EXCETO TURBO)		756	33000	31300	25600	22800	19400	17400	15000														
440 / 460 TURBO		695	35000	33200	27200	23900	20900	18500	16700														
850 - OUTRAS		757	49600	47100	38500	33900	29100	26200															
850 SW (EXCETO TURBO) - TODOS		696	51300	48700	39900	35100	30200																
850 TURBO - TODOS		758	59000	56000	48400	43700	37500																
960 - TODOS		759	65000	61700	55100	48400	41900	37400	30800														
S40 / V40 / S70 / V70 - TODOS		884	46500	44000																			
OUTROS MODELOS		785	33000	31300	25600	22800	19400	17400	15000	13400	12100	10500	9660	8887	8176	7522	6920	6367	5857	5389	4958	4581	
FABRICANTES DIVERSOS																							
BENTLEY - TODOS		930	196400	186500	165400	145300	129700	109400	97200	88300	79400	69000	63480	58402	53729	49431	45477	41838	38491	35412	32579	29973	
SAAB 9000		860	57600	54900	48600	43300	37600	32300	28700	25900	23400	20400	18768	17267	15885	14614	13445	12370	11380	10470	9632	8862	
SAAB OUTROS		861	72500	68800	60800	54100	47000	39900	36000	32300	29100	25800	23736	21837	20080	18483	17004	15844	14382	13241	12182	11207	

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IPVA - 1998

TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL

MODELOS	FAIXA	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978
FABRICANTES E/OU MODELOS NÃO ESPECIFICADOS																					
ATE 70 CV OUTROS MODELOS	771	57900	55000	48600	43300	37700	32000	29100	25900	23400	20400	18768	17267	15885	14614	13445	12370	11380	10470	9632	8862
DE 71 CV ATE 90 CV OUTROS MODELOS	772	62000	58900	52200	46500	39900	34200	30400	26500	25800	21100	19412	17859	16430	15118	13907	12784	11771	10829	9963	9166
DE 91 CV ATE 145 CV OUTROS MODELOS	773	86000	81700	72200	64800	56000	48400	42700	36000	34200	30300	27876	25646	23584	21707	19970	18373	16903	15551	14306	13162
DE 146 CV ATE 200 CV OUTROS MODELOS	774	92000	87400	78900	69300	59800	51300	45600	40800	37000	32200	29624	27254	25074	23068	21222	19525	17963	16526	15204	13987
DE 201 CV ATE 289 CV OUTROS MODELOS	775	116000	110200	98900	86400	75000	63800	57000	51300	46500	40800	37536	34533	31770	29229	26891	24739	22760	20939	19264	17723
ACIMA DE 299 CV OUTROS MODELOS	776	154000	146300	129200	114900	99700	85500	76900	68400	61700	53300	49036	45113	41504	38184	35129	32319	29733	27355	25166	23153
E - MOTOS E SIMILARES - IMPORTADOS																					
BMW																					
ATE 250 cc - TODAS	881	9100	8600	7600	6700	5800	5000	4400	4000	3600	3100	2852	2624	2414	2221	2043	1880	1729	1591	1464	1347
DE 251 cc a 990 cc - TODAS	882	12700	12000	10700	9400	8800	8000	7200	6200	5700	4800	4416	4053	3738	3439	3164	2911	2678	2463	2266	2085
ACIMA DE 990 cc - TODAS	883	17000	16100	14300	12600	11800	10800	9800	8700	7800	6900	6348	5840	5373	4943	4548	4184	3849	3541	3256	2997
HONDA																					
ATE 125 cc - TODAS	801	4500	4200	3800	3300	2900	2400	2200	1900	1800	1500	1360	1270	1166	1075	989	910	837	770	708	652
DE 126 cc a 200 cc - TODAS	802	7600	7200	6300	5600	4900	4100	3700	3300	3000	2500	2300	2116	1947	1791	1648	1516	1395	1283	1180	1086
DE 201 cc a 700 cc - TODAS	803	12500	11800	10500	9300	8700	7800	6900	6000	5400	4600	4232	3893	3562	3295	3032	2789	2566	2361	2172	1993
ACIMA DE 700 cc - TODAS	804	15000	13900	12300	10900	10200	9200	8200	7400	6600	5700	5244	4824	4439	4083	3757	3456	3180	2925	2691	2476
JIALLING																					
ATE 50 cc	875	1100	1000	900	800	700															
DE 51 a 125 cc	876	2200	2000	1800	1600	1400															
ACIMA DE 125 cc	877	3200	3000	2600	2300	2100															
KAWASAKI																					
ATE 250 cc - TODAS	841	6000	5700	4500	4000	3500	3300	2900	2700	2400	2100	1932	1777	1635	1504	1384	1273	1171	1078	992	912
DE 251 cc a 700 cc - TODAS	842	7000	6600	5200	4600	4000	3800	3400	3000	2800	2400	2208	2031	1869	1719	1582	1455	1339	1232	1133	1043
ACIMA DE 700 cc - TODAS	843	12000	11400	10100	8900	8400	7500	6700	6100	5500	4700	4324	3978	3660	3367	3098	2850	2622	2412	2219	2042
SUZUKI																					
ATE 250 cc - TODAS	851	9100	8600	7600	6700	5800	5000	4400	4000	3600	3100	2852	2624	2414	2221	2043	1880	1729	1591	1464	1347
DE 251 cc a 750 cc - TODAS	853	14200	13400	11800	10600	9200	7700	7000	6300	5700	4900	4508	4147	3816	3510	3229	2971	2733	2515	2314	2129
ACIMA DE 750 cc - TODAS	854	16700	15800	14000	12500	10800	9200	8300	7500	6700	5800	5336	4909	4516	4155	3823	3517	3236	2977	2739	2519
YAMAHA																					
ATE 199 cc - TODAS	871	4200	3900	3100	2800	2400	2300	2000	1800	1700	1400	1288	1185	1090	1003	923	849	781	719	661	608
DE 200 cc a 350 cc - TODAS	872	6200	5800	4600	4100	3600	3400	3000	2700	2400	2100	1932	1777	1635	1504	1384	1273	1171	1078	992	912
DE 351 cc a 650 cc - TODAS	873	8900	8400	6800	6000	5200	4900	4400	3900	3500	3100	2852	2624	2414	2221	2043	1880	1729	1591	1464	1347
ACIMA DE 650 cc - TODAS	874	12500	11800	9300	8300	7300	6600	6100	5500	4900	4300	3956	3640	3348	3060	2834	2607	2399	2207	2030	1868
FABRICANTES E/OU MODELOS NÃO ESPECIFICADOS																					
ATE 50 cc	890	2000	1900	1500	1300	1100	1000	900	800	700	600	552	508	467	430	395	364	335	308	283	261
DE 51 a 90 cc	891	2400	2200	1700	1500	1400	1300	1100	1000	900	800	738	677	623	573	527	485	448	411	378	348
DE 91 A 125 cc	892	3000	2800	2200	2000	1700	1600	1400	1300	1100	1000	920	846	779	716	659	608	558	513	472	434
DE 126 a 250 cc	895	4000	3800	3000	2600	2300	2200	1900	1700	1500	1300	1196	1100	1012	931	857	788	725	667	614	565
DE 251 a 450 cc	893	5100	4800	3900	3300	2900	2800	2500	2200	2000	1700	1504	1439	1324	1218	1120	1031	948	872	803	738

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IPVA - 1998
TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL

		IPVA - 1998																			
MODELOS		1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978
FAIXA																					
896		6600	6200	4900	4300	3800	3600	3200	2900	2600	2200	2024	1862	1713	1576	1450	1334	1227	1129	1039	956
897		10500	9900	7800	7000	6100	5700	5200	4600	4200	3600	3312	3047	2803	2579	2373	2183	2008	1848	1700	1564
894		14500	13700	10800	9600	8500	7900	7100	6400	5600	5000	4600	4232	3893	3582	3295	3032	2789	2566	2361	2172
ACIMA DE 900 cc																					

F - CAMINHÕES, ONIBUS, MICROONIBUS IMPORTADOS

ASIA MOTORS																							
		778	31400	28800	25200	23900																	
AM 815 V		779	37300	35400	30100	28500																	
AM 825 T		764	37400	35500	30800	27500	23800	20200	18200	16400	14800	12800	11776	10834	9967	9170	8436	7761	7140	6569	6044	5560	
OUTROS MODELOS - ASIA MOTORS																							
GMC																							
		849	20500	19300	18300	16300	14000	11800	10600	9500	8600	7500	6900	6348	5840	5373	4943	4548	4184	3849	3541	3258	
GMC - TODOS																							

KIA MOTORS

	819	19000	18000	16600	15200																		
K 2400 S						14600																	
	808	23000	21800	19000	16900	14600	12400	11200	10000	9100	7900	7268	6687	6152	5660	5207	4790	4407	4054	3730	3432		
K 3500 S																							
OUTROS MODELOS KIA MOTORS	809	23000	21800	19000	16900	14600	12400	11200	10000	9100	7900	7268	6687	6152	5660	5207	4790	4407	4054	3730	3432		

MERCEDES BENZ

MB 180 D	836	22900	21700	17800	15700	13500																	
SPRINTER - TODAS	885	24000	22700																				
OUTROS MODELOS MERCEDES BENZ	840	26000	24700	23700	22800	19900	18000	15200	13300	11800	10100	9292	8549	7865	7236	6657	6124	5634	5184	4769	4387		

MITSUBISHI

IMP/MMC	852	23200	22000	19800	17800	16100	14500	13100	11800	10700	9300	8556	7872	7242	6662	6129	5639	5188	4773	4391	4040		
---------	-----	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	--	--

FABRICANTES E/OU MODELOS NÃO ESPECIFICADOS

CAMINHÕES/ONIBUS IMPORTADOS	780	89000	84500	76000	67400	58900	49400	44600	40400	36300	31700	29164	26831	24684	22710	20893	19221	17684	16269	14968	13770		
-----------------------------	-----	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	--	--

G - EMBARCAÇÕES

JET SKI ATÉ 3,20 m DE COMPRIMENTO

MODELOS	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
COLUMBIA (52 HP)	E01	4900	3900	3100	2700	2500	2300	2100	1900	1700	1600	1472	1354	1246	1146	1055	970	893	821	755	695		
COLUMBIA (70 HP)	E02	5600	4500	3600	3100	2900	2700	2500	2300	2100	1900	1748	1608	1480	1361	1252	1152	1060	975	897	825		
KAWASAKI (52 HP)	E03	4600	3700	2900	2600	2400	2200	2000	1840	1680	1550	1426	1312	1207	1110	1022	940	865	795	732	673		
KAWASAKI (54 HP)	E04	6800	5500	4400	3800	3600	3300	3030	2780	2560	2350	2162	1989	1830	1684	1549	1425	1311	1206	1110	1021		
KAWASAKI (69 HP)	E05	7200	5800	4600	4000	3800	3500	3200	2940	2700	2480	2282	2099	1931	1777	1635	1504	1383	1273	1171	1077		
SEA DOOMILMAR (55 HP)	E06	8100	6500	5200	4500	4200	3900	3580	3290	3020	2770	2548	2345	2157	1984	1826	1680	1545	1422	1308	1203		
SEA DOOMILMAR (60 HP)	E07	9900	7900	6300	5500	5100	4700	4300	3950	3650	3350	3082	2835	2609	2400	2208	2031	1869	1719	1582	1455		
YAMAHA (42 HP)	E08	5000	4000	3200	2800	2600	2400	2200	2000	1840	1700	1564	1439	1324	1218	1120	1031	948	872	803	738		
YAMAHA (50 HP)	E09	4900	3900	3100	2700	2500	2300	2100	1930	1770	1600	1472	1354	1246	1146	1055	970	893	821	755	695		

JET SKI - OUTRAS MARCAS E/OU MODELOS

(ATE 30 HP)	E10	3900	3100	2500	2200	2000	1900	1750	1610	1480	1360	1251	1151	1059	974	896	825	759	698	642	591		
(31 - 50 HP)	E11	4900	3900	3100	2700	2500	2300	2100	1930	1770	1620	1490	1371	1261	1161	1068	982	904	831	765	704		
(51 - 70 HP)	E12	5900	4700	3800	3300	3000	2800	2570	2360	2170	2000	1840	1693	1557	1433	1318	1213	1116	1026	944	869		
(ACIMA DE 70 HP)	E13	6900	5500	4200	3700	3400	3100	2850	2620	2410	2210	2033	1871	1721	1593	1457	1340	1233	1134	1043	960		

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IPVA - 1998

TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL

MODELOS	FAIXA	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978
CASCO DE FIBRA (ATÉ 6,99 m)																					
(ATE 10 HP)	E14	2800	2100	1600	1300	1000	850	560	540	500	450	414	381	350	322	297	273	251	231	212	195
(11 - 30 HP)	E15	4400	3300	2600	2000	1600	1300	870	830	760	740	681	626	576	530	488	449	413	380	349	321
(31 - 50 HP)	E16	7500	5800	4400	3400	2800	2200	1500	1400	1300	1200	1104	1016	934	860	791	728	669	616	567	521
(51 - 90 HP)	E17	11300	8700	6700	5100	4300	3300	2200	2100	2000	1900	1748	1608	1480	1361	1252	1152	1060	975	897	825
(ACIMA DE 90 HP)	E18	15800	12100	9300	7200	6000	4800	3100	2900	2800	2600	2392	2201	2025	1863	1714	1577	1450	1334	1228	1129
CASCO DE FIBRA (MAIS DE 6,99m) MOTOR DE POPA																					
(ATE 90 HP) GASOLINA	E19	11700	9000	6800	5300	4400	3400	2300	2200	2000	1900	1748	1608	1480	1361	1252	1152	1060	975	897	825
(91-140 HP) GASOLINA	E20	19600	15100	11600	8900	7400	5800	3900	3700	3400	3300	3036	2793	2570	2364	2175	2001	1841	1694	1558	1433
(141-280 HP) GASOLINA	E21	34800	26800	20600	15800	13200	10300	6800	6600	6200	5800	5336	4909	4516	4155	3823	3517	3236	2977	2739	2519
(ACIMA DE 280 HP) GASOLINA	E22	50700	39000	30000	23000	19000	15000	10000	9800	9000	8500	7820	7194	6619	6089	5602	5154	4742	4362	4013	3692
CASCO DE FIBRA (MAIS DE 6,99m) MOTOR COMPLEMENTAR																					
(ATE 9,99 metros) GASOLINA	E23	28500	21900	16800	12900	10800	8400	5800	5400	5000	4800	4416	4063	3738	3439	3164	2911	2678	2463	2266	2085
(8,99 - 10,99 metros) GASOLINA	E24	41200	31700	24400	18700	15600	12200	8100	7800	7300	6900	6348	5840	5373	4943	4548	4184	3849	3541	3258	2997
(10,99 - 15,99 metros) GASOLINA	E25	76100	58500	45000	34600	28800	22500	15000	14400	13500	12800	11776	10834	9967	9170	8436	7761	7140	6569	6044	5560
(ACIMA DE 15,99 metros) GASOLINA	E26	114200	87800	67500	51800	43300	33700	22600	21600	20200	19200	17664	16251	14951	13755	12654	11642	10711	9854	9065	8340
CASCO DE FIBRA (MAIS DE 6,99) MOTOR DE CENTRO																					
(ATE 125 HP) GASOLINA	E27	11400	8700	6700	5100	4300	3200	2200	2100	2000	1900	1748	1608	1480	1361	1252	1152	1060	975	897	825
(125-200 HP) GASOLINA	E28	25300	19500	15000	11500	9600	7500	5000	4800	4500	4200	3864	3555	3270	3009	2768	2547	2343	2156	1983	1824
(ACIMA DE 200 HP) GASOLINA	E29	95100	73100	56300	43300	36100	28100	18900	18000	16900	16000	14720	13642	12459	11462	10545	9702	8926	8212	7555	6950
CASCO DE FIBRA (ATÉ 8,99m) MOTOR DIESEL																					
(ATE 130 HP)	E30	41200	31700	24400	18700	15600	12200	8100	7800	7300	6900	6348	5840	5373	4943	4548	4184	3849	3541	3258	2997
(ACIMA DE 130 HP)	E31	50700	39000	30000	23000	19200	15000	10000	9800	9000	8500	7820	7194	6619	6089	5602	5154	4742	4362	4013	3692
CASCO DE FIBRA (DE 9 ATÉ 9,99m) MOTOR DIESEL																					
(ATE 200 HP)	E32	63400	48800	37500	28800	24000	18700	12500	12000	11200	10600	9752	8972	8254	7594	6986	6427	5913	5440	5005	4605
(ACIMA DE 200 HP)	E33	76100	58500	45000	34600	28800	22500	15000	14400	13500	12800	11776	10834	9967	9170	8436	7761	7140	6569	6044	5560
CASCO DE FIBRA (DE 10 ATÉ 11,99m) MOTOR DIESEL																					
(ATE 400 HP)	E34	94800	72900	56100	43100	35900	28000	18800	17900	16800	16000	14720	13642	12459	11462	10545	9702	8926	8212	7555	6950
(401 - 500 HP)	E35	133200	102400	78800	60600	50500	39400	26400	25200	23600	22400	20808	18959	17443	16047	14763	13582	12496	11496	10576	9730
(ACIMA DE 500 HP)	E36	146000	108000	86300	66400	55300	43000	28900	27600	25900	24600	22632	20621	19156	17623	16213	14916	13723	12625	11615	10686
CASCO DE FIBRA (DE 12 ATÉ 13,99m) MOTOR DIESEL																					
(ATE 400 HP)	E37	171000	131700	101300	77900	64900	50600	33900	32400	30400	28800	26496	24376	22426	20632	18982	17463	16066	14781	13598	12510
(401 - 600 HP)	E38	222000	170000	131000	101000	84000	65000	44000	42000	39000	37000	34040	31317	28911	26507	24386	22435	20640	18989	17470	16072
(ACIMA DE 600 HP)	E39	253000	195000	150000	115000	96000	75000	50000	48000	45000	42000	38640	35649	32705	30089	27681	25467	23430	21555	19831	18244
CASCO DE FIBRA (DE 14 ATÉ 18,99m) MOTOR DIESEL																					
(ATE 600 HP)	E40	253000	195000	150000	115000	96000	75000	50000	48000	45000	42000	38640	35649	32705	30089	27681	25467	23430	21555	19831	18244
(ACIMA DE 600 HP)	E41	348000	268000	206000	158000	132000	103000	68000	66000	62000	58000	53360	49091	45164	41551	38227	35169	32355	29767	27385	25195

MENSAGEM Nº 109/97

ANTEPROJETO DE LEI

Curitiba, 01 de dezembro de 1997.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.886.250,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais), ao vigente orçamento da Paraná Turismo, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, visando dar cobertura orçamentária à conclusão de obras nas Bases Náuticas e aos serviços de terraplanagem no Parque da Barragem de Itaipu, necessárias à consecução do Projeto Costa Oeste.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Paraná Esporte.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 2.886.250,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da Paraná Esporte, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Programa de Obras, constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, conforme Anexos V e VI desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I				FL. 01	
		ANEXO				R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	ILDR	VALOR	N.º DO PROC	
5900	SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E TURISMO						
5931	PARANA TURISMO - PRTUR						
1108	TURISMO NA COSTA OESTE	4490.51	25	L	2.886.250	1360	
TOTAL					2.886.250		

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO II				FL. 01	
		ANEXO				R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	ILDR	VALOR	N.º DO PROC	
5900	SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E TURISMO						
5930	PARANA ESPORTE - PRES						
1107	PROJETO VILA OLIMPICA	4490.51	25	L	2.886.250	1360	
TOTAL					2.886.250		

SUPLEMENTACAO		ANEXO V		FL. 03	I
DAS OBRAS		ANEXO		R\$ 1,00	I
CODIGO	ESPECIFICACAO	FONTE		VALOR	PROCESSO
5900	SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E TURISMO	I	I		I
		I	I		I
5931	PARANA TURISMO - PERTUR	I	I		I
1108	TURISMO NA COSTA OESTE	I	I		I
0003	CONSTRUIR INFRA-ESTRUTURA DE APOIO NO PARQUE DA	I	I		I
	BARRAGEM (A)	I	25	889.565	1360
0007	CONSTRUIR EDIFICACOES DE APOIO NOS SETE PARQUES	I	I		I
	LINDEIROS (A)	I	25	1.996.685	1360
TOTAL		I	TES. I	2.886.250	I
		I	O.F. I	0	I

CANCELAMENTO		ANEXO VI		FL. 03	I
DAS OBRAS		ANEXO		R\$ 1,00	I
CODIGO	ESPECIFICACAO	FONTE		VALOR	PROCESSO
5900	SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E TURISMO	I	I		I
		I	I		I
5930	PARANA ESPORTE - PRES	I	I		I
1107	PROJETO VILA OLIMPICA	I	I		I
0001	CONSTRUIR GINASIO DE ESPORTES (A)	I	25	2.886.250	1360
TOTAL		I	TES. I	2.886.250	I
		I	O.F. I	0	I

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 110/97

Curitiba, 01 de dezembro de 1997.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, visando dotar de infra-estrutura a rota natural ao Litoral do Paraná - CAMINHOS DO MAR - cujo início é na Região Metropolitana de Curitiba (Piraquara) estendendo-se até Guaraqueçaba (litoral do Estado).

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria Secretaria.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa excelência as expressões do meu mais alto apreço

e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Fica procedida uma alteração no Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO DE DESPESA		ANEXO I		FL. 01		R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA I DA I DESPESA	I FONTE I ILDR I I	VALOR	I N.DO I PROC I COP		
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS	I	I	I	I		
	HIDRICOS	I	I	I	I		
6902	DIRETORIA GERAL	I	I	I	I		
1152	EXECUCAO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS - SEMA	I 4490.51	I 25	I L I	1.500.000	I 1365	I
TOTAL				I	1.500.000	I	

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO II		FL. 01		R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA I DA I DESPESA	I FONTE I ILDR I I	VALOR	I N.DO I PROC I COP		
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS	I	I	I	I		
	HIDRICOS	I	I	I	I		
6902	DIRETORIA GERAL	I	I	I	I		
2348	ADMINISTRACAO E EXECUCAO DE POLITICAS DE MEIO AMBIENTE, I	I	I	I	I		
	CARTOGRAFICA E AGRARIA FUNDIARIA	I 4490.51	I 25	I L I	1.500.000	I 1365	I
TOTAL				I	1.500.000	I	

SUPLEMENTACAO DAS OBRAS		ANEXO III		FL. 02		R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	I FONTE	I	VALOR	I PROCESSO		
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS	I	I	I	I		
	HIDRICOS	I	I	I	I		
6902	DIRETORIA GERAL	I	I	I	I		
1152	EXECUCAO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS - SEMA	I	I	I	I		
0005	CONSTRUIR EDIFICACOES/PARQUE PARA O ROTEIRO DOS	I	I	I	I		
	CAMINHOS DO MAR (A)	I 25	I	1.500.000	1365		
TOTAL				I TES.	1.500.000		
				I O.P.	0		

CANCELAMENTO DAS OBRAS		ANEXO IV		FL. 02		R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	I FONTE	I	VALOR	I PROCESSO		
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS	I	I	I	I		
	HIDRICOS	I	I	I	I		
6902	DIRETORIA GERAL	I	I	I	I		
2348	ADMINISTRACAO E EXECUCAO DE POLITICAS DE MEIO AMBIENTE, I	I	I	I	I		
	CARTOGRAFICA E AGRARIA FUNDIARIA	I	I	I	I		
0001	CONSTRUIR O PRECIO PARA INSTALACAO ADMINISTRATIVA DA	I	I	I	I		
	SEMA (A)	I 25	I	1.500.000	1365		
TOTAL				I TES.	1.500.000		
				I O.P.	0		

A Diretoria Legislat

MENSAGEM Nº 111/97

Curitiba, 01 de dezembro de 1997.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova um ajuste no valor de R\$ 1.567.173,00 (hum milhão, quinhentos e sessenta e sete mil, cento e setenta e três reais), ao vigente Programa de Obras da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Estadual de Maringá, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, para viabilizar a execução de obras, como:

- Universidade Estadual de Londrina: construção de Laboratórios de Biologia Animal e Vegetal, de Produtos Naturais, de Fisiologia e Patologia e Clínica de Psicologia.

- Universidade Estadual de Maringá: execução de obras de infraestrutura, ampliações e reformas, construção de Blocos Didáticos-Administrativos e pavimentação as-

fáltica.
Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são provenientes de cancelamento de dotação dos próprios órgãos.
Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.
(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica procedido um ajuste no Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 1.567.173,00 (hum milhão, quinhentos e sessenta e sete mil, cento e setenta e três reais), de acordo com os Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ACRESCIMO DAS OBRAS		ANEXO I		PL. 02 R\$ 1,	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PONTE	VALOR	PROCESSO	
4500	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR				
4530	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL				
2193	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO SUPERIOR NA UEL				
0028	CONSTRUIR LABORATORIO BIOLOGIA ANIMAL E VEGETAL - CCB	50	38.550	1339	
0029	CONSTRUIR O LABORATORIO DE PRODUTOS NATURAIS - CCE	50	79.500	1339	
		81	75.000	1339	
0030	CONSTRUIR CLINICA PSICOLOGICA	50	77.700	1339	
0031	CONSTRUIR LABORATORIO FISILOGIA E PATOLOGIA - CCB	50	166.950	1339	
4532	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA - UEM				
2198	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO SUPERIOR NA UEM				
0037	EXECUTAR OBRAS DE AMPLIACAO, MANUTENCAO, PAISAGISMO E REFORMA NO CAMPUS -SEDE	50	206.027	1339	
0038	EXECUTAR OBRAS DE AMPLIACAO, MANUTENCAO, PAISAGISMO E REFORMA NO CAMPUS DO ARENITO	50	226	1339	
0039	EXECUTAR OBRAS DE AMPLIACAO, MANUTENCAO, PAISAGISMO E REFORMA NO CAMPUS DE GOIOERRE	50	100	1339	
0042	EXECUTAR OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA CAMPUS SEDE, GOIOERRE				
	CIANORTE, ARENITO, DIAM. DO NORTE, IGUATEMI E NUPELIA	82	20.865	1339	
0043	CONCLUIR O BLOCO G90 NO CAMPUS SEDE PARA O NUCLEO DE LIMNOLOGIA, ICTIOLOGIA E AQUICULTURA	81	13.935	1339	
0044	CONSTRUIR O BLOCO V03 E AMPLIAR O BLOCO V02 CAMPUS DE GOIOERRE	07	40.000	1339	
		50	40.000	1339	
0045	CONSTRUIR OS BLOCOS Z81, Z85, Z86 E Z87 NA FAZENDA DE IGUATEMI	50	14.200	1339	
0046	EXECUTAR PAVIMENTACAO ASFALTICA - CAMPUS SEDE, GOIOERRE, CIANORTE E DIAMANTE DO NORTE	81	309.000	1339	
0047	EXECUTAR RECAPEAMENTO ASFALTICO NO CAMPUS SEDE	84	18.200	1339	
0048	CONSTRUIR BLOCO G45 PARA O CCE	50	32.000	1339	
0049	CONSTRUIR MUROS NAS DIVISAS DO CAMPUS SEDE	82	60.000	1339	
0050	CONSTRUIR O BLOCO J45 PARA O-CCA	50	105.000	1339	
		84	42.445	1339	
0051	CONSTRUIR O BLOCO I46 PARA O CCB	07	121.575	1339	
		50	105.000	1339	
0052	CONCLUIR O BLOCO 030	50	900	1339	
TOTAL		TES.	161.575		
		O.F.	1.405.598		
TOTAL GERAL			1.567.173		

REDUÇAO DAS OBRAS		ANEXO		FL. 02 R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FONTE	VALOR	PROCESSO	
4500	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	I I		I	I
4530	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL	I I		I	I
2193	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO SUPERIOR NA UEL	I I		I	I
0011	REVITALIZAR A PISTA DE ATLETISMO E A PISTA OLIMPICA	I I		I	I
	CENTRO DE EDUCACAO FISICA E DESPORTOS - CEFD (A)	I 50 I	283.200	I 1339	I
0013	CONSTRUIR SALAS DE AULA/ADMINISTRACAO - CEFD (A)	I 50 I	79.500	I 1339	I
		I 81 I	75.000	I 1339	I
4532	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA - UEM	I I		I	I
2198	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO SUPERIOR NA UEM	I I		I	I
0002	CONSTRUIR O BLOCO DIDATICO - ADMINISTRATIVO H34 PARA O DEPARTAMENTO DE LETRAS, CIENCIAS SOCIAIS E HISTORIA (A)	I I		I	I
		I 07 I	23.443	I 1339	I
		I 50 I	71.461	I 1339	I
		I 81 I	46.886	I 1339	I
		I 82 I	11.742	I 1339	I
		I 84 I	8.807	I 1339	I
0009	CONSTRUIR O BLOCO C90 PARA O LABORATORIO DE ENGENHARIA QUIMICA (A)	I I		I	I
		I 07 I	18.375	I 1341	I
		I 50 I	55.981	I 1341	I
		I 81 I	36.730	I 1341	I
		I 82 I	9.198	I 1341	I
		I 84 I	6.901	I 1341	I
0010	CONSTRUIR O BLOCO-LABORATORIO C24 DO CENTRO DE ESTUDOS SOCIOECONOMICO (A)	I I		I	I
		I 07 I	18.375	I 1341	I
		I 50 I	55.981	I 1341	I
		I 81 I	36.730	I 1341	I
		I 82 I	9.198	I 1341	I
		I 84 I	6.901	I 1341	I
0011	CONSTRUIR O BLOCO DIDATICO - ADMINISTRATIVO B23 PARA O CENTRO DE ESTUDO SOCIOECONOMICO (A)	I I		I	I
		I 07 I	20.003	I 1341	I
		I 50 I	60.925	I 1341	I
		I 81 I	39.974	I 1341	I
		I 82 I	10.012	I 1341	I
		I 84 I	7.509	I 1341	I
0012	CONSTRUIR A COBERTURA DA PISCINA SEMI-OLIMPICA M-19 DO DEPARTAMENTO DE EDUCACAO FISICA (A)	I I		I	I
		I 07 I	10.228	I 1341	I
		I 50 I	31.158	I 1341	I
		I 81 I	20.435	I 1341	I
		I 82 I	5.119	I 1341	I
		I 84 I	3.842	I 1341	I
0013	CONSTRUIR O ALMOXARIFADO BLOCO 018 DA ESTACAO CLIMATOLOGICA E METEOROLOGICA DA UEM (A)	I I		I	I
0014	CONSTRUIR BLOCO S03 PARA A UNIDADE DE PSICOLOGIA APLICADA (A)	I I		I	I
		I 07 I	10.928	I 1342	I
		I 50 I	33.279	I 1342	I
		I 81 I	21.836	I 1342	I
		I 82 I	5.469	I 1342	I
		I 84 I	4.099	I 1342	I
0017	CONSTRUIR A COBERTURA DA QUADRA IQ1 PARA O CENTRO DE HABILITACAO E REABILITACAO DE DEFICIENTES AUDITIVOS (C)	I I		I	I
		I 07 I	3.420	I 1342	I
		I 50 I	10.413	I 1342	I
		I 81 I	6.829	I 1342	I
		I 82 I	1.710	I 1342	I
		I 84 I	1.277	I 1342	I
0019	CONSTRUIR LABORATORIO NO BLOCO K46 PARA O LABORATORIO DE ENSINO E PESQUISA EM MEDICAMENTOS E COSMETICOS (A)	I I		I	I
		I 07 I	18.375	I 1342	I

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 3211/97, do Sr. Daniel Domingues - Diretor do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando que a Secretaria de Assistência Social transferiu recursos no valor de R\$ 232.276,00, pela Ordem Bancária de nº 762, de 07.11.97, referente ao Convênio MPAS/SAS/073/97, firmado entre o Ministério da Previdência e Assistência Social / Secretaria de Assistência Social e o Estado do Paraná, destinados ao desenvolvimento do Programa de Lavoura Comunitária nas comunidades indígenas "Enfrentamento à Pobreza".
Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 1250/97, do Sr. Flavio Vinicius Macedo, Coordenador Geral do Fundo de Cultura, comunicando convênio entre o Fundo Nacional da Cultura e a Fundação Universidade Estadual de Maringá - PR, para a realização do projeto "Resgate do Patrimônio Histórico-Cultural", tendo em vista as atribuições fiscalizadoras desta egrégia Casa.
Ao conhecimento da Casa.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 693/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituída, nos termos do artigo 25, § 3º da Constituição Federal, e artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná, a Região Metropolitana de Ponta Grossa, constituída pelos Municípios de Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Tibagi, Reserva, Ivaí, Ipiranga, Guamiranga, Imbituva, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Palmeira, Porto Amazonas e Carambei.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Ponta Grossa terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 07 (sete) membros de reconhecida capacidade técnica e administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo necessariamente, e no mínimo, 03 (três) deles indicados pelos municípios que compõem a Região Metropolitana, sendo que o Município de Ponta Grossa será considerado membro-nato.

§ 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da região Metropolitana de Ponta Grossa e de 03

(três) representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º - O Governo do Estado deverá prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção das atividades e funções do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana de Ponta Grossa.

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - São serviços comuns e de interesse coletivo dos municípios que integram a Região Metropolitana:

I - planejamento integrado do desenvolvimento sócio-econômico e cultural;

II - saneamento básico, abastecimento de água, rede de esgoto e serviços de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle ambiental;

VI - outros aprovados no Plano de Desenvolvimento Regional Integrado.

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder remanejamento orçamentário destinado a atender o disposto nesta lei.

Art. 7º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

O planejamento moderno deverá ser sistêmico e orgânico para que os resultados efetivamente tragam algum benefício para a sociedade. Assim, uma das técnicas muito utilizadas em todo

o mundo é o planejamento regional. Dentro desta perspectiva, os municípios de uma região determinada e com afinidades de natureza histórico-cultural e mesmo espaço geográfico, passam a fazer parte de um projeto definido de desenvolvimento envolvendo todas as situações do indivíduo - cidadão, bem como da comunidade como um todo.

No Brasil, a Constituição de 1988 procurou dar condições jurídicas para que os municípios pudessem se organizar, sem evidentemente perderem suas identidades e autonomia dentro do regime federativo próprio de nosso país. Assim, o artigo 25, § 3º da C.F. delega aos Estados a criação, através de Lei Complementar, de regiões metropolitanas. A Constituição Estadual, por seu turno, e no capítulo III, artigos 21-26, define a instituição e organização das regiões metropolitanas.

Os municípios indicados para participarem da Região Metropolitana de Ponta Grossa têm uma vida econômica e social interligada por fatores os mais diversos, como a presença da Universidade, a indústria, a forte tradição agropecuária, os serviços e o comércio, enfim, todo um universo convergente que habilita a constituição de uma Região Metropolitana destinada a melhorar, qualificando de forma planejada e duradoura, os eventos de vida e de desenvolvimento de cada um e de todos os municípios integrados.

Assim, além de necessidade patente, a criação da Região Metropolitana de Ponta Grossa comunga com o anseio da comunidade que exige, cada vez mais, o atendimento de suas necessidades.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 691/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Poder Executivo Estadual submeterá à discussão com os municípios as propostas de plano plurianual e da lei orçamentária anual nos 45 (quarenta e cinco) dias que antecedem o prazo para o envio dos respectivos projetos de lei à Assembléia Legislativa.

Parágrafo Único - As discussões terão caráter consultivo, devendo o Executivo levar em consideração as sugestões apresentadas quando da elaboração dos respectivos projetos de lei.

Art. 2º - A participação dos municípios se dará através de reuniões realizadas em cada município sede de micro-região, convocadas e dirigidas pelo Executivo Estadual.

Art. 3º - A reunião deverá ser convocada por meio de aviso publicado com antecedência de 15 (quinze) dias em Diário Oficial e em pelo menos um jornal de circulação estadual.

§ 1º - O Poder Executivo deverá colocar à disposição da Associação dos Municípios respectiva, com 15 (quinze) dias de antecedência, a proposta de projeto de lei respectiva.

§ 2º - Do aviso devem constar menção à presente lei, data da reunião, local e horário, local em que se poderá analisar a proposta do projeto de lei e as condições para a participação na reunião, conforme o caput do Art. 4º e seu parágrafo único.

Art. 4º - Poderão participar da reunião, dois representantes do Poder Executivo de cada município, dois representantes de cada câmara Municipal e um representante de cada organização não governamental com registro na área de abrangência da micro-região, desde que registradas há mais de um ano.

Parágrafo Único - Cada representante designado para participar da reunião, deverá ser credenciado pela Associação de Municípios, com jurisdição na micro-região, com antecedência de 03 (três) dias.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O Art. 24, incs. I e II, da Constituição da República, tem previsão de que é competência concorrente da União e dos Estados legislar sobre direito financeiro e orçamento.

Considerando que é princípio fundamental da República Federativa e cidadania, e que esta se manifesta, em sua completude, inclusive através da participação nas decisões de como se arrecadar e gerir recursos públicos, a presente proposição vem no sentido de se assegurar a maior participação possível na elaboração de leis essenciais para a condução da Administração Pública, com importantes repercussões na vida da sociedade: o plano plurianual e a lei orçamentária.

Assim, o projeto de lei tem como finalidade abrir a possibilidade de que se busque uma maior compatibilida-

de entre as expectativas da sociedade e as leis de meios, através da garantia de participação dos municípios e das organizações não governamentais em suas elaborações, analisando, discutindo e formulando sugestões.

Importante ressaltar que a instituição desta etapa de discussão não afasta a relevância determinante do Legislativo no debate e aprovação dos projetos de lei em referência. Pelo contrário. O Legislativo, quando chamado a decidir sobre essas matérias, o fará já com base na expressão preliminar da sociedade e das demandas regionais.

Com essa concepção, entendo que o projeto pode representar, especialmente para os municípios, uma oportunidade de intervenção na definição de políticas globais e regionais para o Paraná, caracterizando-se desse modo, como uma normatização democratizante do orçamento estadual, desde a sua concepção.

PROJETO DE LEI Nº 692/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a determinar que, para efeito do enquadramento na nova tabela de vencimentos estabelecida na Lei nº 11.713/97, seja concedido, após aplicação do artigo 31 da referida lei, 01 (um) nível salarial a cada 03 (três) anos de efetivo exercício ininterrupto prestados pelos servidores técnico-administrativos nas Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado do Paraná (IES/PR).

Parágrafo Único - Para fins de contagem de nível, a partir do terceiro ano de efetivo exercício ininterrupto, conforme disposto no "caput" deste artigo, considerar-se-á a fração resultante da divisão do tempo de serviço por 03 (três), equivalente a 01 (um) nível salarial, quando esta for igual; ou superior a 18 (dezoito) meses.

Art. 2º - Ao servidor que atingir o último nível de sua classe de função, será assegurada a percepção de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) para os ocupantes das classes I a VII e 3,5% (três vírgula cinco por cento) para os ocupantes da classe VII sobre o salário base a título de gratificação de mérito a cada 02 (dois) anos de efetivo exercício cumulativo, até o limite máximo de 15% (quinze por cento), aos ocupantes das classes I a VII e 21% (vinte e um por cento) aos ocu-

pantes da classe VIII, desde que aprovado em processo de avaliação de desempenho realizado conforme regulamentação de cada IES/PR.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 1997, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Em fevereiro de 1989 o Governo do Estado, através do Ofício nº 101/89, do então Governador, autorizou a implantação do Plano de Cargos e Salários para os servidores das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado do Paraná (IES/PR). Foram promovidas uma série de alterações funcionais, porém resultaram enquadramentos equivocados, rebaixamento de cargos, etc.

Em 1991 o Governo do Estado promoveu outras alterações no Quadro de Pessoal das IES/PR, visando incluir seus servidores no Quadro Geral de Pessoal do Estado, denominando tais alterações de equalização. Como as IES/PR possuíam, até esta data, quadros próprios com carreiras distintas do Quadro Geral, a equalização extinguiu classes, incorporou funções diferentes e nivelou os servidores na mesma faixa salarial, independente do tempo de serviço que possuíam, deixando algumas pessoas, que já estavam contratadas há mais de dez anos, por exemplo, com o mesmo nível salarial daquelas que acabavam de ser contratadas.

Não bastasse isso, em 21 de dezembro de 1992, através da lei que implantou o Regime Jurídico Único, transformando os servidores das IES/PR de celetistas para estatutários, ignorou-se todas as distorções até então acontecidas e o enquadramento foi efetuado com base nestas situações anômalas. Deslocou-se também, com a implantação do Regime Jurídico Único, o foro de discussão dos assuntos trabalhistas da Justiça do Trabalho para as Varas da Fazenda Pública, com a presença apenas na Capital do Estado, verificando-se um verdadeiro conflito de competências que deixou os servidores sem ter a quem recorrer.

Ainda, em 18.11.94, o Governo expediu o Decreto nº 4261, concedendo níveis a todos os servidores do Quadro Geral, sem fazer distinção entre aquele servidor que contava com apenas um mês de tempo de serviço e aquele que contava com mais de 10 anos, agravando ainda mais as distorções provocadas

pelas equalizações, pois grande parte dos servidores antigos, que há época foram prejudicados em detrimento aos mais novos, tiveram ganho salarial menor e não tiveram nenhum benefício com o referido decreto, por estarem há vários anos no último nível da carreira.

Com sua posse, o atual Governador, Exmo. Sr. Jaime Lerner, autorizou a Secretaria de Administração a promover estudos no sentido de criar um quadro de carreira próprio para os docentes e pessoal técnico-administrativo das IES/PR. A SEAD aceitou que um grupo de servidores, representantes de todas as instituições, apresentasse um projeto de nova carreira que culminou na Lei nº 11713, de 07.05.97, que dispôs sobre o referido quadro de carreira e adotou outras providências.

Na proposta inicial, o grupo de servidores propôs a regulamentação das distorções, estabelecendo no projeto de lei artigos que possibilitariam a recomposição da diferença salarial entre os níveis, considerando os servidores mais antigos e os mais recentemente nomeados, como requer qualquer Plano de Cargos e Salários contemporâneo. Infelizmente, os servidores foram enquadrados simplesmente com base no salário em que se encontravam, mantendo as distorções existentes.

É essa a razão da apresentação do presente projeto de lei, buscando a correção definitiva do problema, trazendo novo alento aos servidores das IES/PR. Para tanto, confiamos contar com o inestimável apoio dos nobres pares nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 694/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A emissão e transações de cartelas para a utilização em sorteios de bingos e similares, de que trata a Lei Federal nº 8672, de 06 de julho de 1993, regulamentada no Estado pela Lei nº 11.035, de 02 de janeiro de 1995, será de responsabilidade exclusiva do Serviço de Loterias do Paraná - SERLOPAR, que poderá utilizar-se, para impressão dos serviços da Imprensa Oficial do Estado, mediante fiscalização da secretaria de Estado da Fazenda.

§ 1º - Pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação desta lei, enquanto os órgãos mencionados neste artigo não estiverem aparelhados para a execução das atribuições que ora lhes são con-

feridas, a impressão das cartelas será determinada pelo SERLOPAR.

§ 2º - O prazo a que se refere o parágrafo anterior e para atender os objetivos nele fixado, poderá ser prorrogado, por igual período a critério do SERLOPAR.

Art. 2º - As cartelas serão impressas com numeração seqüencial e seriada, com valor de face expresso, com os seguintes requisitos mínimos:

I - Marca d'água que produza a expressão Bingo Permanente, Bingo Eventual, Sorteio Numérico, conforme o caso;

II - Código de barras correspondente ao número de série da cartela;

Parágrafo Único - O SERLOPAR poderá estabelecer outros requisitos, além do que trata este artigo, inclusive fazendo distinção por cores das cartelas, segundo o valor de face que lhes for correspondente.

Art. 3º - No ato da autorização para a impressão das cartelas mencionadas no artigo anterior, o SERLOPAR exigirá a comprovação de quitação dos tributos devidos na espécie, sem prejuízo de outros eventuais procedimentos a serem estabelecidos pela Secretaria de Estado do Governo, se julgar necessário.

Art. 4º - Os sorteios, com exceção das modalidades Bingo Permanente e Bingo Eletrônico, deverão ser objeto de autorização específica para cada evento consignando-se no ato de credenciamento o prazo para a prestação de contas devida.

Art. 5º - Os salões autorizados de Bingo Permanente, não poderão realizar jogos autônomos mês que em dois ou mais recintos, ainda que interligados, excetuando-se o Bingo Eletrônico, desde que em recinto independente.

Art. 6º - As autorizações para Bingo Permanente serão restritos a apenas dois para cada entidade desportiva, em sua sede ou, alternativamente fora da série.

Parágrafo Único - O Bingo Eventual e o Sorteio Numérico serão restritos ao município da sede da entidade desportiva credenciada.

Art. 7º - A Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR, encaminhará à Secretaria de Estado do Governo, lista contendo o nome e endereço de seus funcionários que, a qualquer tempo, possam ser convocados para efeito

de fiscalização dos Bingos da Modalidade Eletrônica.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(aa) CAÍTO QUINTANA

HORÁCIO RODRIGUES

Apoio: Neivo Beraldin.

PROJETO DE LEI Nº 695/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rio Azul, com sede e foro no Município de Rio Azul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rio Azul, entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, através desta proposição, tem por objetivo maior velar pela saúde, o bem estar e as necessidades básicas da criança e da gestante carente. Objetivo que vem sendo alcançado, com sucesso e muita dedicação, durante toda a sua existência.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 696/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a permitir o desconto em folha de pagamento dos funcionários públicos para empréstimos financeiros concedidos somente junto ao Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, ou pelas entidades representativas da classe.

Art. 2º - O disposto do artigo anterior deverá ser igualmente aplicado aos funcionários públicos ligados às Prefeituras Municipais do Estado do Paraná.

Art. 3º - A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Com a apresentação da presente proposição, procuramos beneficiar, não somente os funcionários públicos, mas também a própria administração estadual. É do conhecimento de todos dos graves problemas financeiros que afligem grande parcela da população brasileira, que ocasionou o surgimento de verdadeiras "arapucas" com o nome de financeiras, que cobram taxas de juros altíssimas. Uma das vítimas deste terrível quadro são os nossos servidores, cujos salários sem nenhum aumento há mais de 3 anos, encontram-se defasados com o constante aumento do custo de vida.

Com a proibição de ser descontados nas folhas de pagamento os empréstimos concedidos por essas "financeiras", estaremos livrando os servidores públicos das garras desses agiotas e os endereçando ao Banco do Estado do Paraná, uma entidade do povo da nossa terra e que pratica um dos mais baixos juros do sistema financeiro ou pelas entidades representativas da classe funcional.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 666/97, de minha autoria, que tem por objetivo autorizar as empresas públicas, sociedades de economia mista, autárquicas e fundações públicas da administração direta e indireta do Estado a associar-se ao IPD, sociedade civil sem fins lucrativos.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 3054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Resolução de minha autoria, que tem por objetivo autorizar a realização de plebiscito no Município de Colombo, para que a população decida sobre a criação do Município de Guaraituba.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 3062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 633/97, de minha autoria, que tem por objetivo dispor sobre a anistia aos servidores públicos estaduais.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 3048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação do Projeto de Lei nº 308/97, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 3052

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subcrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja substituído o Relator da Comissão de Orçamentos, Deputado Durval Amaral.

O referido pedido justifica-se pelos fortes indícios do referido relator estar manipulando o Orçamento para beneficiar-se política e eleitoralmente, privilegiando a destinação de recursos para municípios de sua base eleitoral. Em face dos indícios e das denúncias, o Relator encontra-se impedido de continuar na Relatoria dessa Comissão.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(aa) ÂNGELO VANHONI

DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 3058

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto nos artigos 164, II e 167 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação nominal para o requerimento que solicita ao Governador Jaime Lerner, que os Secretários que pretendem concorrer às eleições de 1998, deixem os respectivos cargos até 31.12.97.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família Garcia, pelo falecimento da Sra. The-reza Mantina Garcia, ocorrido dia 27 de novembro do corrente mês, no Município de São Tomé.

Peço enviar cópia à família enlutada, à Avenida José Madureira, 1445 - São Tomé / PR - CEP 87220-000.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família Rampazzo, pelo falecimento de Gustavo Nóbile Rampazzo, filho do Prefeito Municipal de Terra Boa, Antonio Carlos Rampazzo, ocorrido no último dia 27 de novembro de 1997.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3024

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Luís Zanchin, Vereador e morador de Sarandi / PR, ocorrido no dia 22 próximo passado, no referido município.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua esposa, Sra. Santina Alves Zanchin, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Pedro Galindo Garcia, 525 - CEP 86985-000 - Sarandi / PR.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 3016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Bituruna, pela passagem de seus 42 anos de emancipação política, no próximo dia 14 de dezembro/97.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Constantino de Lara Ribas, Prefeito Municipal; ao vice-Prefeito, Sr. Remi Ransolin, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná,

recebam e cumprimentem a laboriosa população de Bituruna.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Quando o Município de Bituruna completa seus 42 anos de emancipação política, vemos com muita alegria que o esforço, a dedicação e o trabalho diuturno desenvolvido por seus administradores de todos os tempos não foi em vão, mas contribuiu para despertar a crença num futuro voltado ao progresso cada vez maior daquela região.

Portanto, está de parabéns a população de Bituruna nesta significativa data em que vê transcorrer mais um aniversário de sua emancipação política dia 14/12.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir ao povo de Bituruna, com este voto, o reconhecimento e admiração pela dedicação ao longo desses 42 anos, num trabalho em prol do desenvolvimento crescente do Município.

REQUERIMENTO Nº 3019

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Padre Mauro Pasinato, Vigário há 10 anos, na Paróquia Santo Antonio, pelo Título de Cidadão Benemérito do Município de Formosa do Oeste, recebido no último dia 21 de novembro de 1997, no citado município.

Peço enviar cópia à Paróquia Santo Antonio, à Rua Recife, s/nº, caixa postal 44 - Formosa do Oeste / PR - CEP 85.830-000.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3023

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, REQUER, votos de congratulações à Prefeitura Municipal de Guaraci, neste Estado, por ocasião das comemorações do 43º aniversário de sua emancipação política.

Requer ainda que seja dada ciência, através de correspondência a ser enviada à Prefeitura Municipal, Rua João de Giuli, 180, CEP 86620-000, Guaraci / PR, aos cuidados do Exmo. Sr. Nelson Alexandre, Prefeito do referido município.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 3026

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos, ao Ball-Bull - Bar, Petiscaria e Choparia, na pessoa de seu proprietário Sr. Hamilton Ganho, pelos relevantes serviços e excelente atendimento à sua clientela, no bairro Água Verde.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Hamilton Ganho, profissional dedicado ao bom atendimento de sua clientela de alto nível, vem desenvolvendo um excelente trabalho dirigido à comunidade, não somente do bairro do Água Verde, onde reside há muitos anos, mas também a curitibana e a do interior do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3027

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos à DIMASTER - Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda., nas pessoas de seus Diretores Gilberto Shigeo Oda, Paulo Henrique Welder Hoff e José Eduardo Amarin, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, especialmente na área agrícola.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Dimaster - Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda., empresa responsável pela distribuição destes produtos para a Região Sul do País, vem desenvolvendo um excelente trabalho nesta área e beneficiando aos agricultores com suas técnicas de conservação e manutenção do solo, para melhor produtividade e conseqüente aumento em suas rendas, principalmente no nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 3028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Sr.

Presidente Dr. Emilio Mudrey e a Sra. Diretora Tecla Hykvey, extensivos aos demais membros da Diretoria, funcionários e alunos da APAE de Guarapuava, pela excelente organização, recepção e atendimento à Diretoria da Federação Estadual das APAEs, presidentes das diversas delegacias e demais participantes do Encontro Regional, ocorrido em 28 e 29.11.97.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Diretoria da APAE de Guarapuava, presidida brilhantemente pelo Dr. Emilio Mudrey e sua Diretora Sra. Tecla Hykvey, não mediu esforços para organizar e receber aos demais componentes do Encontro Estadual das APAEs, ocorrido no último fim de semana, naquela Cidade de Guarapuava.

REQUERIMENTO Nº 3029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos à Dra. Denise S. Assumpção - CRM 10588 - especializada em Ginecologia, Obstetrícia e Ultrassonografia, pelos relevantes serviços prestados à sociedade curitibana e paranaense nesta área de saúde.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Dra. Denise S. Assumpção, vem desenvolvendo um excelente trabalho na área de saúde, nesta Cidade de Curitiba, dedicando-se ao atendimento das pessoas de menos recursos e carentes, com problemas, nesta área especializada da mulher curitibana.

REQUERIMENTO Nº 3030

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Sr. Antonio da Rocha Marmo, sócio-gerente da Sakate & Marmo Ltda. / Panela Cheia - Comida Mineira, pelo excelente atendimento prestado aos seus clientes e amigos desta Cidade de Curitiba, Região Metropolitana e do interior do Estado.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Restaurante Panela Cheia, especializado em comida mineira, sob a gerência do Sr. Antonio da Rocha Marmo, vem atendendo com brilhantismo aos seus clientes e amigos há vários anos, no endereço tradicional da Emiliano Perneta, 391, desta Cidade de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 3031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Sr. Itamar Bortolanza, proprietário do Restaurante e Bar Tartaruga, pelo excelente atendimento prestado aos seus clientes e amigos do bairro Alto da XV, Região Metropolitana e de toda a Cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Bar e restaurante Tartaruga, de propriedade do Sr. Itamar Bortolanza, casa tradicional desta cidade, vem há vários anos atendendo com esmero e dedicação a sua clientela, estando já caracterizado como um ponto de encontro das famílias amigas daquele bairro e também de toda a cidade.

REQUERIMENTO Nº 3032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos aos Srs. Eng. Gilson João de Amorin, Luiz João de Amorin e a Sra. Marilene de Amorin Castellano, gerente comercial, gerente administrativo e gerente financeira respectivamente, da empresa "De Amorin - Construtora de Obras Ltda.", pelo relevantes serviços prestados à sociedade paranaense e principalmente à curitibana, no ramo de construções.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A empresa "De Amorin - Construtora de Obras Ltda.", empresa conceituada dedicada ao ramo de construções em nosso Estado, vem desenvolvendo um trabalho digno de elogios, não somente pelas empresas que a contratam para realizar seus serviços, mas por toda a comunidade curitibana, pela seriedade com que seus proprietários cumprem com seus compromissos.

REQUERIMENTO Nº 3033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Sr. José Habidú, proprietário da Casa da Sfiha, pelo excelente atendimento prestado aos seus clientes e amigos desta cidade e região metropolitana.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Sr. José Habidú, proprietário da Casa da Sfiha, vem atendendo no seu tradicional endereço à Rua Brigadeiro Franco, 1596, aos seus clientes e amigos, sempre com esmero e dedicação que lhe é peculiar, desde o ano de 1991.

REQUERIMENTO Nº 3034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Sr. Osmar Cantareli da Rosa, da empresa Sigmafone Telecomunicações, distribuidor autorizado da Siemens - Equitel Telecomunicações, nesta Cidade de Curitiba, pelo excelente atendimento à sua clientela e amigos do bairro Alto da XV, desta e de toda a região metropolitana.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A empresa Sigmafone - Telecomunicações, dedicada ao ramo de telecomunicações, de propriedade do Sr. Osmar Cantareli da Rosa, é uma empresa conceituada e especializada, tendo uma vasta clientela, não somente em nossa cidade, mas em toda a região metropolitana, atuando à Rua Itupava, 1012 - Bairro Alto da XV - Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 3035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Sr. Wellington Vargas e a Sra. Sandra Mara Loyola, sócios-proprietários da empresa Planet Sound Car, especializada em som, pelo excelente atendimento à sua clientela, na região metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A empresa Planet Sound Car, de propriedade de Wellington Vargas e Sandra Mara Loyola, é especializada em serviços de eletrônica e som automotivo, vem prestando um ótimo atendimento aos seus clientes e amigos nesta área, em toda a região metropolitana.

REQUERIMENTO Nº 3036

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Dr. Daniel Zeni Rispoli, médico otorrinolaringologista, formado pela Universidade Federal do Paraná, em 11.12.80. Vem atuando nessa área médica com muito profissionalismo e dedicação. Vários cursos de aperfeiçoamento e especializações fazem parte de seu curriculum, inclusive no exterior. Atende em seu consultório particular, na Rua Padre Camargo, nº 537, nesta Capital, bem como no Hospital São e Lucas e no Hospital Angelina Caron. O Dr. Daniel tem sido lembrado com muito carinho e respeito pelos seus inúmeros pacientes, dentre os quais a Sra. Clarice Aparecida da Silva Brasília, a qual, sentido-se agradecida, buscou-nos para que, por meio deste voto de louvor, fique registrado nos Anais desta Casa de Leis, todo o respeito e consideração que ele merece. Ao Dr. Daniel, os nosso sinceros cumprimentos e agradecimentos pelos seus valiosos préstimos profissionais. Muito nos tranquiliza a existência de profissionais com a sua competência e desprendimento.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3043

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao empresário Agostinho Iarocrinski, pela criação do Projeto "Geração Turismo".

A proposta do empresário não é estabelecer uma rota de pontos atrativos que percorra o país, mas despertar os 5.600 municípios brasileiros para o turismo, descobrindo-se centenas de pontos atrativos hoje despercebidos.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3044

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Companhia de Energia Elétrica do Paraná - COPEL, pela iniciativa de receber doações para a Pastoral da Criança, através da conta de luz.

Através da conta de luz, os usuários poderão ajudar as mais de 150 crianças carentes do Paraná acompanhadas pela Pastoral da Criança, em cerca de 300 municípios. Este trabalho visa o envolvimento de toda sociedade paranaense na diminuição da mortalidade infantil, da desnutrição e da marginalidade social.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Família Varassin, pela comemoração do centenário de nascimento de seus pais e avós João e Emília Varassin.

O casal deu origem a uma família de pioneiros que desenvolveram suas atividades, educaram os filhos e contribuíram para o desenvolvimento e progresso de Ponta Grossa.

João e Emília, como todos os jovens, sonharam, transformaram o sonho em objetivo de vida pessoal e em comunhão. O sonho então acalentado começou a materializar-se às custas de muito trabalho. Trabalho árduo, diuturno, perseverante, honesto e acima de tudo muito cristão.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3022

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado Deputado com assento nesta Assembléia Legislativa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Álvaro Fernandes Dias, Presidente da TELEPAR, solicitando do mesmo a determinação de estudos a fim de viabilizar a implantação de telefones para deficientes auditivos, aparelhos TDD, em rodoviárias, prefeituras, postos telefônicos, bibliotecas, aeroportos, escolas e associações que atendem os portadores de deficiências auditivas, em todo o Estado do Paraná.

A presente reivindicação tem sido feita por portadores de deficiências auditivas e associações que congregam essa parcela da população.

Essa providência colocaria o Estado do Paraná em condições de proporcionar a integração dos deficientes auditivos no que se refere à telefonia.

Cabe salientar que o tipo de aparelho telefônico que atende aos deficientes auditivos já existe em alguns Estados da Federação, como Rio de Janeiro e Minas Gerais, bem como que a instalação desses aparelhos no Paraná depende da empresa concessionária do serviço de telefonia, a TELEPAR, razão pela qual se espera sejam enviadas gestões no sentido de implementar esse atendimento aos deficientes auditivos.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 3020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente com votos de congratulações ao Prefeito Municipal de Formosa do Oeste, Sr. Shigemi Kiara, pela passagem de emancipação política do município, dia 08 de dezembro de 1997.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência também ao Sr. vice-Prefeito e Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Foi em 1958 que o desbravador de sertões Ênio Pipino lançou os primeiros fundamentos para a colonização de Formosa do Oeste. Ênio Pipino chegou com topógrafos e técnicos às margens do Rio Piquiri e iniciou a derrubada das matas e abertura de picadas. Ali fundou um povoado que sempre foi denominado de Formosa.

Para a facilidade de ligação entre Formosa e o Município de Goioerê, o pioneiro Garcia Euclides construiu uma balsa no Rio Piquiri, para a travessia de veículos e pessoas. Por muitos anos esta balsa prestou inestimáveis serviços à região.

Formosa foi se desenvolvendo, principalmente, em função da fertilidade do seu solo, próprio para o plantio de café.

Em 10 de junho de 1961, o Governador Ney Braga, através da Lei Estadual nº 4382 elevou Formosa a catego-

ria de município. A instalação oficial aconteceu no dia 08 de dezembro do mesmo ano.

Em 1977, no dia 18 de novembro, foi alterada a denominação para Formosa do Oeste, para diferenciá-la da cidade homônima existente do Estado de Goiás.

Vários municípios se desmembraram de Formosa do Oeste e isto, somando-se a inúmeras famílias que abandonaram o campo, trouxe para o município mãe, vários transtornos que, a custa de muito trabalho e sacrifício, foram superados e com isto, Formosa do Oeste garantiu o progresso.

A administração municipal soube, com inteligência, superar os obstáculos aparentemente intransponíveis, garantindo a viabilidade do município que vislumbra horizontes promissores para os próximos anos.

Assim, parabenizando Formosa do Oeste pela passagem de mais um aniversário, reconhecemos que a sua labuta valeu a pena.

REQUERIMENTO Nº 3021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente com votos de congratulações ao Prefeito Municipal de Corbélia, Sr. Clóvis João Bombarda, pela passagem de emancipação política do município, dia 08 de dezembro de 1997.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também ao Sr. vice-Prefeito e Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Corbélia.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O efetivo povoamento do Município de Corbélia é fruto de muito sacrifício dos iniciais desbravadores do lugar. Os pioneiros vieram dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, via cidade de Pato Branco.

No início a tomada da terra foi tranqüila, em função de serem devolutas, configurando-se o estado de "posse". Preocuparam-se os colonos dos núcleos Colônia Nova, São Pedro, Esperança e São João em explorarem a imensa mata de araucária que existia no território do atual município.

Em 1953, formou-se um povoado às margens da estrada que liga Cascavel à região norte do Estado. Seu idealizador foi Armando Zanatto, descendente de italianos, que, acatando sugestão,

deu o nome de Corbélia à nascente povoação. O nome é de origem francesa "Corbeille", que significa pequeno cesto de flores, e foi sugerido por Iracema Zanatto.

O desenvolvimento econômico e administrativo do lugar só foi possível graças à perseverança de seus colonizadores. Se foram difíceis e incertos os primeiros tempos, o lavrador, depois da interveniência do Estado, que legalizou títulos, ficou amparado por documentos. E desta forma, não foi tão difícil a abertura do que restava da mata, pois iriam trabalhar no que realmente era seu, e foi o que ocorreu.

Os anos se passaram e em 10 de junho de 1961, pela Lei Estadual nº 4382, Corbélia tornava-se município, com território desmembrado de Cascavel. A instalação oficial aconteceu em 08 de dezembro do mesmo ano. O primeiro prefeito foi o Sr. Júlio Tozzo.

De lá para cá, vários anos se passaram e com eles veio o progresso. Mesmo de pequeno porte, Corbélia merece destaque entre os municípios que estão buscando, a qualquer preço, levar a todos os cantos, inclusive nas mais longínquas distâncias, o conforto que a população merece. Esta tarefa está sendo cumprida e com isso ganham os corbelenses e o Estado do Paraná.

Com este relato, vemos que é justo prestar uma homenagem a Corbélia, no momento em que está completando 36 (trinta e seis) anos de sucesso absoluto.

REQUERIMENTO Nº 3037

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Bairro do Tatuquara, tendo em vista a ocorrência de inúmeros acontecimentos que exigem a presença de policiais. Arrombamentos, assaltos e bagunças são constantes no local. Somente um policiamento ostensivo pode deixar a população mais segura. O pedido está sendo feito por moradores do bairro.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3038

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto

Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Evanira de Lima, moradora à Rua das Nações, nº 236 - Bairro Cidade Jardim II, a qual solicita a limpeza de um terreno baldio localizado ao lado de sua casa, tendo em vista o mesmo encontrar-se repleto de mato alto, aranha marrom e muitos ratos. O atendimento do pedido beneficiará toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3039

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Sônia Maria Araújo, residente à Rua Carlos Fontoura Falavinha, nº 154 - Jardim Vale Verde, a qual solicita a limpeza de um terreno baldio localizado nessa rua, em frente ao Frigorífico Matel. Pede também a limpeza das valetas dessa mesma rua, uma vez que as mesmas encontram-se cheias de lixo, causando um mau cheiro insuportável. O atendimento do presente beneficiará toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3040

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo nos finais de semana na saída dos bailões realizados no Bairro Barro Branco, proximidades da Escola Municipal Barro Branco, no Município de Morretes. Muitos maloqueiros provocam atos de vandalismo, causando danos materiais nas residências, além de muitos transtornos. Com certeza a presença de policiais inibirá a ação dos vândalos e proporcionará maior segurança para a população.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3041

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto

Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores do Parque São Jorge, os quais solicitam a passagem da máquina e a colocação de saibro na Rua São João. A mesma encontra-se intransitável, repleta de buracos, o que vem causando muitos transtornos para todos os moradores.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. Manoel Garcia Cid, Mui Digno Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando uma avaliação quanto à possibilidade de se implantar um Posto de Serviços do BANESTADO na CIRETRAN de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Fernando Scanavaca, Mui Digno Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130); ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal; ao Vereador Manoel João da Silva (Câmara Municipal - Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080).

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal proposta fundamenta-se em solicitação recebida do Legislativo Municipal de Umuarama, subscrito pelo Vereador Manoel João da Silva.

A CIRETRAN de Umuarama concentra um número muito grande de usuários, os quais necessitam dos serviços do BANESTADO para recolherem taxas, e efetuarem outros pagamentos. Atualmente essas pessoas vêm enfrentando sérias dificuldades com o serviço, pois permanecem em tempo demasiado nas filas dos bancos, e quando retornam à CIRETRAN, esta já encontra-se com o expediente encerrado.

Umuarama vive em constante desenvolvimento, e a instalação de uma representação bancária naquele setor contribuirá efetivamente para este processo, eliminando o transtorno enfrentado pela população, proporcionando ao município, maior bem estar social.

REQUERIMENTO Nº 3055

Senhor Presidente.

Os Deputados abaixo assinados, REQUEREM, ao Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner, que determine aos Srs. Se-

crêtaros de Estado que pretendem concorrer às eleições de 1998, deixem os seus respectivos cargos até o dia 31 de dezembro de 1997.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(aa) JOÃO TECHY, ÂNGELO VANHONI, RENATO ADUR, IRINEU COLOMBO, PÉRICLES MELLO, NEIVO BERALDIN, LUIZ CARLOS ZUK, AUGUSTINHO ZUCCHI, JOSÉ TAVARES, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, CARLOS SIMÕES, CAÍTO QUINTANA, RICARDO CHAB, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, EDNO GUIMARÃES, HORÁCIO RODRIGUES, EMERSON NERONE, NEREU MOURA, CÉSAR SELEME, DOUTOR ROSINHA, MARQUINHOS ALVES, GERALDO CARTÁRIO, DUILIO GENARI E EDSON LINO.

REQUERIMENTO Nº 3056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Nelson Justus, Secretário de Indústria e Comércio do Estado do Paraná, solicitando a interferência daquela pasta, junto ao BANESTADO, no sentido de que a indústria de ração para suínos, anunciada para Ponta Grossa, seja instalada no Município de Pitanga, pelas seguintes razões:

01 - Tendo em vista que foram iniciados investimentos na região central há cerca de 04 anos, já com uma produção anual atual de 75.240 unidades.

02 - O Município de Pitanga tem investido recursos na suinocultura, tendo na localidade várias granjas que já encontram-se instaladas.

03 - A região central é grande produtora de milho, insumo básico para a produção da ração.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 3057

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Secretário de Agricultura do Estado do Paraná, solicitando a interferência daquela pasta, junto ao BANESTADO, no sentido de que a indústria de ração para suínos, anunciada para Ponta Grossa, seja instalada no Município de Pitanga, pelas seguintes razões:

01 - Tendo em vista que foram iniciados investimentos na região central há cerca de 04 anos, já com uma produção anual atual de 75.240 unidades.

02 - O Município de Pitanga tem investido recursos na suinocultura, tendo na localidade várias granjas que já encontram-se instaladas.

03 - A região central é grande produtora de milho, insumo básico para a produção da ração.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 3059

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Secretário de Agricultura do Estado do Paraná, solicitando a interferência daquela pasta, junto ao BANESTADO, no sentido de que a indústria de ração para suínos, anunciada pela SADIA, seja instalada no Município de Pitanga, pelas seguintes razões:

01 - Tendo em vista que foram iniciados investimentos na região central há cerca de 04 anos, já com uma produção anual atual de 75.240 unidades.

02 - O Município de Pitanga tem investido recursos na suinocultura, tendo na localidade várias granjas que já encontram-se instaladas.

03 - A região central é grande produtora de milho, insumo básico para a produção da ração.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 3060

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Nelson Justus, Secretário de Indústria e Comércio do Estado do Paraná, solicitando a interferência daquela pasta, junto ao BANESTADO, no sentido de que a indústria de ração para suínos, anunciada pela SADIA, seja instalada no Município de Pitanga, pelas seguintes razões:

01 - Tendo em vista que foram iniciados investimentos na região central há cerca de 04 anos, já com uma produção anual atual de 75.240 unidades.

02 - O Município de Pitanga tem investido recursos na suinocultura, tendo na localidade várias granjas que já encontram-se instaladas.

03 - A região central é grande produtora de milho, insumo básico para a produção da ração.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 3061

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, arquiteto Jaime Lerner, e ao Secretário de Estado dos Transportes, engenheiro Heinz Georg Herwig, solicitando urgente recapeamento, na PR-092, rodovia Governador Parigot de Souza, localizada no norte pioneiro.

Requer ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada aos Srs./prefeitos, vice-prefeitos e vereadores da área de abrangência da AMUNORP - Associação dos Municípios do Norte Pioneiro do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.12.97.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Os paranaenses que residem no norte pioneiro e a população que transita em suas rodovias, constata as péssimas condições de uma das principais estradas do nosso Estado: a PR-092, rodovia Parigot de Souza, principal elo de ligação daquela região.

Esta importante rodovia está, há anos, necessitando de melhoramentos e no momento em que o Estado do Paraná, através de concessão, destina a iniciativa privada mais de 2.000 quilômetros da sua malha rodoviária, que com certeza aliviará o seu setor de conservação, é que estamos solicitando a urgente recuperação dessa rodovia, que hoje encontra-se praticamente intranstitável.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É com satisfação, que em nome do nosso Presidente Anibal Khury, deste vice-Presidente que vos fala - Luiz Carlos Zuk; do nosso 2º vice - Neivo Beraldin; bem como do Luiz Claudio Ro-

manelli e, ainda, do 1º Secretário Luiz Carlos Martins e do 2º Secretário, ilustre Deputado Nelson Garcia; e do nosso Secretário vitalício desta Casa - o ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, nós da Mesa Executiva e de todo este Poder, recebemos a todos os irmãos e irmãs que aqui neste dia vieram conhecer este Parlamento, e tenho que cada um dos 54 Deputados aqui assentados, têm uma história referente a toda família que vocês representam.

Esta Presidência em exercício no momento, quando Prefeito de Ponta Grossa, tive a felicidade de fazer lá a primeira escola para deficientes surdos, mudos, auditivos, e dar continuação, como deram todos os Prefeitos em todos os quadrantes do Estado, a devida atenção a esta parcela da população, que faz parte da família do Paraná.

Sintam-se em Casa e tenham a tranquilidade de que aqui, unanimemente, o projeto do ilustre Deputado Emerson Nerone será aprovado, para, realmente, dar a vocês a condição que desejamos a todos os filhos e irmãos nossos.

Sintam-se à vontade.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença dos alunos do 2º ano de grau de magistério, da Escola Estadual Padre Reus, de Pérola do Oeste, que estão com a professora Evani, em número de 27 estudantes, visitando Curitiba. Encontram-se no Plenário, assistindo o início desta Sessão e se deslocarão, a seguir, para outros pontos turísticos da cidade.

Desejo a eles boas vindas a este Parlamento, da mesma forma que Vossa Excelência fez pela Mesa, e que, indiscutivelmente, o Deputado Nerone fará pelo Plenário, ele que é o autor do projeto. O Plenário também faz parte desta homenagem prestada a estes jovens que esperam a aprovação deste projeto e quero dizer que me sinto profundamente emocionado em poder perceber que com um pouco de apoio do Poder Público, um jovem como este consegue transmitir para aqueles que estão na platéia, exatamente aquilo que estamos dizendo, sem que tenham a capacidade de ouvir, mas sabem o que acontece e o que está sendo dito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Nós que agradecemos e nos associ-

amos às palavras do Deputado Caíto Quintana.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Horácio Rodrigues.

(Declina)

Então, ao próximo orador inscrito, Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero saudar, também, através dos meus cumprimentos, os alunos, professores, diretores da ANPACIN de Foz do Iguaçu, que por sinal, fazem naquela cidade um extraordinário trabalho junto aos nossos queridos surdos de Foz do Iguaçu.

Logicamente, a nossa posição vai ser francamente favorável ao projeto do Deputado Nerone, até porque é justo, até porque é inteligente, até porque é oportuno.

Parabéns, Deputado Nerone! Conte com o nosso apoio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, um contato que mantive neste final de semana na região da Ponte da Amizade, na divisa entre Foz do Iguaçu e Paraguai, e também do lado paraguaio, junto a comerciantes, na maioria brasileiros, ouvi mais uma vez a reclamação, e até certo ponto o desespero daqueles comerciantes, daquela população que vive em torno da Ponte da Amizade.

Não é possível continuarmos assistindo, naquele pequeno espaço de território compreendido entre as duas cabeceiras da ponte e a própria Ponte da Amizade, o índice alarmante de criminalidade que ali campeia, além, logicamente, do contrabando, do tráfico de drogas, o que é uma praga no nosso País. Existe o crime praticado com assaltos à mão armada, com violência de toda a ordem, naquele restrito território compreendido entre Brasil e Paraguai.

Não é possível e não conseguimos entender, porque como cidadão comum, nós que passamos por ali, nos deparamos com dezenas e até centenas de policiais federais, policiais rodoviários, de agentes da Receita Federal, fora a atuação permanente e constante de outras forças repressoras que atuam naquela região. Isso do lado brasileiro. Dou outro lado, inclusive com a farda do Exército e da Marinha paraguaia, dezenas e centenas de homens fortemente armados, e no entanto, o crime campeia solto naquele restrito espaço de território entre o Brasil e o Paraguai.

Não é possível, para nós, cidadãos comuns, que pagamos os nossos impostos para sustentar toda aquela estrutura repressora e policial, não podemos conceber que esse tipo de coisa continue acontecendo naquela região.

Os relatos que temos ouvido são assustadores, de pessoas que têm sido assaltadas, violentadas, roubadas e furtadas, naquele curto espaço de território. Não é possível! Só pode haver convivência. Só pode haver "vistas grossas". Só pode haver má vontade. Porque não tem outra explicação para o que continua acontecendo naquela região, prejudicando em muito, não só o comércio do Paraguai, mas também o comércio do lado brasileiro, na região da Ponte da Amizade. O turismo da nossa Cidade de Foz do Iguaçu e a sua imagem, que também fica prejudicada para o Brasil e para o mundo. Porque vocês, nobres colegas, são testemunhas de ver com frequência, nas redes de televisão, a criminalidade acontecendo naquela região da Ponte da Amizade. Exatamente porque não dá para tolerar esse tipo de coisa.

Gostaria de sugerir, aqui, ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, ao Ministro da Justiça do Brasil, que mantenham um contato com o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai. Que faça-se ali uma reunião, naquela região, envolvendo todos os organismos de segurança, que atuam naquela área, para afinar os ponteiros. Porque a pretexto de competência desse ou não competência daquele, toda a população que por ali passa - são milhares e milhares - estão pagando um alto preço, muitas vezes com a própria vida, foram os prejuízos materiais que todos estão sofrendo diariamente naquela região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Solicito o apoio desta Casa, para que este apelo, que não é meu, mas em nome de toda a comunidade daquela fronteira, as autoridades responsáveis façam alguma coisa para minimizar o problema que estamos enfrentando na área de segurança, especificamente na Ponte da Amizade, entre o Brasil e o Paraguai.

Sr. Presidente, acho que num momento oportuno, estou apresentando um projeto de lei, inspirado num programa de governo, que tinha como candidato a Prefeito de Foz do Iguaçu, em administrações, principalmente, ligados ao PT de Porto Alegre, de Londrina e de outras cidades do Brasil, que prevê o tal Orçamento Participativo. Estou apresentando um projeto que visa implantar no Estado do Paraná, algo parecido com o projeto do Orçamento Par-

ticipativo que está sendo implantado com sucesso nesses municípios, e certamente estaria sendo implantado em Foz do Iguaçu, se eu tivesse ganho a eleição. O projeto dispõe sobre o prazo para a discussão com os municípios do Estado, das propostas do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, com as respectivas regiões, que compreendem as regiões administrativas do Estado do Paraná.

Tenho certeza, principalmente, nesse momento que estamos vivendo, discussões a respeito de formas de elaboração do nosso orçamento, um projeto como esse vai contribuir para a discussão, e achamos dessa forma um caminho mais adequado para bem administrar os recursos do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Passamos ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao ilustre Deputado Geraldo Cartário.

O SR. NELSON TURECK - Pela Ordem, Sr. Presidente?
(Assentimento)

Sr. Presidente, queria registrar, com muita alegria, a presença do Prefeito da Cidade de Boa Esperança, Sr. Claudio Gotard e sua esposa, e ao mesmo tempo dizer da grande competência e da grande administração que vem fazendo lá naquela região do Centro-Oeste do Paraná, a região de Campo Mourão.

O SR. MARQUINHOS ALVES (Pela Ordem) - Sr. Presidente, também gostaria de registrar a presença do Prefeito Municipal de Munhoz de Mello, prefeito interino, José Gomes, que se faz presente a esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrado, e a Mesa se associa, desejando boa estada nesta Casa de Leis, aos nossos visitantes.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta Casa, hoje, para manifestar a nossa preocupação com todos os funcionários públicos estaduais e municipais. Pela situação financeira que estão passando, estão sendo procurados por diversas entidades financeiras, até mesmo algumas arapucas, veementemente. Alguns representantes des-

as entidades vêm procurando os funcionários públicos, até mesmo aqui no Centro Cívico, oferecendo-lhes dinheiro.

Neste final de semana, a Rede Globo mostrou ao Brasil uma das arapucas que funcionava em Curitiba, através do cartão de crédito, da malandragem do cartão de crédito.

Achamos que o Banco do Estado do Paraná é um Banco que tem que ter, por finalidade, a preocupação essencialmente social. Porque nunca um funcionário público do Estado prejudicou a maior entidade financeira nossa. Quem prejudicou, roubou e assaltou o Banco do Estado, sempre foram as grandes empresas de fora, sequer eram do Paraná.

E hoje, ao tomarmos conhecimento que o Banco do Estado do Paraná, através da sua atual diretoria, a qual queremos parabenizar, está apresentando uma linha de crédito totalmente diferenciada para atendimento ao funcionário público, em folha, é que, penso que está na hora de nós Deputados, darmos um basta à especulação do dinheiro que vem sendo pago pelos funcionários públicos estaduais.

Com prazer, concedo o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado, vejo que Vossa Excelência apresenta um projeto. Só queria registrar isso, para que nós, na sequência, possamos discutir até a possibilidade de juntar os dois projetos.

Vossa Excelência apresenta um projeto de que apenas via Banco do Estado possa-se fazer empréstimos aos servidores, através de uma série de empresas que trabalham com desconto de dinheiro em folha de pagamento.

Chamo a atenção, inclusive, dos Srs. Parlamentares, porque, coincidentemente, Deputado Cartário, tenho um projeto em elaboração, para entrar na Casa, que proíbe o desconto em folha de pagamento de empréstimos para servidor público. Porque o que pode parecer, num momento, um benefício ao servidor público, acaba virando uma bola de neve.

O servidor que trabalha e não recebe no fim do mês um salário, é um servidor que trabalha com pouca vontade. Se continuarmos como está, empréstimos com desconto em folha do servidor, daqui a pouco, o servidor só vai receber o olerite, porque o dinheiro já fica descontado para pagar empréstimo para Pedro ou para Paulo.

Então, o meu projeto tem o objetivo de proibir que o Estado sirva de

cofrador intermediário do benefício de muitos que emprestam, inclusive com juros abusivos.

Mas, parabênizo seu projeto, que em deles passando, já é avanço.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Muito obrigado pelo aparte, Deputado Caíto.

Também achamos, Deputado Caíto, que o Banco do Estado tem que enfrentar o desafio dos avanços sociais. Só que esses avanços sociais vão trazer lucro ao Banco, porque se entidades de outros Estados, até do Nordeste do País, vêm ao Paraná, vêm à Curitiba vendendo dinheiro aos nossos funcionários, o Banco do Estado do Paraná poderá melhorar esse atendimento, em benefício da própria instituição financeira que é o Banco do Estado.

Existem municípios, como o de Luiziana - que está tão bem representado pelo Deputado Nelson Tureck - que certamente, naquela agência do Banco do Estado, também os funcionários públicos municipais, poderão, após autorizados pelo Sr. Prefeito, descontar na Folha de Pagamento do município, empréstimos concedidos aos funcionários públicos municipais. Não só de Luiziana, mas de todos os municípios do Paraná.

Nessa altura, temos a certeza que o Banco do Estado vai começar a ter lucro, praticamente em todas as agências.

Agora, não é justo que esse montante de dinheiro, que hoje é descontado de funcionários públicos, seja canalizado para bancos, instituições e até picaretagem de outros Estados. É realmente lamentável que isso venha acontecer.

O Sr. Horácio Rodrigues - Deputado Cartário, evidentemente que Vossa Excelência está nos mostrando um pouco da situação real do funcionalismo público.

Quando propus aqui na Assembléia um 14º salário aos funcionários, muita gente achou que era brincadeira, mas não é. Tanto que ontem, foi aprovado na Casa, uma Comissão que vai estudar o problema financeiro dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, e vamos conseguir provar que é possível pagar melhor aos funcionários, deixando de lado obras como: "muito farol e pouco saber". São essas coisas que não gostamos.

Queremos que o funcionário venha ter um salário digno e que não fiquem nos corredores de estabelecimentos públicos, pedindo dinheiro emprestado.

Porque o que acontece com o funcionalismo, se ele trabalha mal, é porque o patrão, que é o Estado, o Município e a Nação, são muito maus patrões.

Acho que o pronunciamento de Vossa Excelência veio enriquecer a tarde de hoje.

Muito obrigado!

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sem dúvida.

Sei a preocupação do Deputado Horácio Rodrigues pelos funcionários estaduais, como a da Mesa da Assembléia, do nosso Presidente Anibal Khury e dos integrantes desta Casa a este respeito.

Mas, mesmo com o problema de salário, sempre haverá uma falta de dinheiro, para que se procure então esse tipo de empréstimo. E queremos absorver isso somente no Banco oficial, que é o Banco do Estado do Paraná, o banco do povo.

O Sr. Heivo Baraldin - Meu caro companheiro e amigo, Deputado Geraldo Cartário, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento importante e oportuno que faz hoje na tribuna da Assembléia Legislativa do Paraná, abordando mais um tema, que naturalmente com o seu pronunciamento haverá de libertar os nossos funcionários públicos de mais um meio de assalto.

Vossa Excelência está abordando um assunto que favorece os mais humildes, aqueles que mais precisam dos Deputados, do Governo.

Mais ou menos na mesma linha de raciocínio de Vossa Excelência, gostaria de abordar um assunto que a sociedade envolve e se envolveu muito profundamente. Tenho pesquisado em vários Bingos da região de Curitiba, quantas pessoas na ilusão de receber, de ganhar um prêmio, acabaram com suas vidas, sua pequena economia. São hoje pessoas dependentes dos Bingos.

Hoje, analistas estão tentando salvar essas pessoas que estão viciadas nesse mal, que é o mal da aventura do jogo.

Por isso, quero neste momento, abordar neste aparte, este tema, para que possamos valorizar a produção, para que possamos valorizar aqueles que produzem, para que possamos avaliar as pequenas empresas que dão emprego aos trabalhadores. Não fecharemos os olhos para aqueles que assaltam a população menos informada ou menos favorecida pela sorte.

Então, o tema dos bingos deve ser um tema levantado aqui pelo Deputado Caíto Quintana. Espero que este tema

ganhe o apoio e o respaldo dos Srs. Deputados.

Vi, ontem à noite, paraguaios administrando recursos do nosso pequeno trabalhador, lá sendo explorado. Sei que é um tema que merece total e absoluta atenção dos Srs. Deputados.

Portanto, Deputado Geraldo Cartário, costumeiramente Vossa Excelência levanta temas importantes em favor dos mais humildes. E hoje o faz novamente. Por isso, recebe os nossos elogios! Os nossos aplausos!

Muito obrigado!

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Agradeço, Deputado, pelo seu aparte, pelo conteúdo que demonstrou também na sua preocupação com os menos favorecidos.

Agora, aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimos e enalteçemos a atual diretoria do Banco do Estado, ao mesmo tempo, queremos fazer uma crítica para que seja encaminhada ao Banco do Estado. Hoje, qualquer conta que vença no Banco do Estado, dois, três dias após, são impedidas as agências de Curitiba - pasmem, Srs. Deputados - são impedidas as agências do Banco do Estado de telefonarem para o dono da conta e dizer que a conta está estourada. Porque existe um contrato entre esses escritórios, que só pelo telefonema que dão, eles já se auto-afirmam como aqueles que vão ganhar comissão em cima da conta devedora.

Se o Banco do Estado está tão preocupado em manter os seus funcionários, até pedindo para que eles se desliguem, por que é que o Banco do Estado não autoriza os próprios funcionários das agências, a própria diretoria de Santa Cândida, a telefonarem e conversarem com os clientes do Banco? Por que terceirizar um telefonema? Visto que, um escritório montado, não passa, na minha opinião, de mais uma "arapuca" para alguém ganhar dinheiro na moleza. Por que não está trabalhando? Por que a ação para se cobrar uma conta tem que ser via advogado, através de um escritório jurídico, que não é o caso? Apenas eles fazem isso para ganhar dinheiro.

Enquanto isso, a preocupação dos funcionários do Banco do Estado, em perder o cargo, e principalmente a grande preocupação, hoje, de o Banco ser privatizado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, cabe a nós defendermos o Banco do Estado, para que esse dê lucro. Cabe a nós fiscalizarmos o Banco do Estado, para que não dê dinheiro a empresários

que têm um único objetivo: dar um "cano" no Banco.

Cabe a nós Deputados, defensores do povo do Paraná, olharmos mais de perto pelo Banco. Fiscalizarmos, sim, o Banco. Até em alguns empréstimos, para que o Banco, lá na frente, não seja um Banco que a exemplo de outros, quebre! E se quebrar o Banco do Estado, vergonhosamente, estaria quebrando a maior tradição financeira do nosso Estado, que é um Banco nosso, que é o Banco do povo.

Cabe a nós, agilizarmos, com apoio do Governo, agilizarmos os empréstimos para o desconto em folha, que é o empréstimo mais sagrado, que ninguém perde nenhum centavo. Isso não só para os funcionários públicos estaduais, mas também em convênios com as Prefeituras Municipais.

Aí, o Banco não teria prejuízo em agência alguma, e a agência que desse prejuízo, seria coberta pelas agências das grandes cidades como Maringá, Londrina, Umuarama, etc... Cianorte, aqui tão bem representada pelo Edson Guimarães.

Companheiros, vou tomar a liberdade de ler, para uma reflexão dos senhores, o conteúdo do projeto que estou apresentando hoje nesta Casa.

(Lê): "Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a permitir o desconto em folha de pagamento dos funcionários públicos para empréstimos financeiros concedidos somente junto ao Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, ou pelas entidades representativas da classe.

Art. 2º - O disposto do artigo anterior, deverá ser igualmente aplicado aos funcionários públicos ligados às Prefeituras Municipais do Estado do Paraná.

Art. 3º - A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

Com a apresentação da presente proposição, procuramos beneficiar, não somente os funcionários públicos, mas também a própria administração estadual. É do conhecimento de todos os graves problemas financeiros que afligem grande parcela da população brasileira, que ocasionou o surgimento de verdadeiras "arapucas" com o nome de financeiras, que cobram taxas de juros altíssimas. Uma das vítimas deste terrível quadro são os nossos servidores,

cujos salários sem nenhum aumento há mais de 03 anos, encontram-se defasados com o constante aumento do custo de vida.

Com a proibição de ser descontados nas folhas de pagamento os empréstimos concedidos por essas "financeiras", estaremos livrando os servidores públicos das garras desses agiotas e os endereçando ao Banco do Estado do Paraná, uma entidade do povo da nossa terra, e que pratica um dos mais baixos juros do sistema financeiro ou pelas entidades representativas da classe funcional".

Agora, se o Banco da Bahia, de Minas Gerais, quiserem emprestar dinheiro para os nossos funcionários, que emprestem. Mas não com a conivência da Secretaria de Administração, que lhe dá uma rubrica para poder descontar em folha. Eles que arrisquem, como o Banco do Estado arrisca e está arriscando continuamente no Paraná e fora do Paraná. É muita "moleza" que eles estão tendo aqui no Paraná. Tomando o dinheiro do Estado e com a garantia do Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração.

Este projeto proíbe. Como também o projeto que está sendo pensado pelo Deputado Caito Quintana.

Vejam que não é tão radical o projeto. Ele permite que as entidades que agregam esses funcionários possam ter o seu pecúlio. E, esse pecúlio, emprestar aos funcionários através do Banco do Estado, ou eles mesmos emprestando.

Não queremos tirar o poder dessas entidades representativas. Muito pelo contrário, estamos favorecendo para que elas tenham o seu pecúlio e possam emprestar aos seus funcionários.

Era isso, Sr. Presidente.

Gostaria de contar com o apoio dos Srs. Deputados ao projeto que cria o Município de Areia Branca dos Assis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Gostaria de registrar a presença do Deputado Estadual e atual Secretário da Indústria e Comércio do Paraná, Deputado Nelson Justus. Brilhantemente tem empenhado a representação política na administração pública deste Estado, dando a sua participação na transformação sócio-econômica deste Paraná, mais precisamente na região de Ponta Grossa e região dos Campos Gerais, onde tem dado um alento e uma presença

de investimentos em diversas áreas econômicas da nossa região.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra para a Liderança do PPB.

(Declina)

Liderança do PMDB.

Concedo a palavra ao Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero deixar uma saudação especial aos nossos visitantes, que hoje estão acompanhando a votação de um projeto importante que tramita nesta Casa. Sejam bem-vindos.

O que me traz a este Plenário é a evidência em relação ao Orçamento do Estado do Paraná, que diz respeito ao processo como foi enviado a esta Casa. É lamentável que o relator do Orçamento, Deputado Durval Amaral, não esteja presente, porque na Sessão de quarta-feira passada, onde o Deputado Péricles Mello abordou questões relativas da peça orçamentária, o Deputado Durval Amaral referiu da possibilidade que esse debate fosse feito com a maior tranquilidade, na frente dos senhores.

A Bancada do PT investigou com profundidade as possíveis irregularidades que estão acontecendo na peça orçamentária. Chegamos à seguinte conclusão: que a peça orçamentária, talvez seja a votação mais importante que os Deputados eleitos pelo sufrágio universal do voto direto, possam fazer num ano legislativo. É quando se define as regras, os critérios, as prioridades em relação às receitas e às despesas do Poder Público no Estado do Paraná.

Se uma determinada região receber um benefício, do ponto de vista da saúde das crianças, das mulheres, das gestantes, dos idosos no Estado do Paraná, essa definição passa pelo orçamento do Estado, quando é votado no final do ano.

Previamente ao Orçamento, a Assembleia Legislativa, pelas suas prerrogativas constitucionais, define como que o orçamento deve ser concebido pelo Governo, em função desses critérios de locação de recursos ou não, para o ano seguinte. A lei que define, no ponto de vista da Constituição, é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é uma iniciativa do Poder Executivo, para ser remetida ao Poder Legislativo, para a sua anuência ou para proceder as suas modificações.

No entanto, para nossa surpresa, a Lei Orçamentária enviada pelo Poder Executivo, discutida na metade deste ano, previa, em função até de uma inflação que hoje está nos patamares de 5% anual, uma dotação orçamentária da peça que iria definir os critérios para o ano que vem, um orçamento de sete bilhões e meio de reais.

Lamentavelmente, não sei quais as razões, não recebemos as explicações até agora, o orçamento previsto para o ano que vem chega a onze bilhões. Uma flagrante transgressão daquilo que previu uma lei, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Gostaria de deixar claro ao Poder Legislativo desta Casa, que os nossos requerimentos não sendo aprovados, com as explicações que pudessem nos convencer dessa transgressão, não restará outra alternativa. A Bancada do PT entrará com um mandado de segurança na Justiça, para suspender a tramitação da peça orçamentária.

Não temos dúvidas que o que prevê a LDO e como está colocada a peça orçamentária, não caberá à justiça, a não ser acolher o nosso mandado de segurança.

Não são só esse os problemas do Orçamento do Estado do Paraná. Como todos os senhores sabem, através da imprensa, ainda estávamos no início da peça orçamentária, evidenciamos alguns problemas que alguns Deputados relataram à imprensa, de que o relator do Orçamento, Deputado Durval Amaral, que sempre teve a confiança dos Deputados da Assembleia Legislativa, pela sua competência, pelo seu trabalho, pela sua capacidade de estar à frente dessa tarefa tão importante, em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, porque pertence, como relator da principal Comissão Permanente da Casa, que é a Comissão de Orçamento, e lamentavelmente, começaram a surgir suspeitas de que a peça orçamentária foi remetida à Assembleia Legislativa, já com alguns privilegiamentos em relação a dotação orçamentária, que pudessem privilegiar, se não somente o relator, até outros Deputados, para atendimento de sua clientela política eleitoral.

Isto viria a ser comprovado, esses indícios seriam um grave procedimento por parte do Executivo, que se permitiu a esse tipo de procedimento, através das Secretarias de Planejamento e de Finanças, e por parte, principalmente, do relator, aonde que - vou relatar aos senhores - está comprovado o beneficiamento do Deputado Durval Amaral na peça orçamentária, sendo contemplado antecipadamente.

Isto fere a Constituição Federal, é talvez um dos maiores escândalos, do ponto de vista da Assembleia Legislativa, que esteve envolvido o Orçamento do Estado do Paraná, só comparável ao escândalo do Orçamento da União, em relação ao que foi feito na Comissão dos "anões do orçamento".

Não teria condições, não quero ser leviano, mas há indícios, porque neste momento as provas evidenciam que o Deputado relator foi amplamente beneficiado pelo Poder Executivo, no envio da mensagem orçamentária para o Plenário da Assembleia Legislativa.

E há indícios, há suspeitas, essas informações têm chegado no meu gabinete, de que por trás dessas evidências, empreiteiros, e até prefeitos, estão arrolados.

Seria leviano se confirmasse essa denúncia, ou se pudesse dizer aqui os nomes das pessoas envolvidas até agora. Não tenho condições de fazê-lo. Mas há indícios, e o nosso gabinete está trabalhando no sentido de que as pessoas que levantaram esta suspeição possam vir à Assembleia Legislativa, ou através de documentação, comprovar aquilo que está sendo dito, pelo menos a nível de suspeição.

É grave a questão do Orçamento do Estado do Paraná.

Vou relatar algumas questões relativas, algumas evidências que foram comprovadas em relação ao beneficiamento do nosso querido colega, Deputado Durval Amaral, relator do Orçamento.

Antes disso, gostaria já de questionar o Deputado Durval, porque quando foi levantada essa pequena suspeição na semana passada, o Deputado deu uma entrevista para o Jornal "O Estado do Paraná", quinta-feira, dia 27 de novembro de 1997, e o título da matéria é: "Agora PT tenta devolver o Orçamento".

Vou ler o que o Deputado Durval Amaral fala. O relator diz o seguinte: "que quando o PT divulgar o resultado do levantamento, ele irá contrapor outro de sua autoria, para mostrar que os 17 municípios onde foi o Deputado mais votado, foram contemplados no Orçamento da mesma forma que outros municípios". Claro! Esse é um argumento lógico da defesa que esperamos de Vossa Excelência. Não há outro argumento para Vossa Excelência se defender, a não ser esse.

Mas, queremos fazer o debate, exatamente pela sustentação dessa linha de argumentação. Se levarmos, pelo menos a possibilidade de problematizar essa argumentação, o pedido que fare-

mos a Vossa Excelência, é que licencie ou se retire da Comissão de Orçamento.

"Estou me propondo a dar uma aula sobre o Orçamento para a Bancada do PT. Vou mostrar para o Deputado Ângelo Vanhoni, que tem domicílio em Parana-guá - sua base eleitoral, que ele re-cebeu 19 milhões e 500 mil no projeto do Orçamento".

Vejam bem, Srs. Deputados, como que a fragilidade da argumentação não tem condições para se sustentar. Não tem condições para se sustentar! O mais óbvio era que o Deputado Durval Amaral, pelo menos recebesse antes as possibilidades de que tivesse alguma irregularidade cometida com ele, e que porventura até reconhecesse isso e se propusesse a corrigir.

O Sr. Durval Amaral - Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. ÂNGELO VANHONI - Na sequência o senhor terá todo o direito de usar o tempo que for necessário para se contrapor.

O Sr. Durval Amaral - Vamos estabele-cer o contraditório?

O SR. ÂNGELO VANHONI - Vamos.

O Sr. Durval Amaral - Isso. Vamos es-tabelêcer o contraditório, para ver a consolidação dos seus argumen-tos.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Primeiro deixe-me contrapor aos seus.

O Sr. Durval Amaral - Vamos lá.

O SR. ÂNGELO VANHONI - O Deputado Dur-val Amaral vai à imprensa para se contrapor às denúncias que estão de privilegiamento da relatoria nele e diz que o Deputado Vanhoni, de sua base eleitoral de Paranaquá, recebeu 19 milhões e 500 mil.

O Sr. Durval Amaral - Não é verdade? Não tem 19 milhões para Parana-guá, Deputado Vanhoni?

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha, assegurando a palavra ao ilustre Deputado Ângelo Vanhoni, que se encontra na tribuna.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro de Vossa Ex-celência que dê o direito do Deputado que está na tribuna fazer o tempo da palavra que ele achar necessário. Ele vai conceder o aparte ao Deputado Dur-val Amaral, no momento oportuno. Vossa Excelência faça cumprir o Regimento Interno, senão fica impossível acompa-nhar o raciocínio do Deputado que está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente justificada a ati-tude antecipada, pela Mesa Executiva, do pronunciamento de Vossa Excelência. O Deputado Ângelo Vanhoni conti-nua com a palavra.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Obrigado, Sr. Presidente.

Vou conceder ao Deputado Durval Amaral, todo o tempo necessário para que façamos este debate, porque isso não interessa somente ao Deputado Ân-gelo Vanhoni, mas interessa ao Poder Legislativo, a todos os Deputados aqui da Assembléia.

Então, o Deputado pode ficar tranqüilo, que terá todas as condições de rebater, item por item, argumento por argumento.

Vejam bem, o Deputado Durval Ama-ral disse que recebi, a minha cidade, a minha base eleitoral que é Parana-guá, recebeu 19 milhões. E vejam só, ele utiliza esse número e utiliza isso que está no Orçamento para contrapor a base eleitoral dele, que pretensamen-te, se comprovado, foi beneficiado an-teriormente.

Vejamos. Vamos começar pelo iní-cio, Deputado Durval Amaral.

Em primeiro lugar, todos sabem que sou filho de Paranaquá, mas a mi-nha base eleitoral, meu título de eleitor, é de Curitiba, e faço políti-ca há 25 anos em Curitiba, mas tenho um carinho todo especial por essa ci-dade.

Suponhamos que esses 19 milhões fossem para atender o meu domicílio eleitoral. Vamos destrinchá-los: pas-sem o senhores, 15 milhões e pouco desse montante que o Deputado Durval arrola para o meu nome, como benefici-amento eleitoral, da minha base elei-toral, são para o Porto de Paranaquá. Porto de Paranaquá, que vai escoar a produção de todos os municípios, mo-dernização do porto 15 milhões, sobram 4 milhões.

Veja, Deputado Péricles Mello, olhe o que está escrito nesses 4 mi-lhões. Deputado Luiz Claudio Romane-

lli, uma Vila Rural em Paranaguá, uma Casa do Índio, uma Casa do Pescador, e 800 mil reais para desfavelamento. Agora, pasmem os senhores, como fui privilegiado com a minha base eleitoral, a única emenda que propus desde 1995 no Orçamento do Estado do Paraná - e isso o Deputado Durval Amaral esqueceu - desde 1995, para a Cidade de Paranaguá, é relativo à saúde, porque todos sabem que é uma cidade que sofre terrivelmente, tem o maior índice de desemprego do Paraná, depois de Curitiba e Região Metropolitana, e tem problemas de saúde terríveis.

Tenho uma emenda desde 1995 para a construção...

O Sr. Durval Amaral - Se o senhor não é um Deputado assíduo em defesa dos seus municípios, é um problema seu, não meu.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sem provocações, Deputado, porque senão vou baixar o nível, também, com Vossa Excelência.

Estou querendo fazer um debate sobre argumentos. Se Vossa Excelência não tem argumentos para se contrapor, é melhor que fique quieto.

O Sr. Durval Amaral - Tenho muitos argumentos. Tantos quantos o senhor me der aparte.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Então aguarde. Na sequência lhe darei aparte.

Então, vejam só, o único pleito que fiz para Paranaguá foi de que se fizesse, para a região do litoral inteiro, porque é um pleito do litoral, a construção, inclusive com o assentimento da Secretaria de Saúde, desde 95, e não consegui estas verbas para Paranaguá, para a construção, na base de um hospital americano, como foi construído no Sítio Cercado, de 100 leitos, no próprio prédio da Santa Casa, para melhorar o atendimento daquela cidade. Nunca fui contemplado com a execução desta emenda. Nunca.

Está terminando o período legislativo e o Deputado Durval Amaral, para se justificar perante a imprensa, diz que os 15 milhões do Porto de Paranaguá são para beneficiar a cidade, e todos sabemos que não são para beneficiar a cidade. São para beneficiar a operação de carga e descarga, de modernização do Porto de Paranaguá, para que os produtos que os agricultores de Cambé, de Uniflor, de Boa Esperança, de Vila Alta, de Cascavel e de todos os municípios do Paraná possam obter

rentabilidade e lucro, com melhor equipamento.

Então, Deputado Durval Amaral, Vossa Excelência acabou sendo leviano ao se declarar ao Jornal...

O Sr. Durval Amaral - Leviano é o senhor, que faz uma acusação sem fundamento. Leviano e despreparado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Calma, vamos ao preparo, já, já.

Sabe por que Vossa Excelência foi leviano? Porque Vossa Excelência atribuiu a mim os 15 milhões do Porto de Paranaguá. E Vossa Excelência é um homem que tem capacidade, é inteligente, é ponderado, não poderia ter feito isso com a minha pessoa. Claro que não, porque Vossa Excelência sabe que isso não beneficia a Cidade de Paranaguá.

O Sr. Durval Amaral - A toda ação, uma reação.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Vamos melhorar os argumentos.

Paranaguá, é um cidade que tem 140 mil eleitores, e o Deputado Durval Amaral me disse aqui, na quarta-feira passada, que uma lei de orçamento deve ser feita, tendo em vista vários critérios para alocação de recursos. Que a própria Lei Orçamentária prevê isso. É sistemática da Secretaria de Planejamento.

Um desses critérios, é a população. A população de um município não é o único critério, mas é um dos critérios.

Vamos lá, vamos aos números. Os números são insofismáveis. Vamos ao Município de Paranaguá: descontando o porto, cidade de 130 mil habitantes, segundo dados do IBGE, recebeu 4 milhões. Cidade de Cambé...

O Sr. Horácio Rodrigues - Solicito um aparte.

O Sr. Valdir Rossoni - Solicito um aparte.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Só quero concluir este argumento.

O Sr. Valdir Rossoni - Tenho certeza que se o senhor me der o aparte, serei breve.

É uma Questão de Ordem. Vossa Excelência coloca aqui e está travando um debate com o Relator do Orçamento, mas no seu pronunciamento, Vossa Excelência coloca que tem outros Deputados

e aí Vossa Excelência está generalizando esta questão, e isto é preocupante.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Vanhoni, até porque, baseado no que o Líder do Governo fala, como Presidente da Comissão de Orçamento, gostaria de saber se quando se fala "outros Deputados", o Presidente da Comissão de Orçamento está incluso nas suspeitas que a Bancada do PT levanta?

O SR. ÂNGELO VANHONI - Não. No levantamento que temos, há um privilégio ao Relator, de forma muito evidente. Podemos até fazer uma ilação de que outros Deputados tenham dito, mas no nosso levantamento, como é problemático e não temos os mesmos disquetes de programas que o Relator dispõe para fazer o acompanhamento e o destrinchamento, mas não temos estes dados.

O Sr. Durval Amaral - O Deputado Durval Amaral não tem disquete nenhum. Ele simplesmente trabalha com os dados fornecidos pela própria proposta orçamentária.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Vossa Excelência tem todo o apoio da Secretaria de Planejamento e de Finanças, e nós não temos.

Mas, vamos à Cambé. Vejam só que coisa inexplicável: a Cidade de Paranaguá recebe 4 milhões, e nestes 4 milhões, já disse: uma Casa do Índio, uma Casa do Pescador, Vila Rural e 800 reais para o desfavelamento...

O Sr. Ricardo Chab - E 100 mil reais que coloquei para um Raio-X.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa Excelência passa a usar agora o Horário do PT.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Vossa Excelência, Deputado Ricardo Chab, está colocando agora?

O Sr. Ricardo Chab - No orçamento passado. Não foi pago, ainda. Estão prometendo. Estamos esperando aqui.

O Hospital da Santa Casa é regional, o senhor sabe disso, e o Raio-X não funciona. Por isso inclui 100 mil reais no orçamento.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sei disso, é um projeto nosso. Lutamos muito para fazer aquela UTI, pequena. Precisamos

melhorar aqueles quartinhos que tem lá atrás.

Deputado Durval, como se explica, que a cidade que tem 124 mil eleitores, recebeu um total, fora o Porto de Paranaguá, de 4 milhões e 100. Desses 4 milhões e 100, já disse para onde vão a maioria.

Vejam, Cambé: tem 80 mil 367 eleitores, recebeu um total de 13 milhões 428 mil e 960 reais. Vamos perceber, Deputado Amaral, como é que essas verbas foram alocadas no orçamento para a Cidade de Cambé. Pasmem os senhores! Como é que Cambé conseguiu 13 milhões? Na página 214 - pena que não temos um orçamento para todo mundo - na Secretaria de Agricultura, a única cidade rubricada na Diretoria Geral, qual é? A Cidade de Cambé.

Então, vamos acreditar que o Secretário Hermas Brandão tem um apreço todo especial por essa cidade.

Na página 289, é da Secretaria de Assuntos de Família, novamente Diretoria Geral. Cidade? Cambé.

Outro Secretário que, ou nasceu lá, ou é dessa região, ou tem um profundo amor pelo Município de Cambé.

Página 294. Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Coordenadoria de Obras e Infra-Estrutura. Com exceção de Atalaia, todos os demais municípios são de sua base eleitoral. Também está lá a Secretaria de Meio Ambiente, Superintendência de Recursos Hídricos - SUDERHSA, também estão os municípios de sua base eleitoral, junto com Cambé. Além disso, a Secretaria de Segurança Pública, a única cidade que aparece na rubrica Gabinete do Secretário, com 200 mil reais, é a Cidade de Cambé.

O Sr. Durval Amaral - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

O senhor falou que no gabinete do Secretário de Segurança Pública, o único município contemplado é o de Cambé, e o senhor não falta com a verdade, pelo menos era isso que todos pensávamos. Mas, salvo um engano de 200 mil reais para o Município de Cambé, num projeto que está sendo incitado pela Secretaria de Segurança Pública, através do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, onde a maioria dos municípios dos Deputados estão sendo contemplados para a sinalização urbana. O senhor falou que é o único o Município de Cambé.

O senhor esquece de que no mesmo gabinete do Secretário, que tem um amor muito grande pelo Deputado Durval

Amaral, segundo as suas próprias palavras dizem, e de afirmar aqui, que tem 2 bilhões e 900 mil reais para Londrina. O senhor não pode faltar com a verdade. Não tem só o Município de Cambé.

Isso está na mesma página, no mesmo tópico, Gabinete do Secretário da Segurança Pública, para o Município de Londrina, como tem o orçamento do Estado para muitos ou quase todos os municípios do Paraná, recursos previstos no orçamento do Estado.

Num total de 300 milhões, que o senhor havia falado, que também não é verdadeiramente isso, é um total de 970 milhões de reais para todos os municípios do Paraná.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Só para entender, não falei aqui dos municípios dos quais o Deputado Durval Amaral ainda tem a sua base eleitoral. Falei apenas do Município de Cambé.

Sabe, Deputado Durval, tenho um profundo respeito por Vossa Excelência, aprendi a conhecê-lo, a conviver, tenho uma profunda amizade. Gostaria que Vossa Excelência não entendesse isso de modo pessoal, em relação às críticas que venho hoje, da tribuna da Assembléia, fazer.

Em relação ao orçamento, acho que houve um certo desvirtuamento e Vossa Excelência incorreu num pequeno erro, junto com os técnicos da Secretaria de Finanças e do Planejamento, de incorporar, no texto do orçamento, uma certa tendência para privilegiar as bases políticas as quais o senhor dá assistência. Acho que isso é grave!

Só venho hoje, aqui na tribuna da Assembléia, relatar e abrir esta discussão, porque espero que isso nunca mais aconteça.

Não quero ficar com a suspeição que o Governo do Estado está negociando emendas com os Deputados da base de apoio, do ponto de vista eleitoral. Não posso acreditar que isso aconteça! Não tenho motivo nenhum para suspeitar disso, mas se esse procedimento no qual o relator, infelizmente, está envolvido, de relacionamento com os técnicos da Fazenda e do Planejamento, está demonstrando que é verdadeiro.

Acho que temos que dizer que a partir de hoje, acabou! O orçamento é um patrimônio do Estado do Paraná, não é do Governador Jaime Lerner, não é da Assembléia Legislativa, não é do Deputado Alborghetti, de Londrina, não é do Deputado Plauto, de Ponta Grossa. O orçamento diz respeito às necessidades do conjunto do povo do Estado do Paraná! E esse é um patrimônio, do ponto

de vista da sua correção, de alocação de recursos, e que nunca na história do Poder Legislativo, aconteceu algum deslize na discussão desta discussão orçamentária.

Espero que tenhamos a capacidade de resolver estes problemas que estão ocorrendo hoje, em relação à discussão orçamentária.

Concedo o aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Deputado Vanhoni, Vossa Excelência vai já pela segunda ou terceira vez à tribuna desta Assembléia, levantar o que é, na minha avaliação, um dos problemas mais graves que vi aqui nesta Casa, nos últimos anos.

Fico constrangido de ver que o objeto dessa suspeição é um Parlamentar que já integrou a nossa Bancada do PMDB, que quando foi relator, pelo PMDB, sempre nos encheu de orgulho, pelo trabalho sério e correto que fez.

Agora, os fatos que Vossa Excelência levanta, são muito graves. Creio que o que está em jogo, na verdade, Vossa Excelência, inclusive, não está discutindo bem a questão das emendas, se são emendas programáticas ou de despesas, e creio que caberá talvez até fazer uma reunião da Comissão de Orçamento, muito mais aprofundada, convocada pelo Presidente, o Deputado Cezar Silvestri. Isto porque as irregularidades, na realidade, elas são graves, na medida em que o Deputado que Vossa Excelência acusa de ter manipulado o Orçamento, ele o teria feito em benefício de sua base eleitoral. Até aí, muito bem, é legítimo que um Parlamentar possa, dentro das regras gerais, lutar pelo interesse das comunidades que ele representa.

Muito bem, onde está a gravidade dos fatos? Está na medida que o Deputado teria cuidado dos seus interesses ainda quando na Coordenadoria de Orçamento da COPE, na Secretaria da Fazenda. Ali quando era gestado o orçamento, embutiu as emendas de seu interesse, para beneficiar seus municípios.

Vi as primeiras declarações, e fui pessoalmente questionar o Deputado Durval Amaral, quando ele dizia: no máximo 1 milhão de reais para cada Parlamentar aqui na Assembléia, de emendas programáticas.

Então, creio que há um fato muito grave, insanável. E confesso o seguinte: na questão específica do Deputado Durval Amaral, acho que caberia - até que fosse dirimida essa questão - ele pudesse não ser substituído da função

de relator, mas talvez que se licenci-asse desta função.

O Presidente da Comissão poderia designar um outro relator para substituí-lo nesse período de licença, para que pudessem ser examinadas essas multidoes de indícios que temos, de uma má formação do próprio Orçamento, somado, é claro, Deputada Ângelo Vanhoni, à outras questões que Vossa Excelência levanta, que é a questão do Orçamento da LDO, que previa 7 milhões e meio de reais para o próximo exercício, quando o orçamento veio na receita de recolhimento centralizado, com 9.347 e o total do orçamento de 11.847. Ou seja, na verdade, há uma profunda e insanável questão a ser explicada, que é do que previa a LDO para o próximo exercício do nosso orçamento.

Então, penso que além dessas outras questões que envolvem os precatórios, deveriam ser didaticamente explicadas, a superestimação das receitas - que o Governo, diga-se de passagem, tem feito ano a ano, e que chega agora ao cúmulo de 44% do possível de ser arrecadado no ano que vem, e creio que está aqui em jogo hoje.

Acho que o Deputado Durval Amaral deveria zelar pelo seu nome, que é o que está aqui em jogo, se licenciando do cargo de relator. Acho que se ele fizesse isso, daria um passo muito importante, para que não pairasse na verdade, a suspeição que esse orçamento, que essa peça orçamentária venha ser votada de uma forma absolutamente desrespeitosa em relação aos termos constitucionais, que fundamentalmente é o interesse dos demais municípios paranaenses.

Acredito que ele daria um brilhante passo de desprendimento, na medida que pudesse se licenciar como relator, para que essa questão pudesse ser esclarecida, e não pairasse a suspeição sobre a Comissão de Orçamento.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, o PFL cede o horário de 5 minutos, que regimentalmente tem direito por semana, ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Gostaria de falar ao Deputado Durval Amaral, que considero essa questão, do mesmo ponto de vista que o Deputado Romaneli está trazendo.

Tenho, pelo seu trabalho, pelo muito que conheço, em função desses três anos de mandato - não tenho nenhuma correção a fazer pelo ser exer-

cício, do ponto de vista do representante político, Parlamentar que tem nesta Casa. Acho que lamentavelmente incorreu no erro.

Estamos solicitando um requerimento em substituição do relator. Acho que se isso realmente aconteceu, qual é o fato? Há Deputados de quinta categoria e há Deputados de primeira classe, aqui na Assembleia Legislativa. E jogo do ponto de vista de discussões das questões estratégicas do Estado do Paraná, deixa de existir.

O Governo do Estado, ao se permitir privilegiar um Deputado, seja ele quem for, na peça orçamentária, embutindo interesses, o Governo do Estado do Paraná está rasgando com o orçamento. Está rasgando com a ética, está rasgando com a moralidade e a transparência pública e exigências maiores, do ponto de vista da Constituição, de quem conduz a coisa pública.

Então, para que não haja uma distinção, do ponto de vista entre Deputados de primeira classe e Deputados de segunda classe, o correto seria que nesse orçamento, a Comissão de Orçamentos tivesse uma isenção, inclusive para analisar - que era do seu dever, Deputado Durval Amaral - quando perceber que o orçamento não corresponde àquilo que a LDO tinha previsto, alertar o Governo do Estado. Nem isso Vossa Excelência fez.

Acho, que neste momento, o mais correto seria que Vossa Excelência pedisse licença para que pudéssemos, na Comissão de Orçamento, no Plenário, dar prosseguimento à discussão da Peça Orçamentária, tentar corrigir os problemas que existem e ver depois, no ano que vem, o que é que podemos fazer.

Gostaria de dizer aos Srs. Parlamentares, que estamos coletando assinaturas para uma CPI, porque há indícios de que fora a transgressão constitucional da Peça Orçamentária, há indícios da participação de técnicos da Secretaria de Finanças e da Secretaria de Planejamento.

Então, nesse sentido, a partir de hoje, estamos coletando assinaturas para instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque só ela poderá realmente averiguar, discutir se houve ou não o privilegiamento das emendas que estamos arrolando, como beneficiamento do relator na Peça Orçamentária.

Tenho muito mais questões a serem levantadas a esse respeito.

Concedo a palavra, em aparte, ao Deputado Dr. Rosinha.

O Sr. Dr. Rosinha - Agradeço e quero dizer a Vossa Excelência que tenho em mãos o projeto da lei orçamentária, e na página 99 - "Defesa Nacional e Segurança Pública" - Gabinete do Secretário, só tem a Cidade de Cambé, não tem a Cidade de Londrina designada no gabinete do Secretário para confirmar o que foi dito por Vossa Excelência.

Outra questão que acho importante, a Bancada do PT começou discutir a questão do Orçamento, após o Deputado João Techy, do PPB, levantar suspeitas sobre o tema do qual Vossa Excelência está na tribuna. Não partiu da nossa Bancada a primeira denúncia de irregularidade, mas sim do Deputado João Techy, que foi quem disse que estava sendo favorecida a base do relator.

Outra questão que achamos importante é a substituição do relator, se diz respeito a ele não ter se manifestado ao descumprimento da LDO. O Governo do Estado manda uma Lei Orçamentária, da qual a LDO é desrespeitada no Art. 20, quando estabelece o valor do Orçamento até 7 bilhões e meio. É desrespeitado o Art. 16, inciso III, onde pede o demonstrativo das concessões de isenções fiscais que o Governo para cá não enviou. Ainda o Art. 4º, da LDO, que diz que todas as empresas públicas de Sociedade de Economia Mista, devem ter enviado para cá o seu Orçamento, em anexo.

Está faltando a questão do PARANACIDADE, das empresas de Sociedade Anônima, agências de desenvolvimento, que não estão presentes, além de todas as questões levantadas por Vossa Excelência.

Acho que isso vem corroborar com o seu pronunciamento.

Obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI - Espero que os Deputados acolham o nosso pedido, e estamos abertos para enfrentar qualquer debate a respeito da Peça Orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Ângelo Vanhoni teve a preocupação de reparar os recursos destinados ao Município de Cambé, muito especialmente os 200 mil reais que se destinam à sinalização urbana, que encontra-se em fase de licitação pelo DETRAN, devidamente autorizado pelo

Governador, onde também vários outros municípios do Estado serão beneficiados.

Porém, o Deputado não teve a mesma perspicácia de verificar que outros municípios, mais especificamente o Município de Londrina, também recebeu dotação da ordem de 2 milhões e 800 mil reais, também do gabinete do Secretário, e não despertou maior interesse do nobre Deputado, o que me leva a crer, pelas palavras do Deputado, que o Secretário tem apenas um "caso de amor" com o Município de Cambé, e uma "paixão avassaladora" pelo Município de Londrina.

Acontece que não podemos ser, não diria a palavra "levianos", mas temos que analisar a peça orçamentária como um todo, porque senão ficaríamos todos nós Parlamentares, a nos agredir, tendo em vista a complexidade de como é formulada a peça orçamentária.

O Sr. Deputado Ângelo Vanhoni ainda não reparou que consta na proposta orçamentária, recursos destinados no gabinete de outras secretarias, para determinados municípios do Estado do Paraná. Pelo seu raciocínio, provavelmente, também seja um "caso de amor" daquele Secretário com outros municípios do Estado.

Poderíamos inclusive destacar que, na proposta orçamentária para 1998, pelas fontes de recursos consignadas na Fonte 00, que são recursos do Estado e Fonte 07 que são transferências federais, totalizando o valor de 7 milhões e 800 mil reais.

Outros municípios do Paraná estão sendo contemplados na mesma proporção. Na Secretaria de Ciência e Tecnologia e em outras Secretarias mais, que não vou declinar aqui o nome desses municípios, por respeito até às bases dos Srs. Deputados, para que o mesmo mal entendido que tenta plantar a Bancada do PT, não seja a mola propulsora para que outros colegas Parlamentares sejam injustamente atacados.

Na proposta orçamentária, encontramos destacados para o Município de Cambé, e sempre assumi isso, a importância de 13 milhões e 400 mil reais, sendo que 6 milhões destinam-se às obras paralisadas ou em andamento, pelas Secretarias de Estado. Pergunto: existe um excesso de recursos orçamentários previstos para o Município de Cambé? Não. Com toda a certeza, não. Por que? Cambé é neste ano, a 16ª cidade em arrecadação de ICMS do Estado do Paraná. Para 1998, a cidade que, orgulho-me de dizer que represento, e não tenho a mesma fragilidade do Deputado Ângelo Vanhoni, quando disse que

não leva nada para Paranaguá ou para seus municípios, a não ser os votos que encham as suas urnas. Mas, sou um Deputado de resultados, como são a maioria dos Deputados desta Casa, porque uns Deputados estão na Assembléia para representar os interesses de seus municípios. Outros, estão para defender, quem sabe, os interesses dos seus sindicatos, propostas ideológicas. E todos eles, pelo Poder Legislativo, levam à defesa de seus interesses, quer sejam municipais, quer sejam ideológicos, mas atendem uma camada da sociedade.

Agora, não é aquele que defende o interesse de um sindicato ou de um determinado segmento de uma categoria sindical, possa vir como paladino da justiça, tentar acusar os Deputados que, laboriosamente, defendem os interesses dos municípios do Estado, durante os 365 dias do ano.

Afirmava, outro dia, que quem faz política na base municipalista de segunda a segunda, com os senhores fazem, que não sabem o que é passar um final de semana ao lado dos filhos e da família, sabem o quanto é duro ter que encaminhar várias reivindicações para o Governo do Estado.

Lanço outro desafio aqui. Não vamos falar de suposição. Não vamos falar de futurologia. Não vamos dizer da expectativa que temos com relação ao Orçamento de 1998. Vamos nos ater a realidade. Vamos nos ater ao Orçamento de 1997, em que o Deputado Emerson Nerone me acusava de abrir rubricas orçamentárias. Pois bem, vamos ver o que foi liberado para os meus municípios no Orçamento Geral do Estado. Coloco à disposição a relação dos meus municípios, vamos ver quanto o Governo do Estado do Paraná beneficiou o Deputado Durval Amaral. Vamos ver quanto o Deputado Durval Amaral tem defendido a Assembléia Legislativa, com ressonância de todos os Srs. Deputados, criando restrições ao poder de legislar por decreto, que, seguidamente, ao longo dos anos, o Governo do Estado tinha e que nós, com o apoio da Comissão do Orçamento, com apoio da Bancada do PT, onde sempre acolhi as suas emendas, que foram no cerne da questão.

Porque não venham aqui me dizer, me passar lição de moralidade a bancada do Deputado Ângelo Vanhoni, para particularizar essa questão. Porque o que fundamenta a lei é o que está no texto da lei, é o espírito da lei. Pode-se ter quantas dotações orçamentárias quiser para esse ou aquele município.

Se o Deputado não está satisfeito, é muito simples: apresente emendas, é prerrogativa da Assembléia Legislativa. Pegue o artigo 21 da LDO, onde lá estão as prerrogativas e as possibilidades legais da apresentação de emendas e apresente as emendas. Vamos deixar de oportunismo barato, de demagogia.

Diz o artigo 7º da Lei de Diretrizes Orçamentárias: "todos os recursos destinados ao Orçamento Geral do Estado", e a bancada, ou melhor, o Deputado Ângelo Vanhoni, é subscritor, porque ele é Deputado desta Casa e votou a LDO. Claro que quando ele veio com essas pseudo-denúncias, não tinha se atinado ao que diz a própria LDO. Diz lá que cada dotação orçamentária deve vir no quadro de investimentos, no quadro de obras, dizendo qual é o município, qual é a obra, qual é o valor e qual é a unidade que vai ser usada.

Pois bem, isto está no artigo 7º da LDO, para quê? Para que haja transparência no Orçamento Geral do Estado.

Se não está satisfeito, Deputado Ângelo Vanhoni, é muito simples: veja os municípios que sou Deputado e tente retirar os recursos. Onde há incompatibilidade?

Olha, o Deputado Ângelo Vanhoni falou e fez questão de colocar, porque se isso extrapolasse, serviria para todos nós. Tenho recursos no Orçamento do Estado, vou apresentar emendas para os meus municípios, mas todos nós Parlamentares termos.

Vejam só, Cambé é a 17ª cidade no Orçamento Geral do Estado em 1998. É a 14ª cidade contemplada no Orçamento Geral do Estado. A cidade de Paranaguá, onde o Deputado Ângelo Vanhoni é o mais votado - porque os Deputados do PT também fazem votos, não estão aqui por decreto, elegem-se fazendo votos e promessas também...

(Usa o horário da Liderança do PTB)

Existe um equilíbrio, porque somos a 17ª cidade em arrecadação para o ano que vem, e 16ª este ano, e a 14ª no Orçamento Geral do Estado.

Como o Município de Paranaguá é o 11º no índice de ICMS, e o 9º no Orçamento Geral do Estado. Como todos os municípios.

Fornecerei, individualmente, para o Deputado que assim desejar, ver qual é a sua posição, o quanto tem para aqueles municípios que representam, mas individualmente e pessoalmente, para que ninguém possa ser alvo de uma campanha que não sei a que leva, mas

sei o que pensa, procurando desestabilizar o nosso trabalho, infelizmente o Deputado Ângelo Vanhoni, a quem tinha um grande apreço.

A Cidade de Paranaguá, que inclusive teve o seu irmão Vanhoni candidato a Prefeito, e que está contemplado no Orçamento Geral do Estado com 19 milhões e 700 mil reais.

Não sou e nem quero ser leviano, mas todos os municípios, o Município de Cambé tem 13 milhões, tudo bem! 6 milhões são para obras paralisadas. A LDO que o Deputado votou, diz lá que terão preferência na alocação de recursos as obras paralisadas, as obras em andamento e depois as obras novas.

Então, por que fazer esta tempestade sem argumentos, sem fundamentos? Somente para tentar desestabilizar e para tentar ocupar um espaço nas mídias, que aliás, tenho ocupado com muita competência.

O Município de Curitiba, e aqui não vai nenhum desconforto a esta cidade, é a primeira cidade em arrecadação no Estado do Paraná.

Não fui Vereador em Curitiba, o Deputado Vanhoni foi. Se ele me acusa de colocar recursos para os meus municípios, o mesmo argumento serve a ele. Tem 99 milhões para Curitiba. Então, foi o Deputado Vanhoni que colocou? Não. Eu não faria essa acusação, mas é a estrutura orçamentária do Estado do Paraná. Esta é a realidade que temos para todos os municípios.

A cidade do Deputado Péricles, Ponta Grossa, aonde ele foi candidato a prefeito, tem 43 milhões de reais. Foi ele que colocou? Não. Não podemos ser levianos. Temos que ver a que se destinam esses recursos. Isto está sendo obedecido, o que determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Dr. Rosinha foi Vereador em Curitiba. 99 milhões e 700 mil, e assim todos os municípios do Paraná.

Londrina é a 2ª cidade em arrecadação. Tem 79 milhões no Orçamento Geral do Estado, e todos os municípios têm recursos previamente previstos.

Se eu, Parlamentar, quero contemplar mais a minha região retirando recursos de outros municípios, qual é o argumento, qual é o mecanismo? É fácil, é simples, apresente emendas. Se não souber fazer, coloco à disposição a minha estrutura parlamentar para fazer a emenda para o Deputado Vanhoni, até quem sabe para que ele tente subtrair recursos dos próprios municípios.

Para sermos práticos, vamos falar um pouco mais sério e tratar agora de alguns aspectos técnicos e legais,

porque esses são fundamentais e esses até agora, com exceção de um ponto, a Bancada do PT levantou.

Vossa Excelência conhece a LDO, até porque o senhor também elaborou a LDO. Mas com certeza, o legislador buscou impor ao Executivo, quando da elaboração da proposta orçamentária, o maior detalhamento possível para a transparência da administração pública, onde todas as obras devem ser discriminadas nos moldes do referido artigo, justamente para se evitar excesso de concentração de recursos em determinado município em detrimento de outros, obras com valores superestimados e outras irregularidades que pudessem acontecer.

Nobre Deputado, existe um nexo casual no quadro de obras. Se temos um investimento numa dotação prevista, existe o município que será beneficiado. Logo, nobre Deputado, existe uma obra que deverá ser realizada. Ai, por amor ao direito, extinguisse o nexo casual. Agora, se quisermos agir sem a seriedade que a matéria requer, poderíamos então dizer que cada obra locada no orçamento não se destinaria a um município ou a uma região específica, mas sim a um Deputado.

Até porque todos que nos elegemos, fazemos votos em nossas bases eleitorais, uns com as promessas sindicais, uns com propostas ideológicas, outros com propostas concretas de resultado, como nós que estamos na base governista.

Quantas indagações levantadas sobre algumas áreas que o Governo tem obrigação de manter, citadas pelo nobre Deputado, temos a dizer o seguinte: por que o Estado do Paraná, e essas questões são realmente sérias, depende de empréstimos externos para investir? Por que o Estado do Paraná está, hoje, lá, Deputado Rossoni, na Comissão de Orçamento? Buscamos empréstimos externos e aqui vamos deixar bem clara esta questão, porque esse ponto a Bancada da Oposição - liderada pelo Deputado Vanhoni, não questiona, pelo contrário, deseja a teoria do "quanto pior, melhor".

O Sr. Dr. Rosinha - Um aparte, Deputado.

Estou aguardando, educadamente. Ao contrário do que fez Vossa Excelência com o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. DURVAL AMARAL - Na sequência lhe darei, Deputado Rosinha, com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência.

não. E do conhecimento de todos nós que o Estado não possui recursos disponíveis para investimentos. Exemplo disso é que ele gastou, só com pessoal, no último ano, 76% de suas receitas próprias. E todos sabem que a Assembleia para Vou trazer aqui algumas discussões técnicas profundas, que deveria ser a discussão de alguns colegas que se propõem a fazer oposição.

Pois bem, em 1994 o Estado gastou 980 milhões, ou 62% de suas receitas correntes, com pessoal. Em 1995, gastou 2 milhões e 56 mil reais, ou 72,97% das receitas correntes. Em 1996, gastou 2 milhões 467 mil reais, ou 76,66% das receitas correntes. Houve uma variação de 94 a 96 de 251%, nos gastos com pessoal. O pagamento dos juros e encargos da dívida evoluíram significativamente nos últimos 03 anos, alavancado, principalmente pela dívida interna, em função dos juros altos praticados em nosso país e das restrições ao Governo do Estado do Paraná, de não poder contrair empréstimos internacionais. Isto o Deputado Vanhoni não traz à cena, porque isso requer reflexão sobre a proposta orçamentária, em discussão na Assembleia.

Pois bem, em 1994, gastou-se 40 milhões. Em 1995, 73 milhões. Em 1996, 110 milhões. Ou seja, uma variação de 269%. Na manutenção da máquina pública, exceto o pessoal, que sistematicamente é representada pelo grupo, outras despesas correntes também houve nos últimos anos, crescimento proporcional ao citado nos demais elementos anteriormente mencionados e os números comprovam isso.

Em 1994, 220 milhões. Em 1995, 346 milhões. Em 1996, 578 milhões, com uma variação de 262%.

Em outro discurso que o Deputado Vanhoni fez na Assembleia, ele acusou o Governo de se omitir na área social do Estado do Paraná, Deputado Alborghetti disse, como tem dito, muitas coisas sem conhecimento de causa, porque mais do que as palavras falam os números e a matemática financeira não pode ser questionada.

Pois bem, na área social vão fazer um exercício, mas não vão fazer um exercício de "chutometria", Deputado Vanhoni, como fez Vossa Excelência. Apenas vão levar alguns números que evidenciam o crescimento dos investimentos na área social, haja visto que esta Assembleia não faz o acompanhamento da execução orçamentária, para constatar se houveram avanços ou retrocessos nesta questão, que aliás, deveria ser o mote da discussão na Assembleia Legislativa, deveria ser o

mote da discussão da Bancada do PT, de acompanhar a execução orçamentária, para que as emendas dos Srs. Parlamentares não fossem peça de ficção, e isso...

(Usa o horário da Liderança do Governo)

Houveram ou não avanços na área social? Vamos aos números que extraímos da proposta orçamentária, porque não recebo disquete, não, Deputado Angêlo Vanhoni, não recebo disquete, não recebo tudo mastigado. Pego a proposta orçamentária que o Governo encaminha, coloco os meus funcionários do gabinete, os funcionários da Comissão de Orçamento que trabalham digitando exaustivamente para que possamos ter estas informações, e todo o trabalho e alguns gastos que são feitos na Comissão de Orçamento, arcamos com recursos próprios da nossa estrutura parlamentar e do nosso gabinete.

Esta é a diferença, não vem nada, até porque a linguagem usada é diferente. Eles usam "new" e nós usamos Word, Windows, Excell, então, é trabalho manual mesmo, sai do esforço de cada funcionário da Comissão de Orçamento e dos funcionários do meu gabinete, que sob a nossa liderança, acabam trabalhando.

Mas, vamos aos números: em 94, o Estado gastou 680 milhões na área social. Em 95, gastou 1 bilhão e 341 mil na área social. Em 96, foram 1 bilhão, 706 mil na área social. Houve uma variação positiva de 250%. Então, a Secretária Fany Lerner, o Governo Jaime Lerner, tem investido como nunca na área social e o senhor acusou aqui, no seu discurso passado, que o Governo não investia no social. Posso dizer de cátedra: tem investido muito mais do que investiu no Governo passado, de onde fui Secretário do Trabalho e da Ação Social, sem demérito a nenhum outro Governo.

Quanto aos investimentos em educação, são números extraídos da proposta da execução orçamentária. Cabe ressaltar que os recursos são crescentes ano a ano. Isto pode ser comprovado através da prestação de contas do Governo, que é julgada por esta Casa e de livre acesso aos Srs. Deputados.

Para comprovar, apresento os seguintes números: em 94, 427 milhões, ou 33,85% da receita de impostos. Em 95, 882 milhões, ou 38,30% da receita de impostos. Em 1996, 1 bilhão 206 mil, ou 42,15% da receita. Variação de 282%. Acusar sem números, "chutometria" é muito fácil. Números,

comprovando a realidade, a situação é diferente.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Os números estão aqui, Deputado, para contra-los.

O SR. DURVAL AMARAL - Mas o meu é da execução orçamentária e confio mais nele.

Mas, vamos lá... na medida do possível, ampliando os seus programas de prevenção e combate às principais doenças, através da ampliação dos postos de atendimento à população, dos quais muitos foram pleiteados pelos nobres Deputados, como também vem mantendo o funcionamento dos mesmos, conforme constatamos pelos números a seguir: estou me referindo, Deputado Rosinha, à área de saúde. Em 94, se gastou em recursos próprios, 100 milhões. Em 95, 177 milhões. Em 96, 243 milhões. Variação de 242% na área da saúde. É pouco? Poderia ser mais.

Não falto com a verdade. Falo a verdade. Não é sofisma. É a realidade. Os números estão aqui. Os senhores não sabem procurar.

Os acréscimos verificados nos três últimos exercícios demonstrados pelo crescimento dos orçamentos apreciados e aprovados por esta Casa, tiveram como causa o aumento, a demanda, o que tem levado a ampliação das atividades do Estado nas áreas de educação, segurança, saúde e assistência social.

Por isso, se o Estado quiser continuar investindo, criar mais emprego e diminuir a pobreza e alavancar o seu desenvolvimento, tem que buscar recursos em outros países, que aliás são recursos mais baratos, onde os juros estão em média de 3 a 6% ao ano, se comparados às taxas exorbitantes praticadas no Brasil.

Salientamos ainda, que a dívida estadual que atinge a importância total de 2 bilhões e 400 milhões, é composta da seguinte forma: dívida flutuante em 94, 170 milhões; em 95, 365 milhões; em 96, 562 milhões. Veja a variação da dívida flutuante, que variou 230%. A dívida interna variou de 797, em 94, para 1 bilhão 447, presentemente em 96, numa variação de 82%. A dívida externa não cresceu, pelo contrário, diminuiu. Ela veio de 464 milhões, em 94, para 426 milhões agora, ou seja, ela é 8% negativa.

Mas olhem só o contra-senso, Srs. Deputados. Enquanto alguns pregam o endividamento interno do Paraná, porque na outra ponta bloqueiam os em-

préstimos externos, a nossa dívida interna cresce, a dívida externa diminui, mas o custo do Paraná acaba sendo muito elevado.

O que querem com isso, Deputado Cezar Silvestri? Querem criar as dificuldades financeiras para a administração pública do Paraná, porque sabem que com recursos externos não só o Governador Jaime Lerner viabilizaria o seu Governo, mas diminuiria substancialmente o perfil da sua dívida, viabilizando uma administração sem igual no Estado do Paraná.

Por isso, Deputado Rossoni, que tentam arditosamente reter os empréstimos internacionais do Paraná. Não é por nada, a não ser prejudicar, porque sabem que no mercado interno o juro é mais caro. Que com programas externos o prazo de pagamento é de 20, 30 anos, e o custo financeiro é de 3% ao ano. Esta realidade é que deve ser levada e que está sendo discutida hoje na CAE, no Senado Federal.

Como se pode notar, a dívida externa é a que tem o menor peso na dívida geral do Estado do Paraná, pois a variação dos últimos três anos não existe crescimento. A dívida flutuante cresceu 230% A dívida interna, 82%. E a externa não aumentou. Sendo essa, numa das alternativas, que o Governo tem de buscar recursos para proporcionar o crescimento e o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Deputado Ângelo Vanhoni, se esses esclarecimentos não foram suficientes para Vossa Excelência, o nobre Deputado pode lançar mão das suas prerrogativas parlamentares, que aliás, sempre as exerceu bem, para corrigir a proposta do Executivo, que não se coadunam com as suas aspirações ou com as aspirações de sua bancada. Lance mão do artigo 31 da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Apresente tantas quantas emendas quiser. E se quiserem discutir com profundidade a questão orçamentária, a situação financeira, o crescimento, Rosinha, embora que pequeno na área da saúde, o crescimento grande, muito grande, extensivo até na área social.

A situação da área da educação, da segurança, a dívida flutuante, a dívida interna, a situação e a saúde financeira do Estado do Paraná, que são assuntos da maior relevância para esta Assembléia Legislativa, estou inteiramente à disposição dos senhores para fazer. Agora, para fazer "chutometria", para tirar proveito, tentar desestabilizar, com toda certeza, na medida em que vier, vamos ter todas as respostas, em excelente ni-

vel, aliás como o senhor sempre teve a sua conduta política nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, em função do que o Deputado Durval relatou a esta Assembléia, em relação aos números dos orçamentos de 95, 96, 97 e da previsão para o orçamento de 98, vou remeter à Mesa o relatório do Tribunal de Contas. Porque de acordo com os números do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em relação à prestação de contas do Governo do que foi realizado em 96 e 95, esta Assembléia ou revê todo o balanço remetido pelo Tribunal de Contas e o reprovava, quando for votado, e é uma incumbência do relator do orçamento fazer isso, porque os números relatados pelo Sr. Durval Amaral não batem com o relatório do Tribunal de Contas.

E temos um documento do Tribunal de Contas exemplificando o demonstrando, cabalmente, que os números que o Sr. Durval Amaral apresentou, na tribuna, não correspondem com a verdade.

Ou o Durval está com a verdade, ou o Tribunal de Contas. Este debate terá que ser feito em Plenário.

O SR. PÉRICLES MELLO (Questão de Ordem) - Sr. Presidente, ou este Governo é um Governo mágico, ou o Deputado falta com a verdade.

Como é que pode um Governo que aumentou...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Esta Presidência não considera sua questão, uma questão de ordem.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito à Mesa Executiva da Assembléia que faça cumprir a Lei Orçamentária, que aprovada nesta Casa há dois anos, vem sendo descumprida.

Um dos artigos estabelece a interligação de todos os gabinetes, por computador, com a Secretaria da Fazenda, para acompanhamento do orçamento, para acabar com esta polêmica e democratizar todo o sistema de informação e transparência na administração pública. Que se faça cumprir o artigo da Lei Orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, no horário do P.E.L.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Paz! O momento é de paz, reflexão. Não à violência!

Ouçó o Deputado Ângelo Vanhoni, meu amigo. Ouçó o Deputado Durval Amaral, também meu amigo... me contaram, outro dia, que tenho 50 milhões no orçamento. Corri, liguei para o Belinati, em Londrina e falei: "olhe, temos 50 milhões. Vamos aplicar este dinheiro aí, em obras sociais, no diabo que tiver para fazer aí".

No orçamento deste ano, tenho uns módulos policiais que o Belinati me fez prometer nas vilas em Londrina. Pedi também um dinheirinho para o time de handebol das meninas, que ganharam o 4º lugar no Campeonato Brasileiro; pedi dinheiro para a Santa Casa de Misericórdia de Londrina; pedi dinheiro para várias entidades assistenciais do Paraná. E vamos ver se vai sair, Deputado Basílio Zanusso.

Vamos viver em paz. Se achar que está errado, faz um CPI, assina, resolve, debate, ouça os dois lados. Mas vamos viver em paz!

Subo à esta tribuna para parabenizar o Deputado Emerson Nerone. brilhante projeto de Vossa Excelência, apesar de que a Secretaria da Educação já estava também preparando alguma coisa em relação à linguagem brasileira de sinais às crianças, aos jovens surdos e mudos do meu Estado. Mas o seu projeto me encantou, e quero aplaudi-lo e aplaudir este Parlamento, que é o maior Parlamento do Brasil. Aqui se produz. O Deputado Emerson Nerone faz o projeto, mas depende do Parlamento para aprová-lo. Tenho certeza que os 54 Deputados aqui vão aprovar o projeto de Vossa Excelência.

Que Deus o abençoe!

(Aplausos)

Sabe por que digo que Deus os abençoe? Porque sou um Deputado independente. Não tenho "rabo preso" com o Governo, com quem quer que seja neste País. Não tenho prefeito, vereador, tenho o povo. Quem vota em mim, Deputado Emerson Nerone, é o povo. Por isso que sou sempre um dos Deputados mais votados da história política deste Estado, porque o povo acredita na minha cara limpa.

E venho com a minha cara limpa e com a maior felicidade, dizer que hoje vamos aprovar um projeto que tem que atravessar este concreto e adentrar outros Estados brasileiros. Que lavem a cara, tirem a máscara e ajudem esses jovens surdos e mudos...

(Aplausos)

... não só do meu Estado, mas do meu País.

Ora, talvez esses jovens vão falar: "mas o que o Alborghetti fez por mim"? Durante todo o meu mandato, desde Vereador, nunca deixei de ajudar uma criança surda muda na minha vida. O meu gabinete, na Assembléia, no meu escritório em Londrina - aliás, uma criança de Londrina, que mora na Vila Brasil, nasceu com uma deficiência auditiva, e a mãe me mandou uma carta, no meu apartamento em Londrina. Depois, ligou ao meu escritório, queria salvar a vida do seu bebê. E o aparelho ficava caríssimo demais. Então, pedi à minha primeira dama do Estado, Fany Lerner, que me ajudasse a salvar esta criança. E ela, este ano, é o símbolo da minha campanha.

E quero agradecer aqui, a Sra. Fany Lerner, esta grande estadista, esta grande mulher da cidadania, esta grande mulher da ação social, da justiça social. Só este ano, ela me ajudou com 42 aparelhos de surdez, para crianças com deficiência auditiva.

Então, sou um homem feliz! Um Deputado feliz! Tenho feito a minha parte ao ajudar o deficiente visual, o deficiente auditivo, aquele que está na sua cadeirinha de rodas. Semana passada, coloquei duas pernas numa criança que atravessava a linha do trem e o trem cortou as duas pernas dessa criança, e colocamos as duas pernas, e ele já está andando.

Então, isso é que é a coisa mais linda do mundo. É dar de si, antes de pensar em si! E este Parlamento, jovens, ele dá de si antes de pensar em si. Por isso que ele vai votar com Emerson Nerone, para ajudá-los. E espero que Brasília crie vergonha na cara, ajude também os homens surdos e mudos do meu País, na geração de empregos, na geração de trabalhos, porque não adianta aprovarmos a linguagem brasileira de sinais, se não tivermos o emprego para cada um dos senhores. O emprego para uma jovem, o emprego para o jovem neste Estado e neste País.

Para encerrar, queria dizer, Deputado Romanelli, meu querido Deputado Carlos Simões, que também atua na minha área com um grande trabalho social, queria dizer o seguinte: lembro-me de uma história de um jovem surdo. Por isso que quero saudar a mãe de todos vocês nesta tarde.

Todas as crianças que vêm ao meu gabinete, que são surdas, que precisam de um aparelhinho para poder falar a palavra "mamãe", que é a palavra mais

sagrada em Cristo, seja ela negra ou branca, a mãe, as duas são iguais perante Cristo.

Então, quando uma mãe entra no meu gabinete com a criança no colo e diz: "Deputado Alborghetti, a minha filha tem deficiência visual. Não quero que ela seja surda", corremos, a Sandra corre através das empresas, para fazer os aparelhos. Telefonamos para o Governo, para a minha querida Fany Lerner, às vezes ligo para a vice-Governadora Emilia, às vezes ligo para a classe empresarial; os anônimos me ajudam.

Então, gostaria de saudar as mães de todos vocês, para encerrar o meu pronunciamento neste tarde e saber que vou votar com vocês a vida inteira.

Tinha um jovem surdo, sentado numa rua, sentado numa escada, e tinha uma placa escrita "surdo, mas não mudo". Ele conseguia balbuciar algumas palavras e ao lado de um senhor sentado, fazendo artesanato. Nisto, passa um elegante senhor na calçada, vê aquele jovem sentado, chegou até o degrau e jogou uma moeda e disse: "tome, surdo, chore a tua surdez". O homem que estava ao lado, disse: "senhor, este jovem não chora a sua surdez. Ele chora a morte da sua mãe"! Porque quando a sua mãe era viva, ele era um surdo que ouvia, e através da mãe que me emocionou, quero saudar as mães de todos os surdos do meu Estado. E saúdo-te, Deputado Nerone, que Cristo te abençoe, por você plantar hoje, aqui, uma semente para todos os jovens surdos e mudos do meu Paraná. E oxalá que este projeto sirva de exemplo para todos os Estados brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -
Concedo a palavra ao Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Primeiramente, quero me congratular com o Deputado Emerson Nerone, pela excelência do seu projeto, pelo grande alcance social que vemos nesse trabalho extraordinário. Da mesma sorte, Deputado Alborghetti, que deu um testemunho do seu trabalho, desenvolvido junto às comunidades e aqueles que mais precisam.

Deputado Alborghetti, não necessitava nem anunciar as suas palavras neste Plenário, porque o conhecemos bem, sabemos do seu trabalho, junto aos portadores de deficiência. E um outro trabalho que Vossa Excelência desenvolve e elogiamos sobre todos os

aspecto, até a questão das drogas, que Vossa Excelência desenvolve um trabalho fantástico e que dá até emoção, quando acompanhamos os sofrimentos de famílias inteiras, porque Vossa Excelência se apega, como se o problema fosse seu, como se estivesse dentro do seu coração, e vai, fundo, até a solução, e pelo menos amenizada dentro do seu trabalho. Parabéns, deputado Alborghetti e deputado Nerone, pelo trabalho de Contas do Estado do Paraná, o que me traz à tribuna, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a uma notícia interessante que acompanhamos nesta semana, e que passou, nos jornais da capital e do interior, onde o Governo do Estado do Paraná financiará o projeto da Sadia, ou seja, reiniciará o financiamento dos projetos da Sadia, no Centro Sul do Paraná. E traz uma notícia, em que o Governo do Estado, através do BANESTADO, vai repassar verbas, as financiadas, oriundas do BNDES, com correção de 6% ao ano, mais TULP, para os financiamentos dos programas de criação e engordadura de suínos, nos municípios do Centro Sul do Estado do Paraná, começando por Pitanga, Guarapuá, Ipiranga, Castro, São João do Triunfo, São Mateus e toda a região em volta de Ponta Grossa. E

anunciando também um investimento de 50 milhões de dólares, para ampliação da indústria da Frigoríficos, em Ponta Grossa. Onde, hoje, a Frigoríficos abate em média 1.100 suínos por dia, com aproximadamente 300 mil suínos por ano, e que esses abates de suínos, para os cortes industriais, essas carcaças são remetidas para o frigorífico de Concórdia e não no frigorífico de Ponta Grossa.

O Sr. Apudamos a ideia, a iniciativa da melhoria da qualidade e da ampliação da unidade industrial da Cidade de Ponta Grossa, com a industrialização dessas carcaças para cortes industriais, também, para a fabricação de embutidos, que também, não existe hoje, ainda na Frigoríficos, na Cidade de Ponta Grossa, com a Secretaria da Fazenda, mas o motivo principal, que me traz a esta tribuna, é justamente a ampliação das matrizes de suínos no Estado do Paraná. Só a título de informação: desses 360 mil suínos que são abatidos anualmente no frigorífico de Ponta Grossa, pelo processo de integração iniciado há 4 anos atrás, só o Município de Pitanga, contribui com 75 mil 240 cabeças. Ou seja, já está participando com 20% desta produção de suínos da unidade de Ponta Grossa. Dentro do processo de integração da Sadia, Governo do Estado, através da

EMATER, Secretaria da Agricultura e BANESTADO, mas o iniciador ou terminador de suínos, lá na ponta da linha, que é a microempresa industrial, agropecuária, que temos na nossa região. Mas só a título de informação para os Srs. Deputados, hoje, o novo Município de Boaventura de São Roque, que é um município pequeninho, quando viu as cifras anunciadas pelo deputado Durval Amaral, pelo deputado Vanhoni, sobre quanto vai para Cambé, para Londrina, anunciada pelo deputado Alborghetti, os nossos municípios são pequenos, com poucos recursos. Mas só os Municípios de Boaventura de São Roque, hoje, tem a segunda maior arrecadação de ICMS, e é proveniente das granjas da Sadia. Para mostrar o alcance, que tem um projeto de integração dessa natureza, nos micro e pequenos municípios do Estado do Paraná, das assistências do Paraná, o nosso, e pelo, hoje, para o Governo do Estado do Paraná, que ao criar e ampliar a indústria de abates no Município de Ponta Grossa, inclusive com esse trabalho dos cortes industriais das carcaças, mais a indústria de embutidos, que a Sadia, que a Frigoríficos, ou que o Governo do Estado procurem direcionar também para o Centro do Paraná a indústria de criação. Então, demos que Pitanga é o município que tem hoje, a maior produção de milho deste Estado. Pitanga é a Região Centro do Paraná, detém uma das maiores concentrações de produção de milho, e justifica-se a indústria de criação, que é um município. Parlamento do Brasil. Aqui já pela direção da Sadia e da Frigoríficos, nos anos anteriores, há 4 anos atrás tínhamos a afirmativa, tínhamos o comprometimento da Sadia de implantação da indústria de criação no Centro do Paraná. Pode ser em Pitanga, em Boaventura, no Pinhão, em Guarapuá, mas que seja ali, próximo das granjas, onde se criam e engordam esses suínos. Não tenho "trab" preso com o Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos encaminhando neste momento um requerimento ao Excmo. Sr. Secretário da Agricultura e da Indústria e Comércio do Estado do Paraná, para que gestionem, junto ao Governo do Estado e ao próprio Banco do Estado, a Sadia, a criação e a instalação da indústria de criação em Pitanga. Mas que passemos a ver em Pitanga ou no Centro do Paraná a indústria de criação, e passemos a ver em Ponta Grossa a ampliação da indústria de embutidos e da indústria das carcaças. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria dos Srs. Deputados Caio Quintana e Horácio Rodrigues, com apoio do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/97, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que proíbe os alunos, professores e demais funcionários das escolas públicas de 1º e 2º graus, de fumarem cigarros de qualquer espécie nos recintos das escolas, mesmo nos pátios e áreas de lazer, em dia de aula. **APRECIAR NESTE TURNO, EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.**

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/97, de autoria do Deputado Emerson Nerone, que reconhece oficialmente, no Estado do Paraná, como meio de comunicação objetivo e de uso corrente, a língua gestual codificada na língua brasileira de sinais - LIBRAS, e dispõe sobre a implantação da LIBRAS como língua oficial na rede escolar de ensino estadual para deficientes audi-

tivos. **EMENDAS DA C.C.J. E C.E.C.E., COM PARECERES FAVORÁVEIS. COM PARACERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 106, de 25.06.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 307/97

P A R E C E R:

Relatório

De autoria do Deputado Emerson Nerone, o presente projeto visa reconhecer oficialmente, no Estado do Paraná, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a língua gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e dispõe sobre a implantação da LIBRAS como língua oficial na rede escolar de ensino estadual para deficientes auditivos.

Fundamentação

A intenção do projeto supra encontra respaldo no art. 24 da Constituição Federal, onde extraímos que:

"Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar concorrentemente sobre:

(...)

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência";

Melhor especificando a fundamentação legal do presente projeto, citamos ainda no art. 208 da Constituição Federal:

"Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de

(...)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".

Conclusão

Pelo exposto retro, a iniciativa do projeto em epígrafe, não apresenta óbices constitucional ou legal que impeça sua normal tramitação, já que encontra amparo no diploma legal da República.

Contudo, o presente projeto deverá ser submetido ao siso da Comissão de Educação que detém a competência para tratar a matéria em seu mérito.

Desta forma, somos pelo parecer favorável, onde opinamos por sua aprovação, com as emendas modificativas e aditivas anexas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 307/97

EMENDAS MODIFICATIVA E ADITIVA

Art. 1º - (mantida a redação original, sem alterações).

Art. 2º - (Fusão os artigos segundo e terceiro do texto original, visando torná-los mais abrangentes, com a seguinte redação:)

"A rede pública de ensino, através da Secretaria de Estado da Educação, deverá garantir acesso à educação bilíngüe (LIBRAS e Língua Portuguesa) no processo ensino-aprendizagem, desde a educação infantil até os níveis mais elevados do sistema educacional, a todos os alunos portadores de deficiência auditiva".

Art. 3º - (Originalmente, era o artigo quarto que com a fusão dos artigos segundo e terceiro, passa a ser o artigo terceiro, aditivado de um parágrafo único, com a seguinte redação:)

"A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, deverá ser incluída como conteúdo obrigatório nos cursos de formação na área de surdez, em nível de 2º e 3º graus.

Parágrafo Único - Fica incluída a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, no currículo da rede pública de ensino e dos cursos de magistério de formação superior nas áreas de ciências humanas, médicas e educacionais".

Art. 4º - (artigo aditivo ao projeto original, que passa a ter a seguinte redação:)

"A Administração Pública, direta, indireta e fundacional através da Secretaria de Estado da Educação, manterá em seus quadros funcionais profissionais surdos, bem como intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, no processo ensino aprendizagem, desde a educação infantil até os níveis mais elevados de ensino em suas instituições".

Art. 5º - (artigo aditivo ao projeto original, que passa a ter a seguinte redação:)

"A Administração Pública do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e seus órgãos a esta Secretaria ligados, oferecerá, através das entidades públicas diretas, indiretas e fundacionais, cursos para formação de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS".

Art. 6º - (artigo aditivo ao projeto original, que passa a ter a seguinte redação:)

"A Administração Pública do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e seus órgãos a esta Secretaria ligados, oferecerá cursos periódicos de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, em diferentes níveis, para surdos e seus familiares, professores, professores do ensino regular e comunidades em geral".

Art. 7º - (Originalmente, era o artigo quinto, que com a fusão dos artigos segundo e terceiro, e os artigos aditivos, passa a ser o artigo sétimo, com a seguinte redação:)

"A Administração Pública, direta, indireta e fundacional, manterá em suas repartições públicas estaduais e municipais do Estado do Paraná, bem como nos estabelecimentos bancários e hospitalares públicos, o atendimento aos surdos, utilizando profissionais intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS".

Art. 8º - (Originalmente era o artigo sexto, que com a fusão dos artigos segundo e terceiro, e os artigos aditivos, passa a ser o artigo oitavo, com a redação original).

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

JUSTIFICATIVA:

Como relator do anteprojeto de lei na Comissão de Constituição e Justiça, cumpre-me esclarecer que esta alteração modificativa e aditiva, foram efetuadas de conformidade com as propostas da Secretaria de Estado da Educação, Departamento de Educação Especial, contida na Informação nº 442/97, uma vez que concretiza uma antiga aspiração da comunidade de surdos do Estado do Paraná e vem de encontro aos objetivos propostos pela Política Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação e Cultura - MEC, bem como as atuais diretrizes educacionais do Estado do Paraná, em relação ao atendimento especializado na área de surdez.

Desta forma, a alteração do termo "rede escolar de ensino especial" para o termo "rede pública de ensino" justifica-se, tendo em vista a atual política de municipalização do ensino e a maior abrangência do termo, que não discrimina o nível do Poder Público, tornando o artigo mais genérico.

A junção dos artigos segundo e terceiro, do texto original, também se justifica em dar maior abrangência ao texto legal e torná-los mais apropriados a realidade da comunidade surda.

Os artigos aditivos também se acrescenta pela mesma proposição contida na Informação retro referenciada.

Assim sendo, foi o texto alterado, de forma que se coadunasse com a pretensão do autor e a sugestão da Secretaria de Estado pertinente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI Nº 307/97

P A R E C E R:

Examinando o Projeto de Lei nº 307/97, de autoria do Deputado Emerson Nerone, constata-se a importante e grata sensibilidade desse Parlamentar, em atenção à comunidade surda paranaense. O Deputado Irineu Colombo havia apresentado projeto de igual teor que criava o Programa de Cidadania para os Surdos, contudo o presente projeto 307 é tão abrangente e perfeito, atendendo aos objetivos daquele.

A integração das pessoas portadoras de necessidades especiais deve ser priorizada pelo Estado, através de ações afirmativas sistemáticas e permanentes, bem como, através do efetivo cumprimento da legislação pertinente.

A Constituição do Estado do Paraná proclama e assegura, entre outros, o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e tem entre os seus princípios e objetivos: a defesa da igualdade e o conseqüente combate a qualquer forma de discriminação. Sendo uma das competências do Estado cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

Apesar de toda a legislação, existem milhares de paranaenses buscando sua cidadania. Este projeto de lei vem ao encontro dessas aspirações, uma vez que possibilitará a criação de condições para que os surdos possam usufruir, sem nenhuma restrição, dos serviços da administração pública, direta ou indireta, bem como do atendimento especializado nos sistemas de ensino e em estabelecimentos bancários, jurídicos e hospitalares, através dos tradutores bilingües e dos profissionais intérpretes da Língua de Sinais.

O apoio e a aprovação do presente projeto de lei, significa o reconhecimento do direito de cidadania das pessoas surdas no Estado do Paraná.

Para atender a solicitação da comunidade surda, apresentamos a seguinte emenda aditiva, constituindo-se no artigo oitavo, que por sua vez passará a ser artigo nono, com a seguinte redação:

"Art. 8º - Para os propósitos desta lei e da Língua Brasileira de Sinais, os intérpretes serão preferencialmente ouvintes, e os instrutores, preferencialmente surdos.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Somos de parecer favorável, condicionado à aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em 05.11.97.

(a) IRINEU COLOMBO

Presidente e Relator

Apoio: Basílio Zanusso, Walmor Trentini e Beto Richa.

Em votação.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, como é um projeto que trata especificamente a questão dos surdos, e há um grande número deles presente aqui hoje, gostaria de convidar, como estava combinado já com a Mesa anteriormente, na pessoa do Deputado Romanelli, a Srta. Rosani Susin, para que fizesse uma explanação sobre o que é a língua brasileira de sinais para um surdo, com um intérprete acompanhando o processo.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Esta Presidência concede, por 5 minutos, a palavra para que a referida representante possa fazer a sua explanação.

O SR. EMERSON NERONE - Sr. Presidente,

gostaria de pedir a anuência dessa Presidência pelo tempo adiantado, pelo tempo que foi esperado, um alongamento para 10 minutos apenas a colocação, que vai ser extremamente serena e tranqüila com relação à visão dos surdos.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A Presidência será tolerante.

A SRTA. ROSANI - Boa tarde para todos vocês, Srs. Deputados.

Estou muito feliz por estar aqui vendo o surdo lutando por uma causa que é nossa.

Muito obrigado ao Deputado Nerone, que me concedeu 10 minutos.

O que vou falar aqui é muito importante. Vim aqui representar o Pastor Marco também, que não pôde estar aqui presente, porque está fazendo uma oficina para intérprete.

Estou muito emocionada mesmo, por ver tantos surdos aqui, e vocês, por terem interesse em nossa linguagem.

Gostaria de passar um resumo da nossa cultura.

Vocês conhecem os índios, há várias culturas, outros países, o Japão por exemplo, há muitas culturas, mas muitas vezes não se conhece a cultura dos surdos. Às vezes, pensa-se que o surdo é um deficiente, um surdo-mudo, um D.A., mas não se conhece a cultura do surdo, como é o mundo dele, como ele vive.

Viajo muito para outros países e é respeitada a cultura, as pessoas conhecem como é o surdo, como ele vive e sente, e aqui no Brasil há muitas barreiras na linguagem de sinais, não há reconhecimento. Por exemplo, o cego tem o Braille, está sendo respeitado. E os surdos? Aonde está o respeito pela linguagem dos surdos? Clamamos, gritamos pelo reconhecimento da nossa língua.

Agora, estamos reivindicando aqui que sejamos livres, porque é a minha língua, é a nossa língua, podemos nos emocionar através da nossa língua. Nossa língua tem estrutura própria, assim como o inglês, o francês, é uma língua.

Precisamos da educação especial, precisamos realmente, porque somos pessoas diferentes, temos uma linguagem. Gostaria que vocês pensassem em nós.

Gostaria de mostrar alguns jornais, do que está acontecendo em outros países. Por exemplo: este é um jornal da Federação dos Surdos do Rio de Janeiro. Temos aqui o Bill Clinton, nos Estados Unidos, juntamente com os surdos. Lá existe apoio, faculdade para surdos. Os surdos podem escolher a sua profissão, ele pode ser médico. Até sentir um pouco de ciúme, estão vendo! Aqui é o Presidente dos Estados Unidos, juntamente com os surdos, apoiando os surdos. Há universidades, há força, há apoio ali. Cheguei ali e fiquei muito emocionada, fiquei com ciúme, porque aqui no Brasil não existe isso.

Aqui está uma faculdade somente para surdos. Estados Unidos. Ali, os surdos são respeitados, ali tem surdos que são respeitados, ali tem surdos que são médicos, têm várias profissões, eles podem escolher.

Aqui está o Japão. Aí teve um Congresso Mundial de Surdos, onde teve uma passeata, onde teve o surdo gritando nas ruas para que fosse reconhecida a sua língua, respeitada a sua cultura.

Há muitas coisas lá fora que gostaria que vocês conhecessem e que realmente nos emociona, e que nos traz,

realmente, ciúmes. Gostaria de falar muito mais coisas com vocês, mas o tempo é curto.

Houve também um Congresso Mundial, onde todos os surdos de vários países estiveram reunidos ali para lutar pelas suas causas - eu estava presente - para lutar pela sua cultura, pela sua língua. Gostaria que vocês conhecessem mais sobre essa cultura.

Gostaria mesmo, que hoje, vocês aprovassem esta linguagem. Haverá choro neste lugar. A nossa linguagem será reconhecida. Os surdos têm barreiras na linguagem.

(Manifestação da plateia)

Queremos ser livres! Queremos ser livres para expressar a nossa linguagem.

Por favor, liberem, votem este projeto. Não sejam duros, não sejam rígidos. Liberem, queremos nos expressar, queremos ter liberdade de expressão.

Olha, vocês dão o direito de nos expressarmos com as mãos. É o mesmo que soltar um passarinho da gaiola e deixá-lo voar.

Por favor, aceitem. Votem este projeto.

Por favor, eu quero, nos queremos.

Por favor, estou aqui desabafando com vocês!

(Manifestação da plateia)

Muito obrigado!

(Manifestação da plateia)

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, por uma questão de gentileza, tendo em vista o autor do projeto ser o Deputado Emerson Nerone, tenho um assunto muito afim para falar. Gostaria de preceder...

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Olha, quero conceder a palavra, para encaminhar a votação, a tantos Deputados quantos pedirem. Agora, gostaria de votar o projeto enquanto tiver quorum aqui.

Então, gostaria que fossem breves, para que possamos votar o projeto ainda hoje.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, não é possível que depois de ter feito toda essa plateia esperar mais de duas horas e meia, discutindo assuntos os mais variados possíveis, o senhor coloque em votação de urgência...

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Mas qual é o objetivo? Não é o de aprovar o projeto?

O SR. EMERSON NERONE - Sr. Presidente, não há este ritmo na Casa. Não existe este ritmo que o senhor está impondo.

Então, gostaria que esta Presidência mantivesse a mesma serenidade do encaminhamento até agora.

Muito obrigado, Deputado Alborghetti.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Com a palavra, o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras, senhores, jovens, surdos do Paraná, o objetivo desta falação, além da aprovação do projeto, é mostrar neste Parlamento que existe uma comunidade diferente, que é a comunidade dos surdos.

Um pastor evangélico, numa certa ocasião, me disse que para ele compreender a Bíblia e fazer os cursos de teologia, ele teve que aprender a linguagem alemã, porque na língua alemã, determinados conceitos de teologia aprendemos melhor.

Portanto, até na linguagem falada e escrita - que falamos, usamos - tem diferenças significativas os conceitos colocados. Os conceitos colocados pela linguagem do índio, os conceitos colocados pela linguagem do Braille, para os cegos, são conceitos diferentes um do outro, assim como são conceitos diferentes a linguagem dos sinais para os surdos.

Uma artista francesa, chamada Emanuelle Laboreau, escreveu um livro chamado "O Voo da Gaivota", e este livro foi o livro que li e me transformei num dos ardorosos defensores da causa surda. Porque até pouco tempo atrás, tinha as escolas que queriam que os surdos, quando nascessem, aprendessem a oralizar, então o método era chamado ortofônico, em que a professora fazia "AAAAA", e o aluno colocava a mão nas cordas vocais para sentir o "AAAAA". A criança começava a se comunicar com a comunidade oralizadora com 13, 14 anos de idade. Até essa idade tinha seus traumas, seus problemas psicológicos, seu problema de inserção social e convivência, que estragava sua vida.

A partir da luta dos franceses, dos surdo norte-americanos, começou uma nova concepção de linguagem que

não é o surdo se adaptar a nós, mas todos se adaptarem.

Então, queremos louvar a iniciativa do Deputado Nerone, porque ele não faz só um projeto da Linguagem Brasileira de Sinais, ele faz um projeto de uma cidadania para o surdo. O projeto estende a cidadania às repartições públicas, às escolas, a todos os segmentos da sociedade.

Quando fui apresentar um projeto semelhante, vi o projeto do Deputado Nerone e passei a apoiá-lo. Pedi agilização, gostaria de reconhecer a atuação do Deputado José Maria Ferreira, que foi um dos Deputados que tive contato para agilizar o projeto, o Deputado Walmor Trentini, quero ressaltar aqui, porque um projeto é feito com a mão de vários Deputados, como apoio e o empenho de vários Deputados.

O que existe na sociedade hoje, não são deficientes, e este Deputado não está ficando louco, dizendo que não existem deficientes, o que existe é deficiência. Agora, a educação especial, a escola adaptada e a sociedade adaptada à deficiência acabam com o deficiente, porque a linguagem surda traz o conceito de que existe uma linguagem diferente e temos que aprender a interpretá-la, tanto é que a nova Lei da Educação, diz que todo o professor de 1ª a 4ª série terá que ter noções de Braille e da Língua Brasileira de Sinais, para poder compreender o problema da deficiência.

E não existe mais o mudo, acabou o mudo, porque mudo é aquele que não se comunica. Hoje, ele pode se comunicar, existe a linguagem de sinais, ele pode oralizar, só que primeiro precisa se inserir no processo da linguagem que ele compreende com os seus conceitos.

O surdo não fala: "vou até o restaurante comer um churrasco", ele fala: "restaurante, churrasco". Não precisa colocar este monte de palavras no meio, não tem preposição, não tem passado do verbo, futuro do verbo, não precisam desses conceitos. Nós que somos deficientes, precisamos desses conceitos para nos entendermos.

Portanto, compreender, que nós que oralizamos, demoramos 10 vezes mais do tempo do que eles para aprender a língua dos sinais. Somos nós que precisamos de uma escola especial para aprender a língua dos sinais. Somos nós que oralizamos.

(Aplausos)

O que é a luz vermelha para um cego? O que é uma música de Bethoven

para o surdo? Vejam que dificuldade nos conceitos!

Quero ressaltar aqui, também, que a nível federal, a Senadora Benedita da Silva tem, numa das senadoras, das autoridades, sem empenhado no reconhecimento da Linguagem Brasileira dos Sinais. Está também valendo a partir do ano que vem, em algumas redes de televisão, o "Closed Caption" ou a Legenda Oculta. Os aparelhos estarão com equipamentos, onde aparecerão as mensagens escritas. E, o estenógrafo, que digita ao tempo da fala, estará digitando, enquanto o locutor dá a notícia, para que os nossos surdos, vovôs, que já perderam um pouco da sua capacidade auditiva, possam assistir televisão, normalmente, na sala, com todo mundo.

Exalto aqui a presença significativa da comunidade de Maringá, com o Professor Amarildo; a comunidade de Cascavel, surda, ACAS, a Neiva Ramos e Adélia Fernandes; da AMESF - Associação Medianeirense dos Surdos e Fissurados, a Ivone Enguel e Solange Quartim, que é nossa aluna. Pena que a sociedade não está o bastante preparada para compreender mais essas instituições!

Por último, queria dizer que estamos apresentando uma emenda, já que se falou tanto em orçamento... estou vendo uma faixa de Foz do Iguaçu. Me desculpem! Mais alguma comunidade?

O Sr. Emerson Nerone - A Yara Maria de Oliveira Felipe é diretora da ANPACIN, e mais o pessoal da ANPACIN de Maringá, da APDEM - Associação de Pessoas Deficientes de Maringá, a Presidente Irene Firmino, que precisou se retirar, e também a Presidente Magali Raquel, do Ministério Mãos que Proclamam, da Igreja Batista do Memorial de Maringá. Bem como o Deputado quer enaltecer a presença de José Fopov, Sueli Fernandes, Vera Lúcia Carvalho e Karen Lilian e Marcelo Carneiro, da secretaria da Educação do Governo do Paraná, no qual farei menção no meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - O Sr. Irineu Colombo tem mais um minuto para concluir.

O SR. IRINEU COLOMBO - Entendo que esta tarde é memorável para a história do Parlamento paranaense.

Para concluir, faço menção para uma emenda de um grupo de estudantes da UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu, que estão desenvolvendo um trabalho no

sentido do ensino bilingüe para surdos, pesquisa, a inserção com relação ao MERCOSUL e que aproveitamos, a pedido desse grupo, fazendo uma emenda destinando recursos para que seja atendido esse propósito da Universidade de Foz do Iguaçu.

E quero exaltar o trabalho importante do Deputado Emerson Nerone, sobretudo da comunidade surda que tem brigado por seu espaço. A comunidade, com certeza, com a aprovação desse projeto, está sendo reconhecida um pouquinho mais pela sociedade paranaense, pelo Poder Público. Todos seremos cidadãos do Estado do Paraná.

Muito obrigado pela oportunidade.
(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) --

Concedo a palavra ao Deputado Emerson Nerone, para encaminhar a votação.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero agradecer a presença de todos aqui nesta tarde, em especial a presença de todos os Deputados, até este momento. Muitas vezes as Sessões são prolongadas, isso é uma constante neste Parlamento. Quero agradecer a presença de todos os Deputados que farão com que dê quorum a votação deste projeto, na sequência.

Fiz um grande discurso para este momento, mas depois que a Rosani apresentou a visão de uma surda, diante da aprovação deste projeto, fica extremamente complicado fazer qualquer tipo de análise ou qualquer tipo de pronunciamento.

Confesso, é absolutamente impossível, pelo tamanho grau de desintegração de apartação de uma sociedade de ouvintes para uma sociedade de surdos. Fica impossível, sem termos um convívio mais integrado, imaginar o que representa para a comunidade surda, do Brasil, em especial, através desta regulamentação, do Paraná e do mundo todo, o que é a Língua Brasileira de Sinais.

Por isso, gostaria de ler aos Srs. Deputados, o que dizia Sócrates, alguns séculos antes do nascimento de Cristo, portanto, 2.300 anos de nós.

Sócrates dizia exatamente estas palavras: "se não tivéssemos voz, nem língua" - Sócrates não reconhecia que a deficiência era apenas surdez - "mas apesar disso desejássemos manifestar coisas uns para os outros, não deveríamos nos empenhar em indicar o significado pelas mãos, cabeça e outras partes do corpo?".

Portanto, a regulamentação dos sinais, a regulamentação ou aceitação do mudo de toda esta comunidade excluída e esta comunidade que gira em torno de 1,5 a 2% de toda população. Nos países desenvolvidos, onde as estatísticas existem, chegam a 5,10% da população. Nessa imensa Nação, 2.300 anos depois do que Sócrates dizia, continuamos sem uma regulamentação.

O que vamos fazer, nesta tarde, no Parlamento, é um marco histórico de inclusão de pessoas que há séculos gritam, clamam, exigem os sinais, e não são entendidas por aqueles que continuam achando que são os normais, que somos nós ouvintes. Não somos normais, somos maioria! Não temos a verdade, impomos a verdade num mundo de segregados, de excluídos, aos surdos, aos mudos, aos deficientes visuais, aos paralíticos, aos sem-terra, aos sem-teto, aos sem-comida deste País.

Na medida em que os Paramentos tiverem a capacidade de criar, legislar e fiscalizar pela inclusão, estaremos tornando a nossa capacidade de ouvir uma capacidade de fato que nos dá coragem de dizer que somos normais. Não há pessoas deficientes.

O Deputado Colombo, que nos ajudou durante toda a tramitação deste projeto, na Presidência da Comissão de Educação, em todos os momentos da tramitação aonde trabalhamos juntos esse projeto, lembrou bem: não há deficiência, há uma maioria de ouvintes, de pessoas que têm as pernas, as mãos, que têm visão, a fala, que impõem sobre uma sociedade com dificuldades de se expressar, da mesma forma que nós, com uma situação de vida de apatidão.

Gostaria de ter a capacidade de expressar, como a Rosani expressou, aquilo que sinto pela aprovação deste projeto, mas não sou capaz, porque não sou surdo. Perdoem-me esse Parlamento, a história, pela não inclusão e pela incapacidade de inclusão. Esse Parlamento, através deste projeto, que mais do que desculpas, dizer que as nossas deficiências de entendimento podem ser sanadas, com a ajuda de vocês, ao longo da história.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. JOEL COIMBRA (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, por delegação do nosso líder Valdir Rossoni, faço encaminhamento em nome da Liderança do Governo, para ressaltar o nosso apoio ao projeto e manifestar a nossa impressão a respeito dessa iniciativa

extraordinária do eminente colega Emerson Nerone.

O projeto que passou à C.C.J. e foi aprovado por unanimidade, recebeu o parecer favorável do Deputado Walmor Trentini, que em seu relatório ressaltou que ele atende a conformidade com as propostas da Secretaria de Estado da Educação, do Departamento de Educação Especial, contida na Informação nº 442/97, uma vez que concretiza uma antiga inspiração da comunidade de surdos do Estado do Paraná, e vem de encontro aos objetivos propostos pela política nacional de educação especial do Ministério da Educação e da Cultura, bem como as atuais diretrizes educacionais do Estado do Paraná, em relação ao atendimento especializado na área de surdez.

Ressaltou também o eminente relator, que o projeto está em consonância com o artigo 206 da Constituição Estadual, que trata do dever do Estado da área da comunicação.

É importante ressaltar nesse ponto, sem querer discordar do nosso eminente relator, que o projeto atende o objetivo maior, que é aquele que trata da igualdade dos cidadãos e do compromisso do Estado em criar condições para que todos sejam iguais. Do compromisso do Estado em zelar, em beneficiar a igualdade.

É, portanto, uma questão de justiça. Atende o princípio político da democracia, mas atende também o princípio humanitário de reconhecer as condições de igualdade dos cidadãos.

Nesse instante, portanto, louvamos a iniciativa do projeto e manifestamos o nosso apoio à sua aprovação. Mas é fundamental ressaltar a proposta daquela expressão que a professora disse aqui, há pouco, daquilo que ela nos disse, que solicitou, que implorou que votássemos o nosso projeto: "por favor, pelo amor de Deus".

Não estamos votando por favor, não estamos votando pelo amor de Deus, não estamos atendendo a vocês que estão implorando. Não estamos votando, porque os senhores estão implorando, pedindo por favor, pelo amor de Deus. O homem não chega ao Estado para pedir favores. O homem não chega ao Estado para pedir pelo amor de Deus. O homem não chega ao Estado para implorar. O homem chega ao Estado para dizer dos seus direitos. Aí ele pede, exige, luta, arranca do jeito que for preciso. Vem ao Parlamento pela democracia, vem por bem ou por mal, porque direito não aceita transigência. Já dizia Rui Barbosa: "transigir, mas somente aquilo que for transigível".

Portanto, meus senhores, queremos dizer que estamos aprovando esse projeto, porque os senhores têm direito. Aprovamos, não porque os senhores merecem, mas porque é direito de vocês, porque é obrigação do Estado.

(Palmas)

Sendo obrigação do Parlamento, esta Assembléia cumpre mais uma vez o seu papel. É importante ressaltar que a nossa Constituição data de 1989, vários anos se passaram, portanto, vários Governos se passaram. Mas agora, nessa Legislatura, os senhores estão conseguindo essa proposta. Exatamente no momento em que tantos falam da política e dos políticos, vendo os políticos nesta Legislatura aprovarem um projeto de extraordinária importância, quero ressaltar também, que outras matérias serão aprovadas em favor dos surdos, ou de outras categorias de cidadãos. Desde que eles se organizem, desde que eles participem, arregimentem força, deem as mãos aos seus semelhantes e que busquem, da maneira conveniente, a representação que eles formaram.

Portanto, de nossa parte, manifestamos aqui o apoio da Bancada do Governo a esse projeto. Felicitamos o autor pela sua iniciativa e cumprimos os companheiros surdos por essa extraordinária conquista.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Marquinhos Alves.

O SR. MARQUINHOS ALVES (Para Encaminhar) - Quero parabenizar o Deputado Emerson Nerone, o Deputado maringense, que nos dá muita alegria em poder trazer para a Assembléia Legislativa a apreciação do seu projeto, que vem trazer a igualdade aos nossos irmãos.

Estamos dando o nosso total apoio, assim como toda a base que já foi do Governo, queremos também ressaltar a importância que a nossa 13ª Legislatura tem dado ao social. O Deputado Emerson Nerone, numa brilhante idéia, iluminado por Deus, teve o carinho especial para com os surdos. Essa valorização da cidadania, estamos dando o nosso voto favorável.

Por isso, Deputado Emerson Nerone e todos os companheiros que vão aprovar esse projeto daqui a pouco, queremos dizer que valeu a pena estarmos juntos da base do Governo e dos outros Deputados, para juntos com os outros

interesses em favor da população, aprovarmos esse projeto.

Parabéns, Deputados. Parabéns a todos que estão com essa intenção favorável em intenção dos surdos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Em votação o Projeto nº 307/97.

Em discussão.

Em votação.

Aprovado, por unanimidade!

(Palmas).

O SR. HORÁCIO RODRIGUES (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, queria, pura e simplesmente, justificar o voto do PL.

Como justificar o voto do PL? Esperando que outras medidas tenham a mesma felicidade da unanimidade da Casa. Que outras situações tenham as suas situações também saídas desta Casa.

Claro que o deficiente auditivo não era uma exceção. Bethoven era surdo, e compunha melhor do que eu, do que Vossa Excelência.

Agora, para que os ouvidos dos Governos não fiquem como sinos de barro, que tocam choco para a população, espero que esta Casa, a exemplo de hoje, continue mantendo com o seu dever.

Muito obrigado.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, apenas para registrar, que toda essa iniciativa do gabinete na elaboração desse projeto, começou de uma conversa que tive com o Amarildo Aparecido da Costa e com a Cleusa Araújo Júlio da Costa, este lindo casal que está aqui na frente, fazendo o auxílio como intérpretes para que os surdos que estão presentes aqui, possam acompanhar esta Sessão.

Este casal de ouvintes, que faz esta ponte de ligação, e numa conversa com eles, que a princípio era um apoio ao projeto da Senadora Benedita da Silva, acabou se transformando num projeto de lei, com a nossa conversa.

Gostaria de agradecer, profundamente, a colaboração da secretaria da Educação, através da Coordenadoria de Educação Especial, cujo parecer foi um aval do Governo, que não só apoiava, como também iria pedir a sua Bancada e iria incluir nos seus planos para o próximo ano a realização e a concretização desse projeto.

Portanto, a Secretaria de Educação fez com que tramitasse, em regime de urgência, esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Esta Presidência quer, em nome da Comissão Executiva da Casa, cumprimentar o Deputado Emerson Nerone, o Amarildo e sua esposa, pela sensibilidade que tiveram em colaborar na elaboração desse projeto.

E ao mesmo tempo, cumprimentar a Secretaria de Educação.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/97, de autoria do Deputado Emerson Nerone, que institui a obrigatoriedade de mensagens aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. (Publ. no D.A. nº 106, de 25.06.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 308/97

P A R E C E R:

Relatório

De autoria do Deputado Emerson Nerone, o presente projeto visa a instituir obrigatoriedade de mensagens aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial de atos, programas, serviços e campanhas da administração direta, indireta e fundacional do Estado do Paraná, que terão tradução simultânea para a linguagem brasileira de sinais e serão apresentadas com legendas para os portadores de deficiência auditiva.

Fundamentação

A intenção do projeto supra encontra respaldo no art. 206 da Constituição Estadual, Capítulo IV, "Da Comunicação Social", de onde extraímos que:

Art. 206 - O Estado dando prioridade à cultura regional, estimulará a manifestação de pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, as quais não sofrerão restrição, observados os princípios da Constituição Federal.

Melhor especificando a fundamentação legal do presente projeto dos preceitos constitucionais do Estado do Paraná, nada encontramos no seu impedimento.

Conclusão

Pelo exposto retro, a iniciativa do projeto em epígrafe não apresenta óbices constitucional ou legal que impeça sua normal tramitação, já que encontra amparo no diploma legal do Estado do Paraná.

Contudo, o presente projeto deverá ser submetido ao siso da comissão

pertinente (COPTC), que detém a competência para tratar a matéria em seu mérito e que indicará se a presente encontra amparo.

Em cautelosa sugestão, com a devida "venia", alertamos que do texto proposto, deverá ser revista e conceituada a seguinte expressão: "linguagem brasileira de sinais", e sua correta inserção no texto, para que se depreenda o justo alcance teleológico do autor legal.

Desta forma, somos pelo parecer favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.10.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 308/97

P A R E C E R:

Relatório

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Emerson Nerone, visa instituir a obrigatoriedade de mensagens aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial.

Fundamentação

A Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, concluiu nada haver que possa obstar a normal tramitação do projeto por esta Casa de Leis.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao analisá-lo, observou que tal propositura visa cumprir preceito constitucional, possibilitando aos deficientes auditivos a terem melhores condições de formar opinião, participando da vida do Estado em todas as suas manifestações.

Conclusão

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do projeto e da emenda modificativa, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 24.10.97.

(aa) GERALDO CARTÁRIO

Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 308/97

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 453/97, de autoria do Deputado Emerson Nerone, que denomina o Campus da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana - PR. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 146, de 15.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 453/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Emerson Nerone, tem por objetivo denominar o campus da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana - PR.

Da análise do referido projeto, esta Comissão manifestou-se pela conversão em diligência junto à Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

Diante da resposta anexa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.10.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 504/97, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Comunidade dos Pequenos Trabalhadores de Foz do Iguaçu - PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 161, de 01.10.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 504/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Comunidade dos Pequenos Trabalhadores de Foz do Iguaçu - Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 525/97, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Panorama, com sede e foro no Município de União da Vitória. **COM PARECER FAVORÁVEL DA**

C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 167, de 08.10.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 525/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Panorama, com sede e foro no Município de União da Vitória.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 531/97, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Serviço Social da Fundação Erasmo de Rotterdam, no Município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 67, de 08.10.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 531/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Serviço Social da Fundação Erasmo de Rotterdam, no Município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 017/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza a realização de plebiscito no Distrito de Areia Branca dos Assis, para que a população decida sobre seu desmembramento no Município de Mandirituba. **COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 138, de 03.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17/97

P A R E C E R:**Relatório**

O presente projeto de resolução em tela, tem por objetivo autorizar a realização de plebiscito no Distrito de Areia Branca dos Assis.

Fundamentação

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza regimental, legal ou constitucional para a tramitação do presente projeto de resolução, que se encontra em regime de urgência.

Conclusão

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -
Sobre a mesa, Requerimento nº 3022, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. EMERSON NERONE - Apenas para esclarecer essa votação.

É sobre o meu requerimento, que pede ao Sr. Álvaro Dias, Presidente da TELEPAR, viabilizar a implantação de telefone para deficientes auditivos, aparelhos PDD em rodoviárias, prefeituras, postos telefônicos, bibliotecas, aeroporto, escolas e associações que atendem os portadores de deficiência auditiva em todo o Estado do Paraná.

A presente reivindicação tem sido feita pelos portadores de deficiência auditiva à associações que congregam essa parcela da população. É um aparelho telefônico que tem a mesma linha, pode ser ligado em qualquer casa, apenas com a diferença que terá um teclado e as mensagens vão se dar através de sinais e da linguagem especial, que hoje foi votada nesta Casa.

Esses aparelhos, colocados pela TELEPAR em pontos estratégicos e ligando a órgãos públicos, vão dar acesso também, através do telefone, aos surdos, para que sejam também agregados àquela parcela enorme da população, que são todos os ouvintes na capacidade de transmissão de dados nas linhas telefônicas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -
Requerimento nº 3016, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli,

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3017 a 3019, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3020 e 3021, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3023 e 3024, de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3026 a 3035, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3036 a 3041, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3042, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3043, 3044 e 3045, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3052, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni e Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 3053 e 3054, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3055, de autoria dos Srs. Deputados João Techy, Ângelo Vanhoni, Renato Adur e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 3056 e 3057, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Retirados pelo autor.**

Requerimento nº 3058, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 3059 e 3060, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3061, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3062, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Dire-

toria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 307, 453, 504, 525, 531 e do de Resolução nº 017/97.

Levanta-se a sessão.